



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HUANA DA SILVA FURTADO

TRABALHO, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS: A Presença de Imigrantes
Brasileiros em Área de Mineração na Guiana Francesa.

Macapá
2015

HUANA DA SILVA FURTADO

**TRABALHO, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS: A Presença de Imigrantes
Brasileiros em Área de Mineração na Guiana Francesa.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Amapá para
obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Manoel de Jesus de
Souza Pinto.

Macapá
2015

HUANA DA SILVA FURTADO

TRABALHO, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS: A Presença de Imigrantes
Brasileiros em Área de Mineração na Guiana Francesa.

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Amapá para
obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto
Orientador (UNIFAP)

Prof. Dr. Iuri Cavlak
Membro (UNIFAP)

Prof.^a Dr.^a Rosemary Ferreira de Andrade
Membro (UNIFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

304.82

F992t Furtado, Huana da Silva.

Trabalho, migração e relações sociais: a presença de imigrantes brasileiros em área de mineração na Guiana Francesa / Huana da Silva Furtado; orientador, Manoel de Jesus de Souza Pinto. – Macapá, 2015.
114 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Imigração internacional. 2. Trabalho clandestino. I. Pinto, Manoel de Jesus de Souza, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

*A Deus, que guia e ilumina meus passos.
A ele Toda honra e glória para sempre.
A minha avó, Raimunda Lina da Silva,
que meses antes do término desta
pesquisa faleceu. Obrigada pela sua
paciência, por seu amor e por sempre ter
incentivado meus estudos.*

AGRADECIMENTOS

À Minha Mãe, Joaquina Lima da Silva, pelos momentos de aconselhamento, carinho, dedicação, orações e amor, que foram essenciais para o fortalecimento e avanço da minha caminhada estudantil.

Ao meu querido namorado, Patrick Luiz Galvão do Carmo por sua colaboração e dedicação incansável durante a minha pesquisa *in loco*. Meus estimados agradecimentos a suas palavras encorajadoras e sua presença nos momentos mais difíceis.

À minha Irmã, Hina da Silva Furtado, companheira de todas as horas. Desde sempre me incentivou na conquista dos meus objetivos, com seu amor e compreensão.

Ao meu orientador Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto por sua paciência e conselhos valorosos que despertaram em mim o interesse em trabalhar esta temática. Muito obrigado por todos os momentos riquíssimos de conversas e conselhos proporcionados ao longo de minha caminhada acadêmica.

Ao Prof. Dr João Batista de Oliveira Gomes, pelo auxílio durante os momentos difíceis e pela sua amizade.

Aos professores Dr. José Maria da Silva e Dr^a. Rosemary Ferreira de Andrade, pelas precisas e sabias orientações dadas durante a qualificação desta pesquisa.

Aos meus queridos e sempre alegres colegas da turma de mestrado, pelos momentos inesquecíveis de ajuda e amizade.

Aos técnicos administrativos da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, colegas de profissão e de luta, que sempre me incentivaram e deram apoio durante a construção dessa dissertação.

Aos meus amigos do Ministério Universidades Renovadas, por entenderem com paciência e carinho todas as minhas ausências.

[...] Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que é atribuído [...]. (SAYAD, 1998, p.55).

RESUMO

A Guiana Francesa configura-se, atualmente, como palco de inúmeros estudos e discussões relacionadas, sobretudo, ao alto número de brasileiros que residem ilegalmente em seu território, os quais desenvolvem, principalmente, atividades ilegais ligadas à garimpagem clandestina. A falta de emprego, expectativas ilusórias e o desejo de obter condições financeiras melhores, apresentam-se nesse cenário como principais fatores da busca pelo “Eldorado Francês”, que anualmente atrai inúmeros brasileiros para áreas de mineração ilegal, identificadas como regiões isoladas e sem estrutura mínima para habitação humana. Assim, diante dessa realidade, o objetivo deste estudo é compreender as relações sociais (sociabilidades) produzidas por brasileiros que trabalham em atividades ligadas à mineração ilegal de ouro na Guiana Francesa, a partir de seu movimento migratório e organização social. Desse modo, visando a observação desse contexto, foram aplicados dezesseis formulários de entrevista a trabalhadores de ambos os sexos que desenvolvem atividades nos garimpos clandestinos franceses, além da realização de entrevistas com responsáveis públicos do município de Oiapoque, donos de pousadas locais, brasileiros residentes na Guiana Francesa e membros do Consulado brasileiro na Guiana Francesa. Tais entrevistas tiveram como finalidade fornecer material para uma análise quantitativa e qualitativa, possibilitando a construção do perfil e da realidade vivenciada por dezenas de integrantes das comunidades garimpeiras clandestinas, os quais persistem em explorar ouro ilegalmente dentro do território francês. Os discursos também foram analisados e proporcionaram detalhes riquíssimos em relação à economia, às especificidades locais, jornadas de trabalho, remuneração, custo de vida, trajetos percorridos, saúde, comunicação, violência e drogas ilícitas. Foram inúmeros indicadores retratando as relações sociais que permeiam os garimpos ilegais. Nesse sentido, este trabalho ajuda a evidenciar a diferença acentuada entre o “sonho” de conquista desses sujeitos e a realidade vivenciada por eles diante dos obstáculos oriundos da situação de clandestinidade em outro país.

Palavras-chave: Fronteira. Migração. Trabalho. Clandestinidade. Garimpagem de ouro.

RÉSUMÉ

Guyane française est configuré, actuellement comme le site de nombreuses études et discussions connexes, surtout, le nombre élevé de Brésiliens résidant illégalement sur son territoire, qui se développent principalement des activités illégales liées à l'exploitation minière illégale. Le manque d'emplois, des attentes irréalistes et le désir d'obtenir de meilleures conditions financières, sont présentés dans ce scénario que les principaux facteurs de la recherche pour "Eldorado Français", qui attire chaque année de nombreux Brésiliens à des zones de l'exploitation minière illégale, identifiés comme des régions isolées et sans la structure minimum pour l'habitation humaine. Ainsi, compte tenu de cette réalité, le but de cette étude est de comprendre les relations sociales (sociabilité) produites par les Brésiliens qui travaillent dans des activités liées à l'exploitation minière illégale d'or en Guyane française, à partir de leur migration et l'organisation sociale. Ainsi, afin d'observer ce contexte, seize formulaires d'entrevue aux employés des deux sexes qui développent des activités dans l'exploitation minière souterraine français ont été appliquées, ainsi que des entrevues avec des fonctionnaires de la municipalité de Oiapoque, les propriétaires des hôtels locaux, les résidents brésiliens membres Guyane française et brésilienne consulat en Guyane française. Ces entretiens visaient à fournir du matériel pour une analyse quantitative et qualitative, permettant la construction du profil et la réalité vécue par des dizaines de membres des communautés des mines d'or illégales, qui continuent à exploiter l'or illégalement sur le territoire français. Les discours ont également été analysés et ont fourni des détails très riches par rapport à l'économie, aux conditions locales, les heures de travail, la rémunération, le coût de la vie, les chemins couverts, la santé, la communication, la violence et les drogues illégales. Étaient nombreux indicateurs illustrant les relations sociales qui imprègnent l'exploitation minière illégale. En ce sens, ce travail permet de montrer la différence marquée entre le «rêve» de gagner ces sujets et la réalité vécue par eux dans le face à des obstacles liés à la situation clandestine dans un autre pays.

Mots-clés: Frontier. Migration. Travail. illégalité. Les mines d'or.

LISTA DE FOTOS

Fotos 01 – Garimpo Bom Jardim de Itaituba.....	31
Fotos 02 – Propaganda da Amazônia durante a ditadura.....	33
Fotos 03 – Cidade do Oiapoque no século XVIII.....	51
Fotos 04 – Porto de Santana.....	64
Fotos 05 –Ônibus atolados na BR – 156.....	65
Fotos 06 – Pousada no Município do Oiapoque.....	67
Fotos 07 – Balança de pesagem de mercadorias.....	70
Fotos 08 – Canoas carregadas de mercadorias para garimpo.....	71
Fotos 09 – Trabalhadores e mercadorias atravessando Grand Roche.....	72
Fotos 10 – Garimpo de barranco na Guiana Francesa.....	87
Fotos 11 – Central telefônica na cidade do Oiapoque.....	89
Fotos 12 – Cozinha do garimpo clandestino.....	93
Fotos 13 – Operação francesa “cactus”.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quem indicou o trabalho no garimpo para você?.....	76
Gráfico 02 – Percentual de homens e mulheres entrevistados.....	79
Gráfico 03 – Média de idade dos entrevistados.....	80
Gráfico 04 – Estado civil dos entrevistados.....	81
Gráfico 05 – Estado de origem dos entrevistados.....	82
Gráfico 06 – Ocupação dos entrevistados.....	83
Gráfico 07 – Ocupação dos entrevistados.....	84

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Garimpos de ouro na Amazônia nos anos 80-90.....	24
Mapa 02 – Divisão político-administrativa da Amazônia.....	47
Mapa 03 – Guiana Francesa.....	53
Mapa 04 – Estado do Amapá.....	62
Mapa 05 – Zona de garimpagem ilegal.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produção garimpeira na Amazônia em toneladas.....	26
Tabela 02 – Número de estabelecimentos comerciais da cidade do Oiapoque	69
Tabela 03 – Preços praticados nos garimpo ilegais da Guiana Francesa.....	90
Tabela 04 – Casos de malária registrados na cidade do Oiapoque.....	95

LISTA DE SIGLAS

DUF –	Departamento Ultramarino Francês
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSEE –	Institut National des Statistiques et es Études Économique
MNA –	Mineração Novo Astro
MERCOSUL–	Mercado Comum do Sul
PAF -	Polícia Aduaneira Francesa
PIN –	Programa de Integração Nacional
SUDAM –	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
OIT –	Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 AS INTERFACES DA GARIMPAGEM DE OURO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	22
1.1 O POTENCIAL MINERAL E O HISTÓRICO DA GARIMPAGEM DE OURO NA AMAZÔNIA.....	22
1.2 CARACTERIZAÇÕES DE GARIMPOS NA AMAZÔNIA: CONCEITOS E FORMAÇÃO.....	27
1.3 O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A INFLUÊNCIA DOS GARIMPOS.....	32
1.4 ATUAÇÃO DO DNPM E A ABORDAGEM DA LEGISLAÇÃO GARIMPEIRA.....	36
2 A METAMORFOSE DO TRABALHO, NOVOS TERRITÓRIOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS POR GARIMPAGEM NA FRONTEIRA.....	41
2.1 TRABALHADORES AMAZÔNICOS E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....	41
2.2 DINÂMICAS NA FRONTEIRA DA PAN AMAZÔNIA: INDIVÍDUOS TRANSNACIONAIS E A BUSCA POR GARIMPOS.....	44
2.3 A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO AMAPÁ: DE CALÇOENE AO OIAPOQUE.....	49
2.4 GUIANA FRANCESA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E IMPLICAÇÕES TRANSFOTERIÇAS.....	53
2.5 O FLUXO MIGRATÓRIO DE BRASILEIROS PARA O DEPARTAMENTO ULTRAMARINO FRANCÊS E A “FEBRE DO OURO”.....	58
3 A FRONTEIRA DA ILEGALIDADE: TRABALHADORES BRASILEIROS E O MOVIMENTO MIGRATÓRIO PARA OS GARIMPOS NA GUIANA FRANCESA.....	62
3.1 O ESTADO DO AMAPÁ NA ROTA DA MIGRAÇÃO PARA O DEPARTAMENTO FRANCÊS.....	62
3.2 OIAPOQUE: NA FRONTEIRA DA “ILUSÃO”.....	66
3.3 COMERCIO LUCRATIVO: O RITO DE PASSAGEM DE TRABALHORES E MERCADORIAS PARA OS GARIMPOS ILEGAIS.....	70
3.4 MIGRANTES PIONEIROS: A COMUNIDADE BRASILEIRA E A REDE APOIO AO FLUXO DE NOVOS TRABALHADORES CLANDESTINOS.....	74
4 A VIDA E O TRABALHO NOS GARIMPOS ILEGAIS: A BUSCA PELO O "ELDORADO " EM TERRAS FRANCESAS.....	78
4.1 PERFIL DOS BRASILEIROS CLANDESTINOS ATUANTES EM ÁREAS DE GARIMPOS NA GUIANA FRANCESA.....	78
4.2 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E A ECONOMIA DA COMUNIDADE GARIMPEIRA CLANDESTINA NO DUF.....	85

4.3	ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: CONDIÇÕES DE TRABALHO, MORADIA E SAÚDE.....	91
4.4	CLANDESTINOS ERRANTES: FUGAS, CONFLITOS, DEPORTAÇÕES E PRISÕES.....	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	105
	APÊNDICE A – Formulário de pesquisa.....	113

INTRODUÇÃO

A situação da garimpagem na região fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa é um fato recorrente, no qual brasileiros e franceses são sujeitos históricos de uma longa jornada pela busca e exploração de ouro. Durante o século XVII, a exploração foi iniciada no Brasil, quando franceses invadiram o lado brasileiro da fronteira com o intuito de ocupar esse espaço e explorar as riquezas em ouro abundantes na região de Calçoene (CARDOSO, 2008). Entretanto, após o esgotamento das principais jazidas de ouro em Calçoene, foi inevitável a busca por novos territórios ricos no minério aurífero. Dessa maneira, alinhados em objetivo único, exploradores de ouro franceses e brasileiros iniciariam uma busca conjunta à procura de terras ricas nesse minério.

Convidados pelos franceses, alguns brasileiros experientes na “arte de garimpar” começaram a explorar a região de mata densa dentro do Departamento Ultramarino Francês (DUF), fato que gerou a descoberta várias áreas de garimpagem. No entanto, a intensa e desenfreada exploração ilegal de ouro na Guiana Francesa motivou o governo francês a tomar atitudes rígidas contra tal prática, as quais resultaram, sobretudo, no combate aos garimpos e brasileiros clandestinos (OLIVEIRA, 2011).

Todavia, apesar das medidas tomadas pelo governo francês, o número de brasileiros em busca dos garimpos ilegais não diminuiu e, a partir do final do século XX, intensificou-se consideravelmente, atraindo principalmente brasileiros residentes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. De acordo com Police (2010, p.57), “a Guiana francesa é, aos olhos dos brasileiros que a descobrem, uma terra prometida, um mito ao alcance das mãos”. Condição essa construída ao longo dos anos e intrinsecamente relacionada a ilusões, desejos pessoais e situações econômicas e sociais desfavoráveis.

Esquecidos pelo governo brasileiro, esses cidadãos partem de seus locais de origem deixando para trás, na maioria das vezes, suas famílias e residências, com o objetivo de embarcar em uma viagem repleta de incertezas rumo aos garimpos na Guiana Francesa. Porém, pouco se conhece sobre essa problemática, ou seja, quanto às situações vivenciadas por brasileiros que trabalham garimpando ouro clandestinamente.

O interesse por essa temática surgiu a partir da minha dissertação de graduação intitulada “OS FILHOS DA FRONTEIRA: um estudo sobre a problemática do abandono de crianças e adolescentes no município do Oiapoque – fronteira do Brasil com a Guiana Francesa”. Durante as pesquisa de campo deste trabalho analisei que várias crianças e adolescentes abandonados eram filhos de trabalhadores ou trabalhadoras que atuavam nos garimpos clandestinos da Guiana Francesa, e por tal motivo se constituía necessário pesquisar a realidade de vida dessas pessoas.

Sendo assim, o estudo que será apresentado a seguir parte da perspectiva de contribuir com novas informações e análises interpretativas da situação dos brasileiros que extraem ilegalmente ouro no território francês. Entretanto, é importante enfatizar que, pelo caráter perigoso e também pela dificuldade de acesso aos garimpos ilegais, não foi possível visitar uma unidade dessas *in loco*. De acordo com o consulado brasileiro na Guiana Francesa, os locais são acessíveis apenas através de viagens de helicóptero autorizadas pelas autoridades francesas ou de forma ilegal, através de longas viagens a pé pela mata, as quais chegam a durar dias.

Por tal motivo, foram utilizadas as entrevistas concedidas para entender e analisar elementos estruturantes da garimpagem ilegal na Guiana Francesa. Nesse sentido, como forma de orientar o processo de investigação, a questão que norteou a execução dessa pesquisa foi: Como são as relações sociais (sociabilidade) de imigrantes brasileiros (homens e mulheres) que trabalham na área de mineração na Guiana Francesa? Para responder a essa indagação, foram adotados procedimentos metodológicos com objetivo geral de compreender as relações sociais (sociabilidades) estabelecidas por brasileiros que trabalham em atividades ligadas à mineração ilegal de ouro na Guiana Francesa, a partir de seu movimento migratório e organização social.

Os objetivos específicos versaram sobre: a) Identificar os fatores que impulsionaram a migração de trabalhadores brasileiros para Guiana Francesa; b) Compreender como funcionam as “redes de contato” entre trabalhadores nortistas e nordestinos, ainda no Brasil, e as oportunidades de trabalho que surgem dentro dos garimpos ilegais na Guiana Francesa; c) Compreender a dinâmica das relações econômicas nos garimpos e suas especificidades; d) Analisar, através dos próprios

discursos dos trabalhadores, qual a percepção deles em relação a temas como: clandestinidade, família e estratégias de sobrevivência.

A pesquisa de campo ocorreu durante duas viagens. A primeira aconteceu no mês de fevereiro de 2015 e visou coletar dados nas cidades de Oiapoque e Caiena¹. Nessa oportunidade foram aplicados de forma aleatória formulários de pesquisa (APÊNDICE A) a 16 (dezesesseis) trabalhadores (homens e mulheres) que atuam em atividades no garimpo ilegal situado na Guiana Francesa, sendo que destes 15 (quize) foram aplicados no município de Oiapoque e apenas 01 (um) na cidade de Caiena. Durante esse período também foram essenciais as entrevistas concedidas por responsáveis de órgãos públicos do município do Oiapoque, assim como dos donos de pousadas no Oiapoque, brasileiros residentes no território francês e funcionários do Consulado brasileiro na Guiana Francesa. A segunda visita foi realizada no mês de março de 2015 e teve como finalidade observar e buscar mais informações acerca da dinâmica desses trabalhadores no município do Oiapoque.

Os métodos utilizados para estruturação, apresentação e organização dos dados adquiridos neste estudo de campo foram a pesquisa quantitativa e qualitativa. Contudo, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa atuou de forma predominante, por ser uma apreciação interpretativa profunda do objeto, que permite o acesso a sua complexidade e especificidade COMBESSIE (2001). Outro elemento metodológico que deu suporte à sistematização da pesquisa foi a análise do conteúdo com apoio em Bardin (2011), a qual se constituiu de maneira fundamental na interpretação dos materiais textuais produzidos a partir das falas dos participantes da pesquisa.

O processo de análise dos dados coletados ocorreu em três fases: a primeira fase se constitui em pré-análise e organização dos formulários, entrevistas e informações empíricas obtidas em campo; a segunda fase estruturou o material obtido em campo, assim, transformando os dados quantitativos em gráficos e selecionando as respostas das respostas dos entrevistados de acordo com as perguntas que subsidiaram as seções temáticas; a terceira fase se fundamentou em analisar e interpretar as falas dos indivíduos entrevistados.

Quanto à construção que fundamentou conceitualmente este trabalho, a pesquisa dividiu-se em introdução, na sequência quatro seções e considerações

¹ Caiena (em francês Cayenne) é a capital da Guiana Francesa. Localiza-se em uma ilha na foz do Rio Caiena. Apresenta uma população de aproximadamente de 60.500 habitantes.

finais. Na primeira seção contextualiza-se historicamente a garimpagem de ouro na Amazônia brasileira e sua ligação com os processos migratórios de ocupação da região, sobretudo, nos anos 60, 70 e 80, período no qual o Governo Militar promoveu intensos movimentos migratórios para a Amazônia, com o intuito de proteger as fronteiras do norte do país e explorar as riquezas do local. No entanto, na década de 90, com um novo cenário político instalado, a garimpagem individual é tratada pelas novas leis brasileiras com mais rigor e suas mudanças geram, principalmente, a busca por novos territórios para exploração de ouro, assim, impulsionando trabalhadores dos garimpos brasileiros da região a migrarem para outros países integrantes da Amazônia Internacional.

Na segunda seção objetivou-se apresentar as bases conceituais de trabalho, migrações na Pan-Amazônia e fronteiras, pressupostos teóricos que foram devidamente interligados à realidade da garimpagem e seus desdobramentos. Além das informações já descritas, esse capítulo também expõe a trajetória da garimpagem de ouro na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, enfocando conflitos, representações e negociações que permeiam há séculos a garimpagem nesta região fronteiriça.

Na terceira seção são evidenciadas informações obtidas na pesquisa *in loco* (região onde transitam os trabalhadores, ou seja, cidades de Oiapoque e Caiena), as quais apresentam dados importantes para montar o cenário que auxilia e envolve o processo migratório de trabalhadores brasileiros que buscam o “Eldorado Francês”, utilizando como rota o Estado do Amapá. Para descrever este fenômeno social enfoca-se a importância da cidade do Oiapoque como principal ponto de apoio e passagem para os que desejam garimpar ilegalmente na Guiana Francesa. Em seguida, são destacadas e analisadas as formas de locomoções mais utilizadas, as redes sociais estruturadas por “migrantes pioneiros” que estimulam o fluxo migratório ilegal, bem como a importância do comércio lucrativo envolto na existência desses garimpos clandestinos.

A quarta e última seção dá continuidade à exposição dos dados pesquisados em campo e apresenta como principais pontos de sua composição o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam nas áreas de mineração ilegal na Guiana Francesa e as relações que estruturam a vida social e econômica das unidades de garimpo. Além desses pontos, também são vislumbrados nesta seção as operações

francesas de combate aos garimpos ilegais e os danos ambientais, sociais e diplomáticos ocasionados por esta prática ilegal.

1 AS INTERFACES DA GARIMPAGEM DE OURO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

1.1 O POTENCIAL MINERAL E O HISTÓRICO DA GARIMPAGEM DE OURO NA AMAZÔNIA.

As primeiras informações obtidas pelos espanhóis sobre a existência de uma desmesurada região de matas existentes depois dos Andes foram fornecidas pelos próprios indígenas em Quito e Cuzco. Em consequência da imaginação de homens medievais, os conquistadores fantasiaram logo a floresta abrigando um imenso “Eldorado”, com uma serra repleta de ouro puro, pedras preciosas, centenas de árvores de canela e palácios repletos de tesouros.

Desse modo, os exploradores espanhóis, chefiados por Gonzalo Pizarro², anunciaram a formação da primeira expedição em busca do “fantástico Eldorado”. Para tal missão o capitão Pizarro contou com ajuda de Francisco Orellana³, que mais tarde veio a ser conhecido como o escrivão de bordo, encarregado de reportar todas as aventuras dos exploradores, com intuito de apresentar esse novo mundo ao rei da Espanha e seus súditos.

Smith (1990) atribuiu a Orellana também a responsabilidade pelos primeiros contos que descreveram a existência de mulheres guerreiras, as Amazonas, na região hoje conhecida pelo nome inspirado em suas narrativas. Os espanhóis consideravam em sua jornada pela Amazônia ser possível encontrar riquezas maiores que as que pertenceram aos Incas⁴, todavia, se os espanhóis tivessem logrado êxito em sua aventura, dificilmente hoje o Brasil teria essa extensa área de terras amazônicas.

Os expedicionários espanhóis não conseguiram encontrar o “Eldorado” amazônico, mas voltaram com inúmeras histórias aguçadoras da imaginação dos homens europeus, que anos depois influenciaram também milhares de brasileiros. Assim, a exploração de minério logo se espalhou pelo Brasil colônia, sendo incentivada pela coroa portuguesa, e com o passar dos anos recebeu o nome de

² Gonzalo Pizarro trabalhou como soldado e conquistador espanhol. Governou a cidade de Quito a partir de 1541 e foi considerado um dos mais cruéis exploradores. Era meio-irmão mais jovem de Francisco Pizarro, conquistador do Império Inca. Destacou-se também por ser o homem de confiança do seu irmão Francisco e por seus atos extremamente corruptos. (REZENDE, 2006).

³ Francisco Orllana foi um explorador espanhol nascido em Trujillo, pioneiro na exploração do rio Amazonas e participante da conquista do Peru. (SMITH, 1990).

⁴ Povo Fixado na região dos Andes, os incas constituíram uma grande civilização que dominou uma ampla faixa de terras pelo território sul-americano. Mas, estes foram dizimados pelos espanhóis durante o período de colonização. (REZENDE, 2006).

garimpagem⁵ e começou a ser visualizada em várias regiões da colônia (BATISTA, 2007).

No Brasil, a garimpagem teve a importância de marcar diversos períodos da história brasileira e consagrar o país como um dos maiores produtores de matéria-prima mineral, ou seja, “o Brasil está seguramente entre os três países mais ricos em recursos minerais, o que equivale a dizer que o país é detentor de uma maiores reservas minerais do mundo”. (FIGUEIREDO, 1984, p. 13).

As primeiras informações colocam o Estado de Minas Gerais como o grande precursor da garimpagem no país, no entanto, quando se fala de Amazônia é importante ressaltar que segundo Lestra e Nardi (1984) em 1602, os holandeses adentraram no estuário do rio Amazonas, no rio Maracá, onde descobriram ouro e em 1603 a carta Régia já citava o Pará como um grande produtor de ouro. A história da garimpagem no Brasil começou principalmente com a fuga dos escravos, os quais para sobreviver formavam pequenas comunidades que procuravam ouro para trocá-lo pelos alimentos de que necessitavam (LINS, 1992).

No Brasil colonial havia duas formas distintas de extração de minério: a mineração organizada, de acordo com a tecnologia disponível na época, e a mineração artesanal, praticada ilegalmente pelos escravos fugitivos nas jazidas de menor importância. Contudo, o difícil acesso à Amazônia retardou o processo mais intenso de extração mineral na região. A esse respeito infere Rodrigues (1994, p.09) que:

O modelo de "prospecção por fugitivos" prosperou e invadiu os domínios da busca de pedras preciosas (aliás, não se sabe onde começou antes), quando outros grupos populacionais passaram a buscar estes bens, seja como alternativa de sobrevivência seja para satisfazer o sonho de riqueza rápidas. E as "Bandeiras", em geral, oriundas do território paulista, proliferaram em busca deste "Eldorado" durante os séculos XVII e XVIII. Grande parte delas se não eram iniciativas do Governo Colonial ("as Bandeiras"), as "Entradas", pelo menos, tinham apoio deste mesmo Governo.

Assim, a história da garimpagem na Amazônia narra a vida de homens bravos, aventureiros e ambiciosos, pioneiros na penetração de áreas mais ínvias da selva brasileira, através de igarapés e rios longínquos. Em sua maioria, os primeiros trabalhadores dos garimpos da Amazônia eram pessoas pobres, fugitivos e negros,

⁵ Forma artesanal de retirada ou coleta de metais preciosos, a qual é desenvolvida pelo garimpeiro em aluviões, eluviões, leitos e margens de rios e grupiaras, e que consiste na exploração de minerais preciosos com instrumentos rudimentares, faiscação e cata.

ou seja, indivíduos movidos pelo sonho de um dia chegar à riqueza, enfim, a sorte de bamburrar⁶ desejo de todo trabalhador da garimpagem (GUERREIRO, 1984).

Garimpos históricos começaram a fazer parte da região, como os do Amapá, Pará e Acre. O início atual e mais expressivo da garimpagem na Amazônia data de 1958, quando foram encontradas as primeiras jazidas de ouro na região do Tapajós⁷ (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997). Outras ocorrências de metais preciosos começaram a surgir na região, e logo depois foi a vez dos Estados de Rondônia e principalmente Roraima. O mapa 01 destaca estes locais e demonstra em km² o tamanho das áreas garimpeiras na Amazônia durante o final século XX, sobretudo, destacando o Pará como o Estado com maior área de garimpagem dentro da região amazônica.

Mapa 01 – Garimpos de ouro na Amazônia nos anos 80-90



Fonte: Silva, 1994 apud Veiga et. al (2002).

Área dos garimpos em Km ²						
Pará	Mato Grosso	Amazonas	Amapá	Roraima	Maranhão	Rondônia
150.000	30.000	20.000	15.000	12.000	8.000	1.000

Fonte: Silva, 1994 apud Veiga et. al (2002), com adaptação da autora.

As atividades dos trabalhadores de garimpos na Amazônia, ao contrário de ocupações mais antigas como a seringueira, começaram com característica de ser

⁶ Expressão utilizada pelos garimpeiros, para definir sorte no trabalho, acertar na procura de um diamante precioso, achar uma pedra de grande valor, ficar rico, sucesso financeiro.

⁷ Nos últimos 60 anos a região do Tapajós tem estado entre as principais regiões produtoras de minério do País e, mesmo com a diminuição da produção desde os anos 90, destaca que o ouro extraído na região ainda é a principal fonte de renda de Itaituba.

assalariada, independente do resultado do trabalho e dependente do valor do produto da extração. Os trabalhadores na maioria dos casos recebiam alimentação, transportes até o local da extração e uma diária paga de acordo com o valor do produto, ou seja, a relação de empregados e empregador dentro dos garimpos Amazônicos apresentavam suas especificidades (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997).

Todavia, segundo Lins (1992), ao final do século XX a garimpagem artesanal na Amazônia começa a enfrentar seus primeiros problemas, pois inicia o período de mecanização dos garimpos. O empregador verifica nas máquinas um potencial maior para extração do minério, fato que modificará também a relações de trabalho e exigirá novos campos de domínio dos garimpeiros.

Dessa forma, a evolução dos garimpos Amazônicos deu-se de maneira espontânea e nos primeiros momentos apresentou-se sem partição dos poderes constituídos. Porém, o grande volume de riquezas e o aparecimento de regiões como Tapajós influenciaram profundas mudanças, fato que despertou interesses econômicos, assim, levando a interferência direta do Governo Federal na região (GUERREIRO, 1984).

A mecanização da garimpagem aconteceu pelo interesse do Estado, representado naquele momento pelos militares, que visualizou as riquezas minerais da Amazônia como uma saída de seu período de crise. Assim, o Estado começa implantar na região grandes projetos com o intuito de também conseguir acumular recursos financeiros e potencializar a venda desse minério para outros países. Em observação a isso Brito; Bruseke e Mathis (1997, p.69) ressaltam:

Aumento significativo de preço de metal, que se registrou em 1971, sendo que esse aumento reflete os sintomas da crise no sistema financeiro internacional e a perda da hegemonia econômica e políticas dos Estados Unidos. E o anúncio pelo presidente Médici em 1970 de um conjunto de medidas que visam a transformar a Amazônia em um espaço ("milagroso"), que se encaixaria dentro de perspectivas do milagre econômico.

Nas décadas de 70 e 80 várias áreas descobertas por garimpeiros foram requeridas por empresas de mineração, as quais ajudadas pelo Governo Federal conseguiram as concessões de terras e a permissão para explorar o minério. Entretanto, a relação entre empresários da mineração e trabalhadores do garimpo era bastante conflitante e perigosa, pois após as inúmeras invasões de terras lideradas por garimpeiros a região passou a ser um cenário de constante insegurança.

Após perderem as disputas pelas terras de mineração na Amazônia, mais de um milhão de garimpeiros começaram a peregrinar pela região na busca de terras propícias a extração de ouro, apesar de não ser fácil concorrer com as grandes mineradoras (FEIJÃO; PINTO, 1992). Como indica a tabela 01 a garimpagem tradicional na Amazônia teve sua produção drasticamente diminuída entre o início e o fim dos 90, situação impulsionada, sobretudo, pelas novas leis que restringiram e ilegalizaram a prática garimpeira no Brasil e pelo avanço de grandes empresas nessa área de extração mineral.

Tabela 01: Produção garimpeira na Amazônia em toneladas

ANO	AMAZÔNIA (TONELADAS)
1991	31,0
1992	28,1
1993	26,6
1994	21,0
1995	18,4
1996	11,4
1997	12,5
1998	11,6
1999	6,5
2000	7,0

Fonte: Silva, 1994 apud Veiga et. al (2002), com adaptação da autora.

A partir do final dos anos 80 uma nova fase configura-se com as mudanças da exploração dos recursos minerais da Amazônia, sendo o Estado e as empresas mineradoras os principais responsáveis por tais transformações (BECKER, 1999). Deste modo, o Governo garante entrada de grandes projetos na Amazônia e fortalece as empresas nacionais, as quais também passarão a extrair minério.

Durante todo o período do Governo Militar no país é traçada uma rota de desenvolvimento a qualquer custo para Amazônia, utilizando-se o conceito de desenvolvimento tecnocrático, no qual o modelo econômico tende a fortalecer os ricos e aumentar as desigualdades sociais. Desta forma, a exploração da Amazônia pelo forte capital estrangeiro é justificada pelo progresso, ou seja, os danos causados à população da região e ao ambiente são aceitos em favor do crescimento e do aumento econômico.

No entanto, em 1990, o presidente Fernando Collor de Melo, pressionado por grupos indígenas organizados e instituições internacionais de proteção ao meio

ambiente, implementa a “Operação Selva Livre”, cujo objetivo foi programar ações de desarticulação dos territórios de garimpagem da região Amazônica. Nesse momento, começou um intenso processo de perseguição aos garimpos, condição que impulsiona os brasileiros a visualizarem possibilidades de garimpagem na Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela.

No imaginário dos garimpeiros, a mudança para esses países vizinhos significava fugir das diversas leis e perseguições ocorridas no Brasil. “A partir desse momento, esses países fronteiriços passam a exercer grande atração de mão de obra graças às políticas mais favoráveis ao garimpeiro (e ausência de fiscalização mais ostensiva) quando comparado à do Brasil” (OLIVEIRA, 2012, p. 190). No entanto, apesar das medidas rígidas tomadas contra a garimpagem individual no país a produção de ouro não diminuiu, pois a empresas públicas e privadas investiram fortemente na exploração do mineral.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DE GARIMPOS NA AMAZÔNIA: CONCEITOS E FORMAÇÃO.

De acordo com os conceitos de Catharino (1986), “garimpar” foi um termo que surgiu após a intensa busca de ouro e pedras valiosas em lugares altos, ermos e cheios de esconderijos, também está caracterizado por ser um trabalho individual de quem utiliza instrumentos rudimentares, aparelhos manuais e portáteis na extração de minerais preciosos. A palavra “garimpar” deriva-se da acepção “grimpa”, a qual indica o ponto mais alto, cume, monte, montanha ou serra.

Os garimpos são uma das formas mais completas de exploração do solo. Eles estão quase sempre situados em áreas remotas e não contam com apoio de qualquer empresa ou órgão público e por isso são considerados ilegais atualmente. Tedesco (2015) expõe que garimpos são explorações manuais ou no máximo semi-mecanizadas de substâncias minerais valiosas, como ouro, diamantes, cassiterita, ametista e outros tipos de minérios.

O garimpeiro é o indivíduo produtor da ação da garimpar metais preciosos, profissão atualmente visualizada de forma pejorativa no Estado brasileiro, fato gerado principalmente pela situação de ilegalidade, na qual vive boa parte desses sujeitos. Autores como Câmara e Cory (1992) consideram que apesar da atividade garimpeira no Brasil ser antiga, a figura do garimpeiro trabalhando sozinho com sua

bateia⁸ praticamente não existe mais, pois nos tempos atuais os ambientes de trabalho nos garimpos envolve um contingente de pessoas que vão desde os garimpeiros aos donos de garimpo, pilotos de avião, mergulhadores, cozinheiros, transportadores de mercadorias, comerciante de ouro, prostitutas, famílias, dentre outros.

A formação de um garimpo é um processo complicado e à primeira vista parece ser algo caótico. Ele quase sempre começa como um pequeno grupo de indivíduos e termina com milhares de pessoas trabalhando ao redor da área inicial da descoberta do ouro. Segundo Cleary (1992, p.49) “a sequência de eventos que começa com uma prospecção bem sucedida e termina com a formação de um garimpo maduro, compreende usualmente, poucos meses, e raramente dura mais de um ano”.

Os garimpeiros intitulam esta fase de formação do garimpo de “fofoca”. Ela começa quando um garimpo está produzindo muito ouro e as pessoas tendem a espalhar a informação. A “fofoca” é espalhada através de rumores e “disse-me-disse”, os quais os trabalhadores do garimpo chamam de “rádio pião”, apelido colocado porque as informações quando repassadas são aumentadas. Entretanto, apesar de todos os garimpos crescerem por meio da “fofoca”, ela é, por natureza, temporária, uma fase distinta e facilmente inidentificável no ciclo de vida de um garimpo. Cleary (1992, p.49) descreve a fofoca da seguinte forma:

A fofoca não começa com a descoberta inicial de ouro e escavação de um barranco por prospectores pioneiros, mas com o objeto dos sonhos de todo garimpeiro, o “bamburro”, a descoberta de um trecho como material excepcionalmente rico. As notícias de uma descoberta são difíceis de conter e os rumores começam a correr, atraindo garimpeiros dos arredores. De acordo com a convenção, quando eles chegam, devem procurar o dono da “fofoca” e pedir-lhe para demarcar uma área para eles trabalharem.

O dono da “fofoca” é o pioneiro, ou seja, o primeiro que descobriu ouro naquele local, mas nem sempre irá “bamburrar”. O seu papel será demarcar as fronteiras dos barrancos e dividi-las, assim, quando novos indivíduos vão chegando, ele vende ou aluga os espaços de barrancos disponíveis. Apesar de alugar ou vender o barranco, o dono da “fofoca” tem direito a uma porcentagem da produção de qualquer barranco.

⁸ Bateia é um utensílio usado na mineração em pequena escala, geralmente em depósitos de sedimentos em cursos de água, para a obtenção de concentrados de minérios metálicos, sobretudo os preciosos como o ouro.

Entretanto, sendo a Amazônia uma região coberta por diversas áreas de concessões minerais e reivindicações de terras de vários tipos, dificilmente as “focacas” ocorrem em terrenos livres (CLEARY, 1992). Todavia, como os reclamantes de terra não estão necessariamente presentes fisicamente e expulsar garimpeiros armados não é uma tarefa fácil, na prática, a maior parte das “focacas” ocorria em terras livres.

A “focaca” de Serra Pelada, e, mais tarde, a de Cumarú⁹, são exemplos de “focacas” grandes, na região do Tapajós, onde a entrada era predominantemente por via aérea por causa das dificuldades de acesso por vias terrestres e da distância envolvida. Elas trouxeram inúmeras implicações políticas e sociais para a região Amazônica, e para controle social de tais lugares o Governo Federal precisou utilizar as Forças Armadas do país. Cleary (1992, p.153) descreve as seguintes informações sobre Serra Pelada:

Serra Pelada é um garimpo a cerca de noventa quilômetros em linha reta da cidade de Marabá, no sul do Estado Pará. Desde de 1979 foi, sucessivamente, uma enorme focaca, o primeiro garimpo controlado pelo Estado, um campo de batalha eleitoral, uma controvérsia política nacional e uma espécie de cooperativa. No seu auge, em 1983, produzia mais uma tonelada de ouro por mês e tinha uma população entre 80.000 e 100.000 garimpeiros e comerciantes. Foi variadamente retratado como um lugar onde as pessoas tornavam-se fabulosamente ricas da noite para o dia, ou como um inferno onde milhares de pessoas trabalhavam num regime de semi-escravidão por uma ninharia; como uma válvula de escape para as tensões sociais ou como um barril de pólvora de tensões sociais pronto para explodir.

Serra Pelada foi a porta de entrada para milhares de trabalhadores da garimpagem na Amazônia. A partir dela muitos indivíduos descobriram a corrida do ouro na região e muitos apreenderam ou aperfeiçoaram suas técnicas de garimpagem, tendo que levar em consideração as particularidades da região.

Deste modo, o processo de exploração mineral efetuado pelos garimpeiros na região Amazônica, desde sua origem incorporou uma série de técnicas e métodos (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997). Assim, a garimpagem na Amazônia como qualquer outra atividade de bens minerais, envolve três diferentes fases: a prospecção, a lavra e o beneficiamento. A seguir detalharemos melhor cada uma.

A prospecção mineral envolve todo o conjunto de atividades que podem levar à descoberta de um depósito mineral. Os métodos de prospecção conhecidos pelos garimpeiros se restringem basicamente à descoberta de depósitos secundários, os

⁹ Cumarú do Norte é um município brasileiro do estado do Pará.

quais geralmente não são profundos. A avaliação de uma área a ser prospectada, ou seja, pesquisada dá-se através da análise de um cascalho aurífero¹⁰.

A partir das informações adquiridas na prospecção os garimpeiros podem mensurar informações sobre as reservas e o tempo a ser levado para extrair seu minério. Caso a investigação seja feita com objetivo de abrir um novo garimpo, tais dados serão estudados para ajudar na abertura de um baixão¹¹, caso que levará também em consideração os custos da infraestrutura. Neto e Rocha (2010, p.13) definem da seguinte forma a prospecção:

Prospecção e pesquisa Mineral tratam da execução dos trabalhos necessários à definição da jazida mineral, sua avaliação e a determinação da exeqüibilidade do seu aproveitamento econômico. Alguns autores diferenciam exploração e prospecção, sendo o objetivo da Prospecção o reconhecimento geral de um Depósito Mineral, enquanto a Exploração é o reconhecimento detalhado do Depósito Mineral.

Para os garimpeiros a pesquisa é início da vida de um garimpo, posto que depois de confirmada a existência mineral através da prospecção, o próximo passo é preparar o local para os trabalhos de garimpagem. Os garimpeiros começam limpando o local, ou seja, desmatando a área escolhida, empregando-se nesse trabalho motosserras para derrubar as árvores de pequeno porte e tratores de esteiras para árvores maiores, o resto da vegetação é queimado.

Ao término da limpeza do espaço, dá-se início à lavra mineral, processo de exploração do solo para extração do minério. No primeiro momento, as lavras garimpeiras utilizavam-se de materiais prioritariamente manuais, como picareta, inchada e pá, formando o ambiente do garimpo com matérias simples encontradas na própria mata, como por exemplo, os troncos de embaúba, que servem como calha para transporte de água, ou casca de palmeira, que é usada para bater água, atividade que significa a retirada de água acumulada no barranco, na madrugada, antes da jornada de trabalho (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997).

Durante o ano de 1978 surgiram as primeiras máquinas nos garimpos da Amazônia brasileira, os primeiros garimpos a receberem o maquinário na sua força de exploração foram os aluviões¹² ativos nos leitos dos rios, contando com balsas e mergulhadores na exploração do minério. A alta produção das balsas foi responsável pela rápida difusão das máquinas nos garimpos Amazônicos, chamada

¹⁰ Cascalho virgem, com abundante quantidade de ouro sedimentado.

¹¹ O baixão no garimpo é o lugar no qual ocorrer à exploração de ouro.

¹² Depósitos recentes de sedimento inconsolidado que se forma ao longo das margens dos rios.

de “fofoca” das balsas, este tipo de lavra contava com um regime de 24 horas de trabalho, em três turnos, no qual cada equipe precisa de três pessoas para operar a balsa e quatro pessoas para se revezarem no trabalho submerso.

De acordo, com Brito; Bruseke e Mathis (1997) o esgotamento dos depósitos nos leitos ativos dos rios levou os garimpeiros no início dos anos 80 a mecanizarem as lavras fora do rio. A partir desse momento surgiu o par de máquinas composto por bico jato e pela chupadeira. O equipamento concentra a água através de um bico de metal utilizado para guiar o jato de água até o barranco, assim, criando um poço de água formado por material orgânico (areia, argila etc.), ou seja, uma massa que será sugada por uma bomba chamada de chupadeira, jogando essa matéria dentro caixa concentrada instalada dentro do barranco. Esse processo e as condições desses indivíduos podem ser constatados na Foto 01, a qual retratar o trabalho e as máquinas utilizadas na garimpagem na região do Pará durante os anos 80.

Foto 01: Garimpo Bom Jardim de Itaituba (PA)



Fonte: MAGALHÃES, João (2010).

A divisão do trabalho nos barrancos com máquinas cria as seguintes atividades: o manuseio do bico do jato; a supervisão da bomba e mangueira de sucção; e a retirada de raízes, madeira e pedras que se concentram dentro da faixa de capeamento. O beneficiamento do ouro é feito numa caixa chamada de “cobra fumando”, que é forrada com saco de aniagem ou carpete e possui taliscas transversais. Na parte superior da caixa e junto às taliscas é colocado o mercúrio para que forme uma amálgama com as partículas de ouro presentes. Parte do

mercúrio não combinada com o ouro é perdida para o ambiente. A retirada do material e a limpeza da caixa concentradora são chamadas de despescagem pelos garimpeiros, e só após todo este processo será possível ter acesso ao ouro.

1.3 O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A INFLUÊNCIA DOS GARIMPOS.

O processo de ocupação mais recente da Amazônia “se fez em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional” (BECKER, 2004, p. 117). Apesar de não ser o único fator a estimular milhares de brasileiros a migrarem para a região Amazônica, as intensas descobertas de ouro em seu solo contribuíram significativamente para aumento de sua população dos anos 60 aos anos 90.

Aproveitando esse interesse dos brasileiros pelas riquezas geradas, principalmente pela garimpagem do ouro, o Governo Militar iniciou um processo de ocupação da área, o qual tinha como objetivos a integração da região, o desenvolvimento, ocupação e a segurança das fronteiras, sendo este último fator o mais importante, pois essa vasta porção do território brasileiro deveria ser defendida das ameaças externas. Essas medidas também ficaram eternizadas pelas frases “integrar para não entregar” e “Amazônia espaço milagroso” (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997).

De acordo com Salomão (1984), os grandes vazios amazônicos e sua desvinculação com o resto do país estimulavam a preocupação pela segurança nacional e por um possível perigo de internacionalização da Amazônia. Paralelamente a esse problema, na região Nordeste do Brasil as secas colocavam boa parte da população em uma situação de miséria extrema. Assim, visando à solução desses problemas, o presidente general Emílio Garrastazu Médici, em discurso para uma multidão de nordestinos, no Recife, reconhece a situação de pobreza da região e anuncia a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual gerenciou o projeto para construção da rodovia transamazônica¹³ (Santarém-Cuiabá) e a construção de aeroportos asfaltados.

Neste período o Governo também cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passará a ser o agente executor da política de

¹³ A Rodovia Transamazônica (BR-230), projetada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) é considerada uma das obras "faraônicas" realizadas do regime militar. É a terceira mais longa rodovia do Brasil com 4.000 km de extensão. Em grande parte, a rodovia não é pavimentada, mas seu custo inicial foi de US\$ 2 bilhões.

colonização, redistribuindo terras e assentando os migrantes. O Estado, instituindo tais mecanismos, iniciava um novo processo de ocupação oficial da Amazônia, de forma a abrir o espaço para os excedentes populacionais do nordeste e de outras regiões do país. Situação visualizada nas propagandas divulgadas pelos meios de comunicação como se pode verificar na revista Veja abaixo, citada por Gonçalves (2001), a qual foi divulgada durante anos 70. Essa medida tratava-se de uma grande estratégia do governo para incentivar a ocupação desse território tido como “exótica” e distante.

Foto 02: Propaganda da Amazônia durante a ditadura



Fonte: GONÇALVES, Carlos (2001).

Para conduzir, disciplinar e regular o assentamento de camponeses na região, o governo criou pacotes de políticas de incentivos, administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)¹⁴. Programas de incentivos fiscais para a Amazônia foram criados para implementação de grandes empreendimentos agropecuários ou agroindustriais na Amazônia legal, porém o fraco desempenho dos projetos inseridos na região caracteriza a política de

¹⁴ A SUDAM, criada através da Lei 5.173 de 27.10.66, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (Lei 1.806 de 06.01.1953) é vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento. Essa autarquia federal é destinada a planejar o desenvolvimento da Amazônia Legal, área correspondente a 61% do território brasileiro, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Administra a política de incentivos fiscais para a Amazônia, priorizando setores estratégicos da economia regional.

incentivo mais como um instrumento de doação de recurso do que de desenvolvimento (PEREIRA, 1997).

Os programas de ocupação da Amazônia¹⁵ conseguiram resultar no aumento da presença do Estado e no forte fluxo migratório para a região. Alguns municípios amazônicos ligados à produção aurífera duplicaram sua população. Foi o caso de Itaituba, onde entre os anos de 1970 a 1980 houve o aumento da população de 12.690 para 39.829 habitantes (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997). A cidade com tempo passou a ter uma grande importância para o sistema de garimpagem da região, porque se tornou um grande centro comercial para compras de produtos, com objetivo de abastecer garimpos.

Entretanto, é importante salientar que os projetos do governo não trouxeram apenas sem-terra para a Amazônia, mas também um contingente razoável de pequenos empresários detentores de capital e com interesse em investir (LINS, 1992). A garimpagem foi um dos principais meios de investimentos para pequenos empreendedores, sendo que alguns investiram no fornecimento de alimentos para os garimpos e outros viraram donos de garimpo.

Esse interesse pela garimpagem do médio e pequeno capital, junto com a grande oferta de mão-de-obra é oriundo dos “fracassados projetos de colonização, resultaram no aumento substancial da produção de ouro na região [...] tendência forçada pelo aumento do preço do ouro no mercado internacional” (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 2007, p.70). Em 1977, já se firmava a convicção da importância econômica da produção garimpeira, fato concretizado pelo chamado “projetos garimpos”, criado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) com objetivo de delimitar áreas de garimpos nos Estados do Pará, Goiás e Amazonas e nos territórios de Rondônia e Roraima (SALOMÃO, 1984).

Assim, mesmo sem análises mais profundas, pode-se verificar na explosão garimpeira experimentada pela Amazônia entre os anos 60 e 80 uma intrínseca ligação com o processo de ocupação da região. Posseiros afastados e perseguidos por grandes latifundiários, colonos desestabilizados sem ter como escoar sua produção e a baixa absorção de mão de obra pelos projetos agropecuários foram

¹⁵ A região Amazônica foi visualizada como escape espacial para os conflitos sociais não-solucionados. As terras da região foram colocadas à disposição, como a chamada "alternativa para a reforma agrária". Vários assentamentos foram criados pelos militares e atraíram, sobretudo, milhares de nordestinos.

fatores que aliados aos charmes do garimpo, compuseram a expansão garimpeira. Guerreiro (1984, p.56) contribui que:

Esse contingente é composto na sua esmagadora maioria de mão de obra desqualificada, em grande parte expulsa do meio rural de outras paragens, especialmente do Nordeste. Junta-se a estes uma gama variada de aventureiros vindos de toda parte, atraídos pelas notícias, em geral fantasiosas, de fabulosas oportunidades de enriquecer. Entre estes um grupo chama atenção por ter características novas. Trata-se dos marginalizados da periferia urbana do país, oriundos inicialmente do êxodo rural e que agora invertem a corrente retornando ao campo. Só que agora, como filhos da periferia de cidade, perderam a identidade rural e trazem para nova vida todos os vícios e mazelas de sua situação.

A garimpagem configura-se, assim, como um problema social, entretanto o garimpo foi o vetor inicial da integração e ocupação da Amazônia, promovendo o melhor conhecimento da região, construindo pistas de pouso de aeronaves em locais ínvios e criando novas comunidades. “A garimpagem, pela concentrada capacidade de esforço e empreendimento arrojado de seus membros, foi fator notável para a construção da sociedade da Amazônia”. (LESTRA; NARDI, 1984, p.358).

No entanto, não demorou muito para o aumento da atividade garimpeira, que se observou nos anos 70, entrasse em conflito com as outras formas de valorização da Amazônia. Dentre estes conflitos podemos destacar a luta contra o grande capital de empresas mineradoras, ligadas tanto ao setor privado como ao público. Esses conflitos alcançaram grandes graus de violência e a intervenção externa do Governo quase sempre garantia os interesses do capital.

Ao final do século XX a garimpagem na Amazônia, inicia o período de mecanização dos garimpos. O empregador verifica nas máquinas o potencial maior para extração do minério. Sobre esse assunto destaca Becker (1999, p.62):

A exploração dos recursos naturais em grande escala configura uma nova fase de expansão da fronteira. Ao lado da busca de ouro em garimpos, já antiga na região, grandes projetos minerais, controlados por joint ventures, empresas estatais e/ou estrangeiras, iniciam a nova fase industrial da fronteira nos anos 80.

O capital verificou na Amazônia um grande potencial para extração de minério em grandes proporções e o Governo visando os rendimentos incentivou os projetos ligados às multinacionais a se estalarem no local, assim, o garimpeiro tradicional, é simplesmente expulso dessas áreas (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997). Outro fator colaborador para esta crise dos garimpos, não só na Amazônia, mas também em todo o Brasil, foi o aprimoramento das leis ambientais e a aprovação de

dispositivos mais severos com crimes dessa natureza, criados com intuito de legalizar a exploração mineral e proteger os recursos naturais da devastação desenfreada. No caso do garimpo, podemos citar a criação do Art. 10 da Lei nº 7805, que discorre o seguinte:

Considera-se garimpagem a atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executadas em áreas estabelecidas para este fim, exercida por brasileiro, cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineral, sob o regime da Permissão de Lavra Garimpeira.

Em meio às crises, os garimpeiros individuais foram perdendo espaço na Amazônia brasileira entretanto, as dificuldades de garimpar em terras brasileiras, não impediram os sonhos desses indivíduos, os quais buscaram nos países vizinhos a oportunidade de continuarem na mesma atividade. A clandestinidade foi uma das primeiras maneiras visualizadas pelos trabalhadores dos garimpos para continuarem suas atividades, contudo, as implacáveis medidas do Estado brasileiro começaram a coibir as práticas de garimpagem que não se ajustavam às novas leis.

1.4 ATUAÇÃO DO DNPM E A ABORDAGEM DA LEGISLAÇÃO GARIMPEIRA.

A legislação mineral no Brasil antecedeu as próprias descobertas auríferas e, por essas características em parte ficou sempre longe de suas necessidades reais. O primeiro regimento mineral é de 1603, réplica da legislação espanhola, e dispunha basicamente da mineração de ouro e prata, quando apenas poucas lavras de ouro aluvião eram exploradas pelos paulistas. Essas medidas prematuras tinham como objetivo resguardar para a coroa portuguesa a posse das ambicionadas e futuras descobertas. Assim, fica evidenciado que desde os primórdios “a política mineral do Brasil pautou-se pelo desconhecimento da realidade a que servia e por um inadequado controle por parte do poder” (MARTINS, 1984, p.178).

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) foi criado pelo Decreto nº 23.979, de 08 de março de 1934. A Lei nº 8.876, de 02 de maio de 1994, autorizou o Poder Executivo a instituir como autarquia o DNPM, o qual foi feito por meio do decreto nº 1324/94. Em seu art. 3º, descreve a competência do DNPM da seguinte forma: promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, superintender as pesquisas geológicas minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional na forma de que

dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e legislação que os complementam.

Atualmente o DNPM executa atividades apoiadas no Código de Mineração, portarias e leis que lidam diretamente com questões de mineração no Brasil. Entre atividades desenvolvidas pelo órgão podemos destacar: a execução de políticas minerais, fornecimento de licenciamento e o controle das atividades ligadas à extração mineral no país.

Sob o incentivo do Governo Militar, a partir de 1964, o DNPM investiu em pesquisa na Amazônia, tendo como intuito aumentar os conhecimentos sobre a existência de mineral. O levantamento geológico básico da área chegou à conclusão que as características dos depósitos secundários justificavam a atuação de empresas na mineração, mesmo sabendo que tal medida causaria conflitos com os garimpeiros. Assim, explicam Brito; Bruseke e Mathis (1997, p.216):

Até meados dos anos 70 o governo federal não dispunha de uma política específica para garimpagem. Na visão do Ministério da Energia (MME) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a garimpagem na Amazônia era interpretada como uma forma rudimentar de extração de recursos minerais e, somente se justificava na sua função de indicador para ocorrências minerais que, depois de descobertas por garimpeiros, deveriam ser exploradas por empresas de mineração.

Atividade garimpeira se expandiu pela Amazônia brasileira, apesar do governo buscar formas de negar aos garimpeiros o direito de explorar as jazidas descobertas por eles. Em seus relatórios o DNPM também apontava as péssimas condições de saúde nos garimpos, o alto custo de vida, problemas nas relações de trabalhos e a existência de regimes de escravidão, fatores que geravam preocupação com a permanência dos garimpos e forçavam o país a ampliar o sistema de assistência social aos garimpeiros.

No ano de 1980, o governo incumbiu o DNPM de criar novas políticas para garimpagem, e após o relatório final entregue pelo órgão, o governo cria uma imagem folclórica do garimpo e garimpeiro. Tal documento também configurou os garimpeiros como participantes da sociedade brasileira, os quais deveriam arcar com suas responsabilidades e gozarem dos seus benefícios (SCHMALTZ, 1980).

Assim, o governo adota a política de continuar tolerando a prática da garimpagem, mas apenas como uma forma de complementar a extração mineral industrial e descobrir novas ocorrências de ouro. “O importante nessa estratégia não era o fomento de um modelo alternativo de mineração, mas sim o máximo de

aproveitamento dos recursos minerais do solo Amazônico” (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997, p.218).

Contudo, em 1986 o DNPM entrega um novo relatório ao Governo Federal, agora propondo uma política elaborada para a exclusão da prática de garimpagem. Neste momento foram articuladas fortes críticas à garimpagem, sendo taxada pelos técnicos que elaboram o relatório como uma prática primitiva de extração mineral, a qual não respeita os trabalhadores, o meio ambiente, além de não garantir o melhor aproveitamento das jazidas.

Segundo esse novo relatório, a garimpagem ameaça os direitos das empresas minerais, polui o meio ambiente com o mercúrio, não recupera os espaços naturais os quais explora e apenas uma pequena parte dos garimpeiros consegue conquistar lucros, enquanto a maioria não atinge mensalmente um salário mínimo. Os técnicos do relatório, ainda destacaram o espírito migrante do trabalhador do garimpo, relatando de forma negativa o fato desses trabalhadores não estabelecerem vínculos com nenhum local e nem possuírem interesses por mudanças nas estruturas produtivas e sociais.

A partir dessas informações do relatório de 1986 do DNPM, foi proposta a extinção do trabalho garimpeiro individual e recomendou-se a organização dos garimpeiros em pequenas empresas ou entidades juridicamente regulamentadas (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997). Esses novos indicativos e relatórios também acabaram servindo de dados para a Constituição de 1988, a qual teve como princípio uma filosofia liberal protecionista.

A Constituição da República é a lei fundamental e suprema do Estado brasileiro, que limita as demais leis, de maneira que só serão válidas se estiverem em consenso com ela. Dessa forma, na Carta de Magna de 1988, foram efetuadas várias alterações na legislação mineral, situação geradora de mudança na regulamentação da atividade no Brasil. Nas novas prerrogativas, os estados e a União passaram a dividir a responsabilidade em fiscalizar e licenciar a mineração no país.

Tais modificações permitiram aos estados ter controle dos danos ambientais causados pelas atividades minerais. Essas mudanças também permitiram aos governos estaduais agirem de maneira diferenciada e de acordo com suas condições específicas. Dentre as novas leis da Constituição Federal foi disposto no art. 20, inciso IX, que são bens da União os recursos minerais, inclusive os do

subsolo. Isto quer dizer que a nenhum particular pode pertencer qualquer recurso mineral, nem mesmo aos estados, Distrito Federal ou municípios.

Outro importante dispositivo a ser analisado na Constituição brasileira de 1988 que trata sobre a questão mineral, é o art. 21, inciso. XXV, o qual infere que compete à União estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa. Além disso, nos termos do art. 174, §§ 3º e 4º, respectivamente, nos quais se dispõe que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção socioeconômica dos garimpeiros. As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 25, XXV, na forma da lei (GONÇALVES, 2009).

De acordo com Barreto (1993), a Carta Magna traz uma nova concepção para garimpagem no Brasil. Nela a cooperativa surge como um novo instrumento de organização, com intuito de atender uma nova forma de exploração mineral. Sendo assim, as cooperativas têm como prioridade na obtenção de autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, mas negam a esse trabalhador a essência histórica de trabalhador individual. Dessa maneira, conclui Lima e Teixeira (2004, p.01) que:

As mudanças realizadas na Constituição de 1988 alteraram a legalidade da atividade garimpeira, obrigando os garimpeiros a se inserirem em organizações. Essa exigência descaracterizou o garimpeiro como trabalhador individual, que passou a ser sócio de organizações. Por outro lado, as organizações são formadas apenas para cumprir a lei, não havendo uma unidade entre os garimpeiros, que possuem uma cultura individualista. Através das organizações de garimpeiros o Poder Público procura reforçar que a forma associativa é a mais adequada dos pontos de vista econômico, social e ambiental.

Tais medidas adotadas pelo o governo brasileiro foram principalmente justificadas pela busca da preservação do meio ambiente e pela promoção do desenvolvimento econômico e social dos agentes do garimpo. Assim, após essas mudanças promovidas pela constituição de 1988, o governo brasileiro também alterou o Código de Mineração criado pelo o decreto lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (GONÇALVES, 2009).

Deste modo, através da Lei nº 7.805, de 18 de Julho de 1989 introduziu-se significativa mudança na atividade garimpeira. Anteriormente o garimpeiro possuía

uma matrícula a qual permitia a produção e comercialização do seu produto, entretanto esse regime foi modificado com a instituição da permissão de lavra garimpeira, que descaracterizou o garimpeiro como trabalhador individual, favorecendo a formação de cooperativas. Apresentaram-se como implicações a perda de direitos como pensão, aposentadoria e carteira assinada, excluindo os garimpeiros das leis trabalhistas.

Apesar de o cooperativismo ser visto como a salvação dos garimpeiros, seus princípios básicos vão contra a tradicional organização desses trabalhadores, destacando principalmente a divisão dos lucros igualitária entre todos os componentes da cooperativa (LIMA; TEIXEIRA, 2004). Nos garimpos as pedras pertencem a quem as achou. Historicamente os garimpeiros sempre apresentaram um sonho individual de enriquecimento rápido, enquanto que em um modelo de divisão dos lucros, essa mentalidade é praticamente inviável. As cooperativas são criadas apenas para efeito de se trabalhar de acordo com a lei, pois vários trabalhadores destacam não ter confiança em seus diretores.

2 A METAMORFOSE DO TRABALHO, NOVOS TERRITÓRIOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS POR GARIMPAGEM NA FRONTEIRA.

2.1 TRABALHADORES AMAZÔNICOS E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.

O trabalho, elemento basilar da sociedade capitalista, atualmente perpassa por inúmeras mutações amplamente explicadas por Gorz (1987) e Antunes (2011) como metamorfoses, processos dialéticos de transformação e adaptação criadas pelo sistema como forma de ultrapassar os obstáculos colocados ao longo do seu desenvolvimento. Blass (1999) coloca essa questão como marcadora de um cenário histórico da sociedade contemporânea, o qual abrange uma diversidade de situações e de processos sociais como, por exemplo, a retração na oferta de empregos ou o aumento dos índices de desemprego.

Essas prospecções são oriundas, de acordo com Antunes (2011), da reestruturação do metabolismo do capital, o qual para suprimir suas crises investe na desestruturação das relações de trabalho. “Ou seja, enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer seus empregos, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através de expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc.” (ANTUNES, 2011, p. 50).

O capitalismo conseguiu, com o passar dos séculos, reinventar suas relações criando através do apreço ao capital uma sociedade mais desigual, sem moradia e desempregada. Dessa forma, instituindo realidades que impulsionam inúmeros indivíduos a migrarem em busca de emprego e melhores condições de vida. Sendo assim, é possível inferir que o sistema capitalista é responsável pela divisão da sociedade em classes díspares, e que a desigualdade é resultado de fatores econômicos e políticos (CAMPOS, 2003).

Conforme ressalta Pinto (2012), as migrações também são fenômenos sociais, econômicos, históricos e políticos. Por tal motivo, é possível a familiaridade entre capitalismo e fenômeno migratório, principalmente no campo das relações trabalhistas, pois na contemporaneidade o mundo do trabalho é cada vez mais marcado pela especialização, deixando milhares de pessoas à mercê do desemprego.

Configurando-se como grande aliado do capitalismo, a globalização também desponta como um ponto de discussão dentro do cenário crescente das migrações,

pois segundo Sassen (2010), a Nova Ordem mundial tende a se contradizer quando os Governos de Estados-Nações aprovam políticas de migrações implacáveis para indivíduos, e, no entanto, por interesses econômicos e políticos, flexibilizam cada vez mais a circulação de bens, capital e informações.

Nos últimos séculos, a migração internacional por trabalho tem-se configurado como tema de inúmeras conferências e debates mundiais. Estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁶, no ano de 2005, estimaram cerca de 191 milhões de homens e mulheres atravessando as fronteiras com intuito de residir e trabalhar fora dos países da sua nacionalidade, o que, em números, corresponde a mais do que a população total do Brasil. Na contemporaneidade, “há uma atividade intensa de fluxos que atravessam o mundo, redes com ampla elasticidade e múltiplos vínculos, produzindo fronteiras deslizantes e dinâmicas transmigracionais” (TEDESCO, 2006, p. 27).

Os números também demonstram um fenômeno multifacetado, onde indivíduos migram para fugir da exclusão social que aflige a sociedade com falta de empregos, ou seja, homens e mulheres se movimentam de um país para outro em busca de condições mais favoráveis para se viver. Talvez seja por isso que haja dificuldades em caracterizá-los de forma homogênea, pois já faz parte de um movimento associado nas últimas décadas a conjunturas e motivos ligados ao próprio contexto da modernidade. Assim, entendem Pinto, Oliveira e Soares (2011, p.12) que:

Este é um ponto desencadeado pela desestruturação das relações de trabalho em função da reestruturação do modelo de racionalidade econômica do capitalismo, que mesmo com a bandeira da globalização dos espaços econômicos, não diminui as desigualdades, pelo contrario, criou novas categorias de excluídos, os imigrantes clandestinos, os refugiados, os descartáveis, o refugio da modernidade. [...] O aumento do desemprego estrutural submete uma parcela significativa de trabalhadores, que embora excluídos do mercado formal de trabalho, se veem numa luta constante para se inserirem, ou mesmo buscar alternativas de prover sua existência.

Esses dilemas produzem o desejo e a idealização de territórios novos, os quais atraem um contingente de pessoas detentoras do desejo de sair da situação de pobreza e que sonham com condições de vida melhores. A realidade revela um contexto migratório complexo e envolto de um mundo falsamente aberto, pois, os fluxos das migrações internacionais demonstram a seletividade e as dificuldades dos

¹⁶ Os dados foram extraídos do relatório da OIT “Trabalhadoras e trabalhadores migrantes: alcançar a igualdade de direitos e oportunidades”.

indivíduos se fixarem em alguns países de forma legal e segura. Nesta situação, é importante ressaltar que, parte significativa dos indivíduos que migram, são oriundos de países emergentes e pobres, tendo como objetivo, mesmo que arriscado e clandestino, a migração para países mais estruturados.

Há um consenso também entre os estudiosos, os quais confirmam a globalização e o capitalismo como aliados ferozes na aceleração e aumento de forma significativa dos padrões migratórios internacionais já existentes. Assim como a expansão dos modelos atuais de desenvolvimento, os fluxos migratórios também atingiram diferentes regiões do mundo e, atualmente, já não são configurados como processo apenas de algumas localidades isoladas.

Desta forma, dentre essas regiões atingidas, podemos destacar o processo migratório dentro do espaço amazônico e ressaltar o quanto a migração internacional faz parte da história dos países Ibero-americanos há séculos. Evidenciando-se, é claro, que o início de tais deslocamentos estavam ligados à questão do povoamento e ao desenvolvimento das metrópoles, ou seja, a migração acontecia do continente europeu para o americano (RODRIGUES; VASCONCELLOS, 2012).

Porém, a partir de 1950, o processo começou a tomar novos rumos, no qual os moradores da Amazônia internacional começaram a se movimentar dentro do espaço local na busca de novas oportunidades de moradia e emprego. Esse novo movimento também veio acompanhado de novos acordos como o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a Comunidade Andina, os quais estimularam ainda mais a mobilidade regional dos indivíduos.

Entre as novas tendências dos movimentos humanos, principalmente a respeito dos sul-americanos da Amazônia, observa-se um crescimento expressivo dos deslocamentos intrarregionais, particularmente impulsionados pela migração entre os países de fronteira (RODRIGUES; VASCONCELLOS, 2012). Esse novo movimento migratório envolve, principalmente a proximidades das cidades, pois se torna mais viável aos mais pobres. Deste modo, Albuquerque (2008, p.05) destaca que:

As migrações internacionais movimentam as nações e redefinem as fronteiras nacionais. Os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre dois ou mais países, denominados de migrações fronteiriças, também geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços.

Portanto, em meio a essa dinâmica, os países amazônicos como Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e o Platô das Guianas, antes acometidos por um processo de ocupação, começam a presenciar os problemas ocasionados pelas migrações internacionais. Segundo pesquisadores como Aragón (2009), Corbin (2012) e Martins (2010), os brasileiros residentes do norte do Brasil, principalmente por suas condições financeiras, geralmente, procuram migrar para países nos limites fronteiriços da região, tendo como um dos destinos mais procurados a Guiana Francesa.

2.2 DINÂMICAS NA FRONTEIRA DA PAN-AMAZÔNIA: INDIVÍDUOS TRANSNACIONAIS E A BUSCA POR GARIMPOS.

Na visão clássica das relações internacionais a fronteira é estabelecida a partir da ideia de Estado-Nação como ator central dos seus estudos. Assim, os elementos definidores do Estado nacional e sua territorialidade, são estabelecidos através dos limites demarcados por agentes políticos, como os diplomatas e os militares (GALVÃO, 2011).

Dessa forma, a fronteira é concebida como algo concreto, definida em espaços geográficos e constituída por processos sócio-históricos, sendo desse modo, um lugar privilegiado para a construção da ideia de nação. Estas também se transformam em um cenário igualmente relevante para a construção das relações, principalmente entre países, além de serem espaços “constantemente modificados durante a história”. (SCHERMA, 2012, p.08).

As fronteiras ancoram a nação na própria realidade física e geográfica, tornando-a anterior aos homens e à história, definindo, assim, as fronteiras como ambientes naturais (MAGNOLI, 1997). Sendo assim, as fronteiras naturais se referem a um espaço vital pertencente à determinada nação, povo ou comunidade, antes mesmo que aquela estivesse estabelecida e desenvolvida num determinado lugar.

Brasil (2005) entende a zona de fronteira ou fronteira como uma composição de terras situadas de cada lado do limite internacional, na qual ocorrem interações sociais envolvendo atores de diferentes nacionalidades. Cabe lembrar que essas interações sociais ocorrem de um lado ou outro da zona de fronteira, e mesmo apontadas pela internacionalidade apresentam uma delimitação espacial sob autoridade de uma nacionalidade.

A partir de suas particularidades e ambiguidades, as fronteiras configuram-se em locais no quais se adquire uma imagem atrativa para inúmeros indivíduos, principalmente para aqueles que buscam diversos tipos de empregos legais ou ilegais. O Estado brasileiro tem 588 municípios localizados geograficamente em linha de fronteira. De acordo com Brasil (2005), o país tem uma faixa de fronteira¹⁷ considerada de 150 km de largura com os países vizinhos, fato estabelecido pela (Lei 6.634, de 02/05/1979). Em relação sua composição é formada por 11 Unidades da Federação das quais sete são amazônicas: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

A faixa de fronteira brasileira corresponde a uma área de 27% do território do país e agrupa uma população aferida em dez milhões de habitantes. Dentre esses espaços, a região Amazônica concentra 12.000 km de áreas fronteiriças do Brasil e pouco se conhece das particularidades das fronteiras da região, pois o difícil acesso e a sua marginalização contribuíram para essa realidade. Mattos (1990, p.34) define a faixa de fronteira como:

(...) Os limites entre as nacionalidades se caracterizam por uma faixa de transição onde os valores de cada parte, particularmente a língua, raça, religião, ideologia, costumes e comércio, se interpenetram. Realmente, as faixas fronteiriças, quando habitadas, são regiões de endosse cultural, daí a caracterização sociológica do chamado homem fronteiriço. Esta interpenetração se faz natural e pacificamente quando se trata de Estados amigos e é limitada e mesmo proibida quando se trata de Estados rivais. Mas, se a caracterização jurídica da fronteira é a linha, a sua realidade cultural ou administrativa (instalação de postos de controle, alfândegas, elementos de vigilância ou defesa) é a faixa.

Assim, a existência de uma faixa de fronteira caracteriza-se a partir de um dado espaço territorial, no qual convivem ainda características físicas, políticas e sociais de ambos os lados. As áreas da faixa de fronteira da Amazônia são marcadas por situações sociais e econômicas complicadas, fato diretamente refletido na sua população (COELHO, 1992). Desse modo, políticas públicas insipientes e a distância territorial são pontuadas como agravantes para este cenário. Afirma Tostes (2012, p.05) que:

¹⁷ A faixa de fronteira é uma extensão do domínio terrestre de um Estado é determinada por limites, que indicam até onde vai o território sobre o qual se exerce a sua soberania. A demarcação e indicação dos limites é direito e dever do Estado. A Faixa de Fronteira também é resultado de um processo histórico que teve como base a preocupação do Estado com a garantia da soberania territorial desde os tempos da colônia.

Os ajustes espaciais na faixa fronteira da Amazônia brasileira instalados não conseguem acompanhar as dinâmicas, a magnitude e as velocidades de crescimento urbano que nelas se manifestam. Por consequência, exige maiores atenções, pois em um mundo globalizado, o território possui dinâmicas que vão além da defesa da sua área territorial, de seu espaço e de sua matéria – prima.

Desta forma, verifica-se a primazia de se visualizar a fronteira amazônica para além das questões de defesa nacional, situação estabelecida como característica do período militar, o qual marcou contemporaneamente a corrida pela defesa dos espaços fronteiros amazônicos. Assim, se faz necessário observar que na faixa de fronteira amazônica, há também um intercâmbio constante de mercadorias, idiomas e identidades, não apenas entre cidades ou vilas fronteiriças, mas também entre os diferentes países.

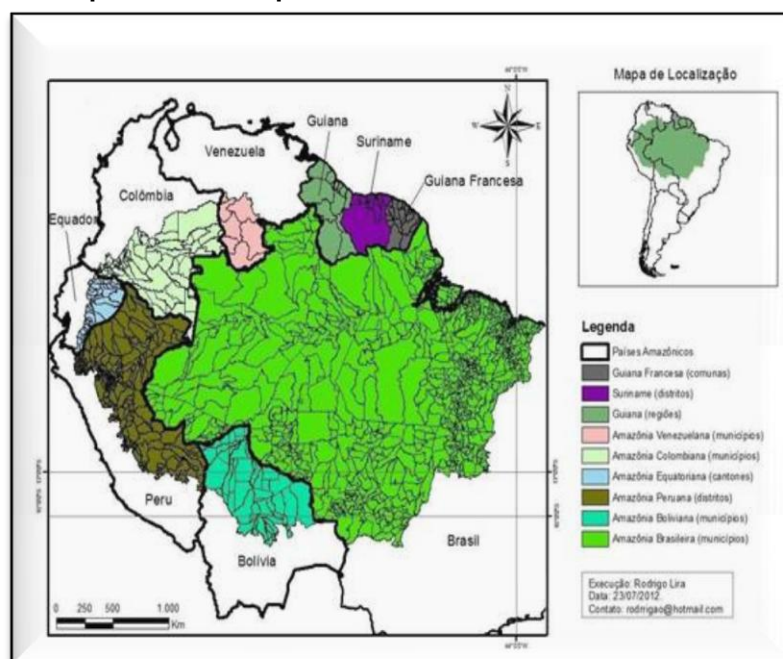
A grande Amazônia é constituída por um espaço descrito por Mattos (1980) como imensa região natural, portadora de ecologia uniforme e abrangente de vários países, por isso, visando à clareza das ideias e das perspectivas dos seus estudos, ele adotou a palavra Pan-Amazônia para se referenciar à Amazônia internacional. Apesar de Mattos em 1980, não incluir o Platô das Guianas na Pan-Amazônia, atualmente, após o processo histórico, autores como Souza (2014), Arágon (2009), e Corbin (2012) reconhecem e descrevem a Guiana Inglesa, Suriname e Guiana Francesa como territórios pertencentes a Pan-Amazônia.

A denominada Pan-Amazônia ocupa 43% da América do Sul, com uma área de 7,5 milhões de hectares e uma população total estimada em 40 milhões, marcada pela diversidade étnica, representando cerca de 11% da população total dos países amazônicos. Geograficamente, as fronteiras Pan-Amazônicas também são faixas estratégicas, pois dividem e conectam oito países independentes¹⁸ (mais a Guiana Francesa) do bioma amazônico (SOUZA, 2014).

Infere Arágon (2009) que uma das formas mais comuns de se definir a Pan-Amazônia é utilizar-se de critérios políticos, administrativos ou legais. Assim, ferramentas como os censos demográficos e outras fontes de registro de dados são elementos importantes para mapear cada Amazônia nacional e agregar informações para se obter uma composição da Grande Amazônia, com isso podendo se estimar a área e população total da região, descritos no Mapa 02.

¹⁸ Os países que formam a Amazônia Internacional são: Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Suriname, Venezuela, Guiana e mais a Guiana Francesa que é um Departamento Ultramarino da França.

Mapa 02: Divisão político-administrativa da Amazônia



Fonte: ARAGÓN, Luiz (2013)

Desse modo, sendo somadas todas as divisões administrativas da Grande Amazônia, chega-se a estimativa de que sua área total é composta por 7.468.178 km², dimensão que representa cerca de 55% da área total dos países amazônicos. Na maioria dos países que compõem a Pan-Amazônia também é considerável o percentual do território amazônico em suas composições territoriais, destacando-se o caso do Brasil e do Peru, onde a Amazônia compreende uma faixa de 60% de seus respectivos territórios nacionais (ARAGÓN, 2013).

Por sua dimensão e importância política, a Pan-Amazônia ganhou nas últimas décadas mais visibilidade, e tornou-se necessário definir e criar mais políticas de migrações internacionais. Na Amazônia, o processo de migração internacional parece seguir a história da América Latina analisada por Pellegrino (2003) como dinâmico e complexo em função da expansão dos efeitos da globalização. Assim, “a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de vida melhor”. (MARTINE, 2015, p.03).

As migrações internacionais tornam o fenômeno migratório algo ainda mais complexo, pois abrange não só o deslocamento no espaço e sua duração, mas também outros, como, por exemplo, o trânsito ilegal de pessoas. Outro ponto interessante diz respeito aos movimentos pendulares e circulares no espaço da

fronteira internacional, em sua maioria, fomentados pelo fator trabalho e pelos serviços proporcionados na fronteira. “A pendularidade pode ser compreendida como o fluxo diário de pessoas que se deslocam na fronteira nos mais diversos interesses, como a oportunidade de trabalho, enfim, melhores condições de vida que a fronteira pode proporcionar”. (OLIVEIRA; SANTOS, 2014, p. 20).

A pendularidade na Pan-Amazônia também se intensificou partir dos anos 1990, pois se observou nos países latino-americanos o aumento considerável das migrações transfronteiriças. Desse modo, as cidades nas fronteiras se tornaram cada vez mais viáveis, já que seus custos de migração são relativamente baixos, devido à proximidade e à facilidade de acesso terrestre. Entretanto, esses trabalhadores imigrantes estão quase sempre inseridos no mercado secundário, que no caso, é aquele que não exige qualificação profissional, oferece os menores salários e apresenta pouca ou nenhuma mobilidade (CARDOSO, 2002).

Dessa forma, o desemprego, o fator econômico e os baixos salários determinam, em certa medida, os fluxos migratórios e contribuem com a decisão de migrar para outro país. Tal fato ocorre, sobretudo, quando o que se ganha no país de origem não é satisfatório para a manutenção familiar compreendida não apenas como sobrevivência, mas também como a aquisição de bens, tais como automóveis, imóveis e bens de consumo, além do acesso a serviços de saúde e saneamento básico.

Esse cenário também propicia a formação de famílias e indivíduos transnacionais, definidas aqui não somente pelo fato de uniões ocorridas entre indivíduos de nacionalidades diferentes, mas também pelo fato de os seus membros encontrarem-se espalhados por vários países. Valderrama (2007) caracterizou esse transmigrante como aquele que possui laços simultâneos socioculturais, econômicos e políticos, no país de origem e destino, principalmente aqueles que atravessam a fronteira constantemente.

No extremo norte da Amazônia brasileira, destacando-se a fronteira do Estado do Amapá com a Guiana Francesa, trabalhadores de garimpo caracterizam-se por viver essa a situação de indivíduos transnacionais, os quais segundo Ribeiro (2000) destacam-se pela sua desterritorialização, ambiguidade e simultaneidade, ao mesmo tempo em que há uma transversalidade que vai desde o local até o global. Portanto, o espaço passa a ser algo difícil de mensurar e as redes sociais

constituem-se como dimensões centrais para o desenvolvimento da integração transnacional.

Assim, a rota do garimpo é extensa e dinâmica há anos, porque envolve desde a vila de Lourenço, em Calçoene (estado do Amapá), até os garimpos da Guiana Francesa e do Suriname (SILVA, 2013). Em consonância a isso, brasileiros movimentam-se há décadas em busca de ouro por toda a região da Pan-Amazônia, e, geralmente, migram de forma perigosa e com pouco recurso.

2.3 A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO AMAPÁ: DE CALÇOENE AO OIAPOQUE.

O Estado do Amapá concentra uma das maiores reservas minerais do território brasileiro, sendo rico em manganês, ferro e ouro, atrativos que há cem anos impulsionam migrações de indivíduos para região, principalmente trabalhadores da garimpagem. Enquanto eram território da província do Grão Pará, as terras do Amapá começaram a visualizar a chegada dos primeiros pioneiros da garimpagem de ouro, homens e mulheres oriundos não apenas do território brasileiro, mas também estrangeiros pertencentes ao Platô das Guianas.

Esses indivíduos foram responsáveis pelo povoamento de vários municípios do Amapá, e dentre eles destaca-se Calçoene e Oiapoque, sobretudo pelos laços longevos dos dois municípios com a garimpagem até os dias atuais. No entanto, além de uma área rica em ouro essa região também se destacou por mais de cem anos de disputas de suas terras, conflitos, que envolveram os governos brasileiro e francês no “Contestado”¹⁹.

A disputa da região era mais motivada pelas riquezas auríferas do local do que propriamente pela posse do território. De acordo Laestra e Nardi (1984), os franceses nitidamente começaram a se interessar por tal região em 1889, quando um humilde brasileiro, de nome Lourenço, residente da Guiana Holandesa, subiu o Rio Calçoene em busca de ouro. Em sua aventura, Lourenço encontrou um pequeno igarapé e lá conseguiu lograr êxito produzindo em pouco tempo uma quantidade de

¹⁹ Conhecido também como Contestado franco-brasileiro refere-se a uma disputa de limites envolvendo França e Brasil, no final do século XIX, agravada a partir de 1895. A França não reconhecia o rio Oiapoque como limite entre a Guiana Francesa e o Amapá, reivindicando para si parte do território no Amapá.

ouro significativa, situação que logo promoveu uma corrida por ouro. Fato descrito por Romani (2013, p.63) como:

Suficiente para atrair milhares de homens em busca da aventura do ouro a partir de maio de 1894 e nos anos que se seguiram. A área compreendida entre o Calçoene, o Cassiporé e os afluentes de ambos os rios, registrou um fluxo intenso de aventureiros na maioria provindos das terras mais ao norte, mas também uma boa quantidade de brasileiros vindos, principalmente, do Pará e do Ceará. Estima-se que aproximadamente 6.000 garimpeiros viviam na região do Contestado no período de maior intensidade de exploração. Todo o ouro extraído inicialmente passava pelo porto de Caiena onde era classificado e tributado na entrada em 10 francos por kg e na saída para o exterior da colônia em 8% do valor bruto¹²⁴.

Essa descoberta de um grande veio de ouro gerou não só a migração de dezenas de brasileiros para região, mas também uma invasão de estrangeiros, habitantes do Platô das Guianas. O fluxo de pessoas oriundas de Caiena era tão grande que motivou a circulação de navios e barcos à vela, para fazerem o tráfego entre Caiena e o baixo Rio Calçoene. Os guianenses retiraram verdadeiras fortunas dos garimpos de ouro do Lourenço.

Esse processo de exploração de ouro gerou inúmeras movimentações sociais, criando também vários lugarejos, os quais foram oficializados em 22 de dezembro 1956 dando origem à Vila de Calçoene, que iniciou em frente à cachoeira do Firmino. Entretanto, antes de virar vila, o lugar foi marcado por conflitos e o governo brasileiro, “ou por falta de vontade, ou por incapacidade gestora e financeira, tanto do Estado quanto da incipiente burguesia empreendedora nacional, ficou praticamente à margem de todo o processo de extração mineral realizado no Contestado”. (ROMANI, 2013, p. 63).

Ainda nas terras do Contestado, outras regiões também começaram a ser influenciadas por este movimento de indivíduos na busca da fofoca do ouro. Em meio a esse contexto surge a vila de Martinica²⁰, atualmente conhecida como cidade do Oiapoque, situada extremo norte do Brasil. Martinica também era a morada do mestiço Ëmilie Martinique, líder das primeiras ocupações de famílias francesas nesta área (PENNAFORT, 1984).

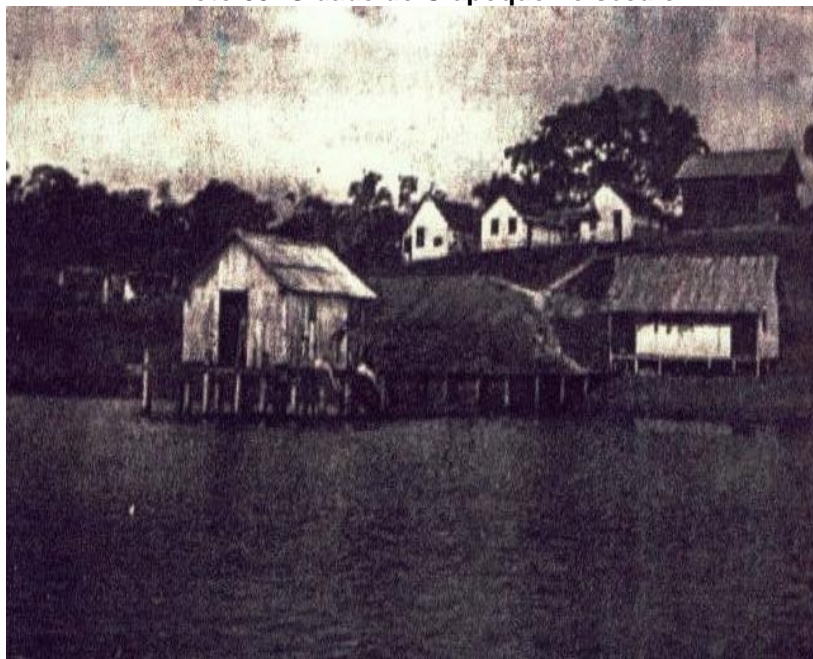
De acordo com a história, este grupo de indivíduos conhecidos na região como antillesses²¹, vinham da Guiana Francesa seguindo a costa em busca do minério de ouro. Chegaram ao Oiapoque com os barcos carregados de mantimentos

²⁰ O Município do Oiapoque primeiramente ficou conhecido por Martinica, fato originado em homenagem a um de seus primeiros moradores, imigrantes oriundos da região de Martinica.

²¹ Esses são indivíduos oriundos das ilhas das Antilhas localizadas no mar do Caribe. Durante muito tempo essa região foi colônia dos países europeus: Espanha, França, Holanda e Inglaterra.

e com a forte vontade de se estabelecerem no lado brasileiro. Alguns optaram em seguir viagem até o Rio Calçoene, mas uma parte significativa resolveu se estabelecer no Oiapoque, com intuito de vender produtos para os viajantes que passavam pela área.

Foto 03: Cidade do Oiapoque no século XVIII



Fonte: Acervo do Estado do Amapá.

A presença frágil do Estado brasileiro no local abriu espaços para os franceses tentarem ganhar posses não só no Oiapoque, mas em toda a região do Contestado, situação que a priori não foi consumada por causa das brigas armadas entre moradores brasileiros e franceses. Esses episódios mancharam a fronteira de sangue e obrigaram os dois países a começarem uma série de negociações, conclusas com a conquista do domínio do território contestado em juízo pelo Brasil. Situação descrita por Fonseca (2008, p. 42):

Em sentença proferida no dia 1º de dezembro de 1990 reconhece-se o direito do Brasil ao limite do território marítimo, declarando que o rio “Japoc ou Vicente Pinson” do tratado de Utrecht é o rio Oiapoque que se lança no oceano atlântico ao Oeste do Cabo de Orange o talvegue deste no ficaria constituindo definitivamente a primeira parte da fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa. No tocante aos limites interiores ficou estabelecido a linha do divisor das águas dos montes Tumucumaque.

Com o domínio da área, uma das primeiras providências do governo federal foi criar um destacamento militar no Oiapoque, com objetivo de proteger sua fronteira. Outra medida tomada em 1936 foi trocar o nome Vila da Martinica para Espírito Santo do Oiapoque por ordem do militar desbravador Cândido Rondon. “O

marechal, artífice da integração territorial brasileira, tentou apagar os vestígios estrangeiros da memória local” (ROMANI, 2013, p. 117), concretizando esse processo em 23 de maio de 1945, com a criação do município de Oiapoque.

Contudo, a legitimação das áreas do Contestado como terras brasileiras não apagou a influência da garimpagem tanto em Calçoene como no Oiapoque. Em Calçoene, a produção do ouro ganhou escala industrial e, no início da década 80, a Mineração Novo Astro (MNA), através de compra, adquiriu a área de garimpagem de um garimpeiro chamado Joel Ferreiro, na região do Lourenço, e iniciou suas atividades extração ouro. “Essa empresa passou a possuir grande importância para mineração industrial de ouro do Amapá, não somente por ter sido a primeira [...] a desenvolver essa atividade, mas, sobretudo por [...] investimento, absorção de mão-de-obra e produção” (BRITO; BRUSEKE; MATHIS 2007, P.173).

O projeto da MNA durou aproximadamente uma década e meia e, ao encerrar suas atividades deixou espaço para que se implantassem na área do Lourenço cooperativas garimpeiras que até os dias atuais continuam a explorar ouro na região. O município de Oiapoque, observou uma nova corrida por ouro em 1980, quando foi descoberto um filão de ouro na frente da cidade, fato que atraiu muitos indivíduos e aqueceu o comércio local.

Contudo, como já era esperado pelos trabalhadores brasileiros o “boom do ouro” no rio Oiapoque, não demorou muito tempo, e em parte foi cessado pelo esgotamento dos filões de ouro e pelas severas leis brasileiras, as quais coíbem a garimpagem individual. Para continuarem garimpando no Brasil, eles teriam que invadir as terras onde estão hoje as Montanhas do Tumucumaque²², fato não concretizado por causa da intervenção militar em todos os focos de garimpagem ocorridos ilegalmente.

Portanto, em meio a dificuldades de se legalizarem no território brasileiro, milhares de trabalhadores do garimpo na região de fronteira, no final dos anos 90, começaram a migrar em grandes contingentes para o território da Guiana Francesa. Nesse ponto nasce um novo episódio da busca pelo Eldorado, cenário que utiliza principalmente o município de Oiapoque como “cidade de passagem” e de negócios movimentados pelo fluxo de pessoas.

²² O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado no ano de 2002 e trata-se de uma unidade de conservação brasileira de proteção integral da natureza localizada nos estados do Amapá e do Pará.

2.4 GUIANA FRANCESA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E IMPLICAÇÕES TRANSFOTERIÇAS.

O Departamento ultramarino Francês (DUF), segundo o Institut National des Statistiques et des Études Économique (INSEE), tem uma população de 215.036 habitantes. Suas principais cidades são: Cayenne, 60.500 hab.; Saint-Laurent du Maroni, 34.336 hab.; e Kourou, 25.918 hab. Politicamente, o território francês é um pedaço da Europa encravado na América do sul, entre países com os quais sempre manteve fracos laços econômicos e políticos.

O DUF está localizado ao norte da América do Sul, sua extensão territorial é de aproximadamente 90.000 km², sendo uma grande área de seu território coberto por densa floresta tropical. No que se refere a limite físico, pode se observar no Mapa 03 que esse território se delimita ao norte com o oceano Atlântico, ao sul e ao leste com o Brasil (fronteira com o Estado do Amapá) e a oeste com o Suriname. O perímetro de suas fronteiras soma 1.183 km e sua faixa litorânea mede 378 km. Colonizado e dominado pelos franceses faz parte de uma unidade física maior, o Planalto das Guianas, composto também pelo Suriname e Guiana Inglesa, ambos ex-territórios Europeus.

Mapa 03: Guiana Francesa



Fonte: PINTO, 2012.

De acordo com Arouck (2002), a Guiana Francesa foi resultado da ampliação comercial europeia a partir do século XVI, situação provocadora de intensas

disputas entre as potências comerciais da época, Holanda, Inglaterra e França, as quais lutaram contra a supremacia ibérica de Portugal e Espanha. Entre as buscas operacionalizadas pela França, um dos principais objetivos era a conquista da foz do rio Amazona, situação não concretizada.

Durante os dois primeiros séculos de colonização da Guiana, entre os séculos XVII e XVIII, os franceses também passavam pelo grave problema de ter estabelecido bases fortes nas terras guianenses, pois naquele momento não detinham recursos humanos suficientes para a ocupação do espaço territorial conquistado na América do Sul. Alguns comerciantes franceses abriram um centro comercial em Sinnamary, em 1624, e outro em Caiena, fundado em 1635, essas foram às primeiras formas domínio do território. A esse respeito descreve Romani (2013, p.74) que:

Navegadores normandos fundaram no ano de 1635 a vila de Caiena, entreposto comercial que se consolidou como o porto colonial francês mais meridional da América. O Reino da França montou uma empresa mercantil, a “Companhia do Cabo do Norte”, exclusivamente com o objetivo de explorar comercialmente a costa das Guianas. Pelo nome genérico de Guianas ficaram conhecidas, também, todas as demais terras existentes desde o delta do rio Orenoco até o braço norte do rio Amazonas: Guiana Inglesa, Holandesa, Francesa e Brasileira.

Enviados por Luís XIV, alguns nobres franceses também incentivaram os mercadores da região a negociarem para além do espaço da vila de Caiena, atingindo áreas ainda não alcançadas pelos europeus. Desse modo, a França, interessada pela política da boa vizinhança, logo buscou uma relação amistosa com os ameríndios, assim, a empatia dos franceses pelos indígenas e a vontade do rei da França de não fazê-los escravos instituiu um tratamento particular em relação aos ameríndios da Guiana, a coexistência pacífica, durante o curso desses dois primeiros séculos da colonização (BALDWIN, 2010).

Primeiramente, foram feitos acordos com os Galibis (habitantes da região costeira), tendo como intuito que os indígenas abdicassem da região da Ilha de Caiena em favor dos franceses. Em troca dessa gentileza, os franceses prometeram dar ajuda e assistência em relação às suas atividades econômicas de extração, caça e pesca, bem como conceder autorização de livre comércio e a promessa de jamais endereçarem operações militares contra eles.

No entanto, toda essa interação, conforme Mam-Lam-Fouck (2002), não foi benéfica aos povos indígenas, pois desde a chegada dos franceses, no início do século XVII até o final da Segunda Guerra Mundial, dos 30.000 ameríndios que

habitavam o solo guianense, apenas cerca de mil sobreviveram ao choque de civilizações. “A política francesa em relação aos ameríndios, além de diversas instruções reais, foi desenvolvida com mais intensidade pela prática social dos missionários capuchinhos e, depois, jesuítas” (BALDWIN, 2010).

Quanto ao problema de povoamento do território guianense, a priori a França apostou no comércio de negros, o qual se estendeu por mais ou menos dois séculos (1652-1831). Seu ritmo foi particularmente lento, pois dependia da evolução do número de compradores e das suas capacidades financeiras. O mercado de escravos na Guiana jamais foi igual ao das Antilhas, Brasil ou Suriname. De acordo, com Baldwin (2010), a Guiana recebeu apenas uma ínfima parte do fluxo de escravos africanos no Atlântico – século XVII ao XIX.

O Estado francês lançou mão também de vários projetos de colonização ‘branca’, assim como o Brasil. Colonos, militares, religiosos e administradores passaram a gerir a colônia na qual a maioria da população era constituída de integrantes do mundo tropical. No entanto, a classe social dos brancos somou, ao fim do sistema escravagista, ainda uma pequena parcela e, após o anúncio do decreto de 27 de abril de 1848 que abolia definitivamente a escravatura, em substituição à antiga sociedade dominada pelos brancos, surge uma outra classe dirigente, composta basicamente por crioulos. Deste modo, complementa Baldwin (2010, p.06):

Uma burguesia crioula substitui progressivamente uma classe dirigente branca [...]. Verdadeiramente foram três séculos de tentativas de povoamento branco na Guiana (1652-1956). A Guiana chegou a pagar cento e sessenta e cinco francos, na época, por imigrante. Assim aportaram na Guiana alguns portugueses da Ilha da Madeira, indianos, chineses somando de 1849 a 1877, 11.244 trabalhadores. Leis protegiam a imigração, favoreciam estadas mais longas (de 5 a 7 anos) encorajavam a instalação definitiva.

A lei chamada de “assimilação” de 19 de março de 1946, votada pelo parlamento francês transforma as quatro velhas colônias (Martinica, Guadalupe, Reunião e Guiana) em departamentos ultramarinos. Essa modificação política “traduzia uma nova política colonial francesa, no qual todos os habitantes da região deveriam gozar dos mesmos direitos e deveres dos cidadãos da França metropolitana” (Mam-Lam-Fouck, 2002, p.85).

Apesar da transformação do território guianense em Departamento Francês, ainda havia um fosso enorme entre as condições de vida dos guianeses comparada

a dos metropolitanos, situação parcialmente amenizada a partir das iniciativas do governo francês dirigidas à alimentação, à saúde pública e à educação. Entretanto, na opinião do pesquisador Mam-Lam-Fouck (2002), o projeto departamental surgiu como uma caricatura, pois a igualdade de direitos não se concretizou quando a questão foi político-institucional.

A aquisição do status de Departamento representa importante avanço em relação à condição de colônia, porém, essa situação não rompeu com a extrema dependência do território guianês (PINTO, 2012). Outro ponto a ressaltar refere-se à posição do Estado francês, que após a derrocada de seu sistema colonial, aumentou sua preocupação em inibir qualquer revolução separatista por parte dos guianenses e incentivou o branqueamento da população.

Na verdade, ainda é visível que o Estado francês controla administrativamente, ideologicamente e militarmente toda sua região guianense. “Através de depoimento de intelectuais locais, veremos [...] como a metrópole, aliada a elite crioula local, ainda consegue manter o discurso que sem a França, a Guiana não andaria com as próprias pernas” (PINTO, 2012, p. 159). Essa posição consegue revelar as fragilidades e as limitações da Guiana Francesa, evidenciando seus entraves políticos, econômicos e educacionais.

Todavia, apesar de todas as dificuldades e restrições, o DUF consegue até os dias atuais sustentar uma situação bem mais favorável que seus vizinhos latinos, principalmente pelos subsídios do governo francês, possíveis pela redistribuição nacional da renda na França. A União Europeia também tem investido dinheiro na região, e são essas verbas que sustentam o padrão dos serviços, assistência social e salários. Entretanto, além dos recursos sociais do governo, a Guiana Francesa também recebe recursos oriundos do Centro Espacial Europeu em Kourou²³, destinado para o DUF como verbas espaciais.

Essas verbas recebidas possibilitam ao DUF na América ser um dos territórios mais ricos do Caribe e da América do sul, fato que aumenta seu lado artificial e a distância do padrão de vida dos países vizinhos, sendo seus custos, preços e salários mais de quatro vezes superiores aos do Brasil e do Suriname (GRANGER, 2008). “A Guiana Francesa assim constitui uma verdadeira ilha

²³ Kourou é um município do Departamento Ultramarino Francês e tem 25.918 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso da Guiana Francesa, superado apenas por Caiena. Abriga o Centro Espacial (Centre spatial guyanais, CSG), uma base de lançamento de satélites.

européia no meio de um oceano de pobreza, e por isso está atraindo muitos migrantes oriundos dos países próximos” (GRANGER, 2008).

Dentre os principais indivíduos que migram para o DUF em busca de oportunidade, é notório evidenciar a migração dos brasileiros, que segundo as autoridades francesas já são um 1/5 da população do território guianense. “A proximidade da fronteira, a pressão demográfica do nordeste brasileiro, a falta de emprego e de melhores condições de vida [...] levaram os brasileiros a investir na imigração, mesmo clandestina.” (BALDWIN, 2010, p. 09).

No Brasil, não há qualquer estatística sobre a saída de brasileiros para a Guiana francesa, nem o governo francês sabe informar o número correto de brasileiros residentes em seu território, uma vez que a grande maioria migrou ilegalmente. Cálculos da imprensa brasileira estimam em 25.000 o número de brasileiros na Guiana. O consulado do Brasil em Caiena em 2010 detinha o registro de 10.000 brasileiros documentados e estimava haver aproximadamente 8.000 flutuantes, entretanto, estima-se que os números de ilegais superam os de legalizados.

O movimento em direção ao DUF vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, em conjunto com a recente crise mundial, a qual atualmente configura-se como estímulo e justificativa. Esse processo atual acaba influenciando a história local, já que ímpeto determinado dos brasileiros de ultrapassarem as barreiras fronteiriças aumentaram os gastos com aparato militar, operações e serviços sociais. A França anualmente gasta milhões com programas sociais, saúde e educação que também atendem a esses imigrantes. Inúmeras mulheres brasileiras buscam ter filhos no Departamento, tendo como intuito obter o amparo do governo francês.

Portanto, o governo francês, o qual durante anos incentivou o povoamento de colonização através de migrações, nos dias atuais coloca vários entraves para essa prática social. Ainda assim, o fluxo de pessoas continua intenso e não atrai só os brasileiros, mas também outros indivíduos da Pan-Amazônia, os quais cruzam as fronteiras de seus países rumo Departamento Francês na busca, sobretudo, das riquíssimas jazidas de ouro localizadas ao sul do território, na fronteira com o Suriname²⁴.

²⁴ Suriname, ou, raramente, Surinão, oficialmente chamado de República do Suriname, é um país do norte da América do Sul, limitado a norte pelo oceano Atlântico, a leste pela Guiana Francesa, a sul pelo Brasil e a oeste pela Guiana. Sua população é de aproximadamente 420.000 habitantes, composta, sobretudo, por negros, indianos e indígenas.

2.5 O FLUXO MIGRATÓRIO DE BRASILEIROS PARA O DEPARTAMENTO ULTRAMARINO FRANCÊS E A “FEBRE DO OURO”.

Identificados como estrangeiros e/ou migrantes, dependendo do contexto no qual se encontram, os brasileiros já são legalmente uma grande parcela da população que reside na Guiana Francesa. Por isso, é importante analisar essa categorização que diferencia os brasileiros dos franceses e os aloca, na maioria das vezes, em uma posição hierárquica inferiorizada, pois na tentativa de proteger seu território o governo francês vinculou os brasileiros a inúmeras características ruins (MARTINS; RODRIGUES, 2012).

No capítulo “imigração e convenções internacionais”, Sayad (1998) discute as representações elaboradas na sociedade francesa para categorizar migrantes e estrangeiros. Para ele um estrangeiro, de acordo com a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas depois de passar as fronteiras e se fixar, o indivíduo deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante.

Assim, se estrangeiro é a definição jurídica de um estatuto, o imigrante é antes de tudo uma condição social. De acordo, com Martins e Rodrigues (2012), no caso da Guiana Francesa a migração laboral aparece como primeiro passo para o estabelecimento de várias questões, dentre elas as étnicas, as sociais, as políticas e as culturais, fazendo este problema do migrante transpor a explicação jurídica e econômica.

No caso da mobilidade de brasileiros para a Guiana Francesa, podemos salientar que essa realidade começou a crescer demasiadamente nas três últimas décadas. Pinto e Castro (2008) retratam o auge dessa migração no início dos anos 80, com construção das instalações da cidade de Kourou, período no qual a saída de brasileiros para a cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores oriundos do extremo norte e nordeste do Brasil. Fato relatado por Baldwin (2010, p.15):

Os brasileiros, então, já faziam parte da primeira leva de imigrantes para o Centro Espacial de Kourou, dentre outros europeus, guianenses, europeus, antilhanos, surinamenses e colombianos e hoje, russos e outras etnias conforme o historiador Serge Mam Lam Fouck. Tais brasileiros vinham geralmente do Amapá e do Pará e eram contratados pelas empresas do referido Centro Espacial, vinham de avião e permaneciam com salários estáveis e razoáveis condições de vida recebendo primeiramente em francos franceses e depois em euros.

É interessante compreender como os campos de trabalhos ocupados por brasileiros se restringem na maioria dos casos, às atividades com nível de escolaridade e profissionalização menos valorizadas pelos cidadãos franceses, pois são poucos os brasileiros bem sucedidos no DUF. “A maioria dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho na Guiana Francesa desenvolve atividades manuais ou braçais e não intelectuais” (CASTRO; HAZEU, 2012, p.15). Assim, demonstrou-se que a procura do governo francês era apenas por mão-de-obra barata, já que após a construção da base espacial começou a expulsão dos imigrantes.

De acordo com Police (2010), a migração para o DUF por parte dos brasileiros também foi influenciada por um contexto histórico, estreitamente relacionado ao fascínio do euro e do ouro na fronteira franco-brasileira, uma ilusão lendária da terra do “Eldorado”, adotante de um papel chave dentro da dinâmica e organização das representações que movem tais indivíduos. “La Guyane est, dans le regard des brésiliens qui la découvrent, une terre promise, un mythe à portée de la main” (POLICE, 2010, p. 57)

Pinto (2012) expõe que “um mundo e uma sociedade que exclui os desempregados do direito de viver, a possibilidade de se conseguir um trabalho [...] é responsável por buscas desesperadas à procura de qualquer coisa” (p. 48). Desta forma, em meio a tais mudanças, o trabalhador amazônico, principalmente, também adotou uma postura mais ousada na busca de melhores condições de vida e, dentre as opções, visualizou no território francês trabalho, proteção social e saúde, os quais são oportunizados até mesmo aos clandestinos.

Outro fator bastante discutido sobre a questão da migração desenfreada de brasileiros para o DUF é o grande número de trabalhadores que entram clandestinamente para trabalhar em áreas de garimpo. A realidade é que, nos últimos anos, trabalhadores oriundos da Amazônia brasileira pertencentes a “febre do ouro” impregnada na história do Brasil, vislumbraram nas ricas terras guianenses novas possibilidades de garimpagem. Os principais fatores desencadeadores de tal problemática são essencialmente os novos dispositivos ambientais, a criminalização da garimpagem individual no país e o interesse do governo em passar para as empresas à exploração mineral do país (BRITO; BRUSEKE; MATHIS, 1997).

Esses fatores aliados à falta de políticas direcionadas a esses indivíduos acabaram provocando um fluxo migratório, não só para Guiana Francesa, mas

também para outros países da Pan-Amazônia, no entanto a opção pelo DUF foi um processo inicialmente também potencializado pela própria Guiana. Em 1880, brasileiros, antilhanos, holandeses e surinameses começaram a aportar de forma tímida em terras guianenses, a princípio convidados pelos próprios franceses, tendo como intuito parcerias para execução dessa exploração mineral (BALDWIN, 2010). História repetida nos anos 90, de acordo com a entrevista com Sr.^a Maria Dulce, moradora antiga do município do Oiapoque, que declara:

No início do garimpo de Reginá, nos anos 90, querendo usufruir de nossas experiências foram os próprios guianenses que nos levaram para o garimpo em suas terras, investimos muito dinheiro em máquinas e levamos vários trabalhadores brasileiros para essa área. Mas, depois o Governo francês resolveu fechar os garimpos. Expulsou todos os brasileiros donos de máquinas na região. Para não perder meu investimento, eu ainda tentei ficar como dona de máquinas em garimpos clandestinos, mas preferir sair, pois teve muitos prejuízos. Vários trabalhadores como eu, daquela época continuam na lá e até hoje trabalham de forma clandestina. (presidente da cooperativa dos garimpeiros de Oiapoque “Verde Minas”).

Conforme o relatado, a convite os brasileiros começaram a conhecer o território francês e penetra-lo em busca de ouro e, com o tempo, acabaram chegando a locais cada vez mais longevos. Passando quase sempre pelo Suriname ou Brasil, esse elevado número de indivíduos logo apresentou aos habitantes franceses a face pobre do continente sul-americano e, mesmo em meio a repressão francesa, não se intimidaram e começaram a formar uma grande comunidade de trabalhadores clandestinos.

É notória a preocupação dos dirigentes franceses com a grande quantidade de ouro que sai de seu território diariamente, de forma ilegal e sem gerar bônus para seu país, pois os brasileiros clandestinos vendem seu ouro no Brasil. Contudo, esses trabalhadores clandestinos, não enfrentam apenas a realidade de estarem ilegais e desempregados em território estrangeiro, mas a individualidade e intolerância dos legalizados e nativos, pois em conversas com guianenses e até mesmo nos brasileiros legalizados podemos notar o desprezo e repúdio por imigrantes clandestinos, principalmente os dos garimpos (PINTO; OLIVEIRA SOARES, 2011).

Segundo o Consulado brasileiro, na região, é impossível saber o número exato de brasileiros que residem nos garimpos. Um grande número desses imigrantes nunca se deslocou até as cidades centrais do Departamento, e conforme

pesquisadores como Pinto (2012), muitos desses ilegais não sabe falar francês e grande parte nunca foi até as cidades sede do território, ou seja, Kourou e Caiena.

Todas essas situações fazem com que esses brasileiros vivam numa constante tensão geradora de uma expectativa de a qualquer momento serem capturados e extraditados, dado o acirramento do combate aos ilegais na Guiana francesa pelo Estado francês na última década. Situação relatada por um amapaense de 62 anos entrevistada por Soares, Oliveira e Pinto (2011, p.10):

Eu já fui pego quatro vezes, com oito anos que eu estou aqui já fui expulso [...]. Eles trataram como devem tratar mesmo, a gente sabe que sem documento a gente não tem direito a certas coisas, não me maltrataram. Eu só acho ruim porque eles algemam a gente, vai preso como que seja um bandido. Eu acho que a gente não merece ser assim, não era pra eles fazerem assim. Mas, a gente tá num país estrangeiro, então a gente tem que cumprir as ordens deles [...] algemam gente, é o que eles fazem demais, não bate, não agrediram, and unemployment dão comida e dão água, no *Rochambeau*, no Centro de Detenção (risos). Olha lá não é uma cadeia assim de tá na grade, é só porque a gente tá vigiado pela polícia ali. É um departamento, é um prédio. Então, a gente fica tudo ali dentro daquela área, cercado tudo de arame. [...] ai a gente fica até determinada hora, até eles mandarem a gente ou de avião, ou de carro.

Tais tipos de relatos são comumente encontrados, seja na cidade do Oiapoque ou na própria Guiana Francesa, porém esses brasileiros são determinados e nem a prisão os faz desistir de seus “sonhos”. Para PINTO (2012, p.203), as “diversas situações de desespero enfrentadas por esses imigrantes ilegais jamais serão mensuradas, não chegaremos pelo menos perto, de seus sofrimentos reais, de suas situações-limites, de suas dores físicas e morais”.

Contudo, apesar do trabalho pesado a ser desenvolvido nas áreas de exploração de ouro ilegal, os brasileiros vão conscientes do que irão executar (OLIVEIRA, 2012). Porém, as precárias condições de trabalho e injustiças nessas relações, tornam todo esse processo migratório parte de um projeto de vida extremamente arriscado, e quase sempre não resulta lucros financeiros.

3 A FRONTEIRA DA ILEGALIDADE: TRABALHADORES BRASILEIROS E O MOVIMENTO MIGRATÓRIO PARA OS GARIMPOS NA GUIANA FRANCESA.

3.1 O ESTADO DO AMAPÁ NA ROTA DA MIGRAÇÃO PARA O DEPARTAMENTO FRANCÊS.

O Estado do Amapá está localizado no nordeste da região Norte do Brasil, tendo como limites o Oceano Atlântico a leste, o Estado do Pará ao sul, e ao norte faz fronteira internacional com a Guiana Francesa. A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa tem uma linha limite que percorre cerca de 427 km por rios e mais 303 km por divisor de águas²⁵. Sua capital é Macapá, ocupando uma área de 142.814,585 km², e suas cidades mais populosas são: Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque.

Estudando o histórico do Estado Amapá pode-se observar que ele vem despontando no cenário brasileiro como detentor de um dos maiores índices de crescimento populacional decorrente de migrações (PINTO, 2012). Fator que contribuiu para o Amapá ser uma das rotas oficiais de deslocamento legal ou ilegal até a Guiana Francesa, situação potencializada por condições geográficas observadas no Mapa 04.

Mapa 04: Estado do Amapá



Fonte: Guia cidades, 2000.

²⁵ Limite geográfico que separa um território em diversas bacias hidrográficas, ou seja, de cada lado desta linha, as águas vão para lados diferentes.

É preocupante o número crescente de brasileiros passando diariamente pela fronteira amapaense em busca dos garimpos clandestinos no DUF (ANDRADE, 2007). Por tal motivo, é necessário conhecer melhor a rota feita por esses brasileiros, bem como as formas de locomoção mais utilizadas ainda dentro do território do Amapá.

Estes dados foram obtidos em pesquisa realizada com trabalhadores de garimpo e assistência social no município do Oiapoque, os quais ajudaram a retratar esse processo migratório movimentado por uma grande rede de interesses, que nasce na maioria dos casos ainda na cidade de origem destes trabalhadores, ou seja, através de um sistema envolvendo amigos e familiares, estes futuros migrantes são informados dos potenciais ganhos com a mineração ilegal na Guiana Francesa.

Desse modo, as redes de recrutamento agem da seguinte forma, quando se precisa de um trabalhador com determinado perfil dentro do garimpo, o dono da máquina²⁶ movimenta suas redes de contato em outros Estados, localizados principalmente no Norte e Nordeste do Brasil. A busca é por homens ou mulheres com experiência no trabalho ou que queiram tentar a sorte nos garimpos clandestinos. Esses sujeitos, atraídos pela ilusão do ganho em ouro, logo abandonam seus lares e suas famílias, embarcando numa aventura rumo ao Amapá. Pertinente a esse dado, o Sr. Natanael de Melo, de 25 anos, nos relata o seguinte:

Eu deixei mulher e três filhos em Itaituba/PA, minha família sempre trabalhou com garimpo. Vim pra cá com um sonho de comprar uma casa em minha cidade pra morar com minha família. Essa é a primeira vez que vou entrar num garimpo clandestino. A viagem foi cansativa. Fui de ônibus até Belém e lá peguei um barco até Santana. Lá tinha um cara me esperando e ele me levou até rodoviária, onde peguei uma Hilux (picape) até Oiapoque, mas não gastei nada até agora com transporte, já que o rapaz dono da máquina pagou tudo. Eu irei pagar esses gastos quando começar trabalhar. (PESQUISA DE CAMPO, 2015).

De acordo com os estudos desenvolvidos por Rodrigues e Vasconcelos (2012), Pinto (2012), Martins (2010) e Aragón (2013), o desenvolvimento dessas migrações intrarregionais e transfronteiriças são mais viáveis por causa do custo da migração e pelo fato de serem feitas em sua maior parte através de vias terrestres. Na maioria dos casos, após esse recrutamento, os indivíduos pegam um ônibus até a cidade de Belém e de lá viajam para o Amapá de navio.

²⁶ Proprietário das máquinas que exploram ouro nos garimpos. Esses sujeitos são responsáveis pela estrutura e organização econômica que movimenta o funcionamento dos garimpos.

Segundo a Assistência Social do Município do Oiapoque, dificilmente as pessoas viajam sozinhas, pois o dono das máquinas sempre procura recrutar-los em grupo, para minimizar os gastos. São indivíduos pobres e alguns já estiveram no garimpo várias vezes, não apenas na Guiana Francesa, mas também em outras regiões da Pan-Amazônia.

Foto 04: Porto de Santana



Fonte: Huana Furtado, 2015.

Ao chegarem no Porto de Santana, localizado na cidade de mesmo nome, distante 40 minutos de Macapá, capital do Amapá, os recrutados procuram orientação de como a chegar à rodoviária de onde geralmente partem de transportes “piratas”, as picapes Hilux, as quais diariamente transportam dezenas de pessoas entre Macapá e Oiapoque. Alguns donos de máquinas optam por esse tipo de transporte para locomoção de seus trabalhadores, principalmente pelo fato de não ser exigido nenhum tipo documento no embarque, ao contrário dos ônibus intermunicipais

O trajeto de Macapá para Oiapoque é o mesmo para legais e ilegais, ou seja, a BR 156, estrada hoje apontada como um ponto de discussão, haja vista que seu processo de pavimentação já dura décadas, fato gerador de muitos prejuízos para município de Oiapoque, e de impasse nas relações de interação entre o Brasil e a França. São constantes os atoleiros durante as viagens que chegam durar de 9 a

12 horas, quando a estrada está em boas condições. A importância da BR 156 é muito bem destacada por SILVIA, 2008 *apud* TOSTES; SILVIA (2011, P.06):

A Rodovia BR 156, integrante do corredor da fronteira Norte, tem por suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa/França, Suriname e República da Guiana). Isso possibilitará, após sua plena pavimentação: i) a utilização do Porto de Santana (Amapá) por outros países para intercâmbio comercial; ii) circulação estruturada entre a capital (Macapá) e a cidade de Fronteira (Oiapoque); e a iii) redução de gargalos infraestruturais para o trânsito de mercadorias e pessoas.

Assim, a BR 156 não é um problema apenas para os ilegais, mas, sobretudo, para os moradores do Oiapoque, seus visitantes e aos comerciantes locais. A dificuldade do fluxo aumenta significativamente o preço das passagens para os moradores do Oiapoque, franceses, visitantes e trabalhadores clandestinos, aumentando também os custos para alimentos, combustíveis, aluguéis, roupas e lazer (PINTO, 2012; TOSTES 2011; OLIVEIRA, 2011). Situação que se configura a décadas na realidade da cidade e causa muita indignação na população, pois influencia diretamente na qualidade de vida dos habitantes.

Foto 05: ônibus atolados na BR - 156



Fonte: NAFES, Seles (2015).

Outro agravante são os 100 km da BR 156 não asfaltados atualmente, problema ainda não resolvido pelas autoridades amapaenses, as quais não sabem dizer certamente quando se concretizarão as obras da BR. Enquanto isso, é

inevitável a difícil locomoção nos períodos invernosos, sobretudo por causa dos atoleiros extremamente prejudiciais a passagem de carros e ônibus. Assim, são cada vez mais comuns nas redes sociais e em reportagens, as inúmeras imagens de pessoas e automóveis que passam até 36 horas na estrada para chegar ou sair do Oiapoque.

Contudo, tais dificuldades dificilmente intimidam os que buscam esse trajeto para chegar aos garimpos na Guiana Francesa, pois o desejo de alcançar as unidades garimpeiras ilegais ganha proporções bem maiores no imaginário dos trabalhadores, os quais sonham obter sucesso nessa empreitada com o objetivo de voltarem financeiramente estáveis para suas famílias no Brasil, não importando o tempo ou os problemas a serem enfrentados.

3.2 OIAPOQUE: NA FRONTEIRA DA “ILUSÃO”.

O município de Oiapoque é o mais distante da capital do Amapá, sendo passagem obrigatória para quem deseja entrar clandestinamente nos garimpos guianenses. Está situado ao extremo norte do Estado do Amapá. Sua localização é fronteiriça, sendo divisa do Brasil com Saint George, vila francesa que serve de ponto de entrada para o Departamento Francês. Estão em seus limites várias aldeias indígenas ocupantes antigos da extensão territorial do rio Oiapoque. Sua área é de 20.509 km² e a população, segundo o IBGE (2010), é de aproximadamente de 23.628 habitantes.

Nas análises de Andrade (2007); Pinto (2012) e Romani (2013), por fazer fronteira com a Guiana Francesa, Oiapoque possui uma engrenagem própria, e deve ser analisado a partir de sua localização estratégica que o faz conhecido nacionalmente, pois se trata de um lugar com uma complexidade econômica, cultural e social caracterizada, sobretudo pelo fluxo de trabalhadores de garimpos que circulam pela cidade.

Para os indivíduos que chegam de uma viagem cansativa pela BR 156, o município é, primeiramente, um ponto de descanso e depois local estratégico para as primeiras negociações com seus futuros patrões, os donos das máquinas, os quais estabelecerão as regras do trabalho e prepararão a próxima e mais arriscada etapa da viagem, marcada pela entrada clandestina no território francês. Desconfiados e com pouco dinheiro, estes sujeitos circulam durante semanas pela

cidade do Oiapoque à espera da convocação para iniciarem os trabalhos dentro dos garimpos.

Ficam hospedados, geralmente, em pousadas simples sem conforto algum, as quais deixam explícito aos seus hóspedes não fornecer café da manhã e nenhum conforto. A Sr.^a Francisca, esposa de garimpeiro e dona de pousada há mais de 10 anos no Oiapoque, infere que: “servimos de pouso rápido, e o nosso principal público são os trabalhadores do garimpo, que em geral viajam como pouquíssimo dinheiro” (pesquisa de campo, 2015). Outra característica local observada no funcionamento das dezenas de pousadas existentes na cidade fronteiriça é o fato de ser comum encontrar, na frente, delas trabalhadores em grupo conversando e contando histórias dos garimpos, essa interação constante por meio das conversas e convivências nas pousadas, também ajuda no estabelecimento dos laços sociais entre eles.

Foto 06: Pousada no Município do Oiapoque



Fonte: Huana Furtado, 2015.

Parte considerável dessas pousadas funciona sem alvará de funcionamento e são empreendimentos localizados até nos quintais dos moradores da cidade, sem nenhum tipo fiscalização. De acordo com informações da prefeitura, as pousadas se proliferam de forma desordenada na cidade, porque são os locais preferidos dos trabalhadores de garimpo, que dificilmente se hospedam em hotéis, pois tais estabelecimentos exigem documentos e são até três vezes mais caros em relação

às pousadas. Descreve essa situação Sr. Reginaldo, atualmente trabalhador de garimpo ilegal e dono de pousada:

Aqui não dá pra cobrar caro em um quarto, é por isso que eles são tão simples. Os quartos que tem ar condicionado se cobra 40 reais e os com ventilador, 25 reais. Também trabalho no garimpo e creio que muitos venham para minha pousada porque já me conhecem e também porque forneço para eles outros serviços como o de rádio. Quase todos que trabalham ou irão trabalhar na garimpagem se sentem mais a vontade nas pousadas, pois os hotéis da cidade têm muitas exigências e também creio que eles não gostam de garimpeiro. Na minha pousada, quando posso ajudo aqueles que chegam do garimpo sem nada, não gosto de fazer fiado, mas têm aqueles que eu já conheço há anos e confio. (Pesquisa de campo, 2015).

A Assistência Social do município relata a existência de dezenas de trabalhadores do garimpo à procura de auxílios na prefeitura, pois vários chegam das unidades garimpeira sem recursos para pagarem um quarto de pousada ou se alimentar. Assim, os pedidos mais comuns registrados pelos assistentes sociais são de alimentos, auxílio em dinheiro e passagens para voltarem para as suas cidades de origem. Mauricio Brasil, assistente social responsável por esses atendimentos discorre:

Constantemente estes indivíduos pedem auxílio à prefeitura como passagens de ônibus até Macapá, urnas funerárias para os indigentes que chegam mortos, um lugar para ficar até a viagem para o garimpo e cestas básicas para aqueles que vêm do garimpo sem nada. É difícil a prefeitura atender todos esses pedidos, pois o nosso orçamento é pequeno. Algumas vezes, o que conseguimos são passagens de ônibus, mas faz tempo que o município está sem convênio para atender esse tipo solicitação, quanto às outras, dificilmente conseguimos atender. (Pesquisa de campo, 2015).

Oliveira (2011) também destaca esse papel social da cidade de Oiapoque e frisa a impossibilidade de poder público atender a todos esses problemas gerados pela desordem social provocada especialmente, pelos trabalhadores do garimpo. É notório observar o quanto estes trabalhadores modificam e movimentam o dia-a-dia da cidade, sendo capazes de influenciar até seu ritmo de desenvolvimento da cidade, sobretudo do comércio.

Sendo assim, os garimpos ilegais situados na Guiana Francesa configuram-se como elementos fundamentais na sócio-dinâmica de Oiapoque, isso porque influenciam na constituição das relações e práticas sociais da cidade, fato estabelecido já há décadas (MARTINS, 2014). Dessa forma, Oiapoque atua atendendo as necessidades dos trabalhadores clandestinos dos garimpos, fornecendo-lhes não só estadia, mas principalmente alimentos e produtos essenciais para continuidade dos trabalhos nos barrancos ou filões de ouro.

Com isso, o comércio e os serviços para manutenção da garimpagem aparecem como pontos importantes para a economia do Oiapoque, e suas influências podem ser observadas nos números elevados de pousadas e hotéis, mercearias, lojas de roupas, lojas de ferramentas, lojas de maquinário para garimpo, restaurantes, bares e lanchonetes existentes na cidade, os quais podem ser mais bem visualizados na tabela 02 abaixo, que apresenta dados fornecidos pela Secretaria de Tributos da Cidade do Oiapoque.

Tabela 02: Estabelecimentos comerciais da cidade do Oiapoque

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Hotéis e pousadas	23
Lanchonetes	47
Mercantis	257
Lojas de máquinas e motores	09

Fonte: prefeitura da cidade de Oiapoque, 2015.

Segundo os proprietários desses estabelecimentos, suas atividades ainda poderiam expandir-se mais se não fosse a grande repressão dos franceses aos garimpos clandestinos, ou seja, ressaltam a influência da garimpagem na economia da cidade, a qual “se estrutura em função das interações que [...] em particular estão interligadas à atividade de garimpeiros brasileiros que agem ilegalmente na extração de ouro na Guiana Francesa”. (MARTINS, 2014. p.07).

Muitos microempresários, além de investir e lucrar com comércio do Oiapoque, também são donos de máquinas nos garimpos ilegais da Guiana Francesa, situação que ocorre porque a maioria dos comerciantes locais conseguiu dinheiro para abrir o seu negócio trabalhando em garimpos (GRANGER, 2013). Sujeitos oriundos da garimpagem também são visualizados na política local, fato que incomoda o país vizinho e torna mais hostis as relações políticas naquele ponto da fronteira brasileira.

Dessa forma, a inserção ilegal dos brasileiros na garimpagem no território francês e a influência da cidade do Oiapoque nesse cenário contribui para as políticas de austeridade desenvolvidas pelo governo francês em relação à circulação de brasileiros no seu território. Os políticos do Oiapoque declaram abertamente o difícil diálogo com as autoridades francesas e afirmam que a população local sente-se desrespeitada com o tratamento recebido dos vizinhos.

O tratamento hostil por parte dos franceses é decorrente também do estereótipo de cidade libertina, que Oiapoque carrega principalmente por despontar como lugar estratégico para o comércio ilegal, já que a cidade oferece não só aos trabalhadores do garimpo, mas a toda a população circulante, inclusive a francesa, facilidades ilegais como a compra e venda de euro e ouro em pleno centro comercial e um amplo mercado sexual (ALMEIDA; PIMENTEL, 2012).

No entanto, apesar das dificuldades sociais e estruturais do Oiapoque, dificilmente encontraremos um trabalhador do garimpo disposto a largar tudo e nunca mais voltar ao município. Na verdade, o lugar é um ponto atrativo para os brasileiros, que sonham conquistar riquezas no lado francês, por isso, parte significativa desses trabalhadores da garimpagem têm como maior desejo “bamburrar de ouro” e construir bens comerciais no próprio Oiapoque.

3.3 COMERCIO LUCRATIVO: O RITO DE PASSAGEM DE TRABALHORES E MERCADORIAS PARA OS GARIMPOS ILEGAIS.

Longe de ser um processo simples ou de apenas mais uma viagem, configura-se com uma aventura lucrativa e perigosa o trajeto percorrido por brasileiros e mercadorias até as áreas de mineração ilegais na Guiana Francesa (GOÉS; BRITO, 2015). Atualmente esse percurso emprega dezenas de moradores do Oiapoque, em sua maioria ex-trabalhadores de garimpo, os quais sobrevivem do comércio de passagens e mercadorias.

O ponto de partida e chegada “oficial” dessas viagens é o Posto do Miguel, um posto de combustível, localizado na orla da cidade e bastante conhecido. Neste ponto, as canoas esperam seus passageiros e as mercadorias para transporte. Viajam diariamente dezenas de trabalhadores clandestinos de garimpo, bem como moradores da Vila Brasil e da Ilha Bela, localidades pertencentes ao município do Oiapoque. As viagens custam em média R\$ 100,00 reais, custo bastante questionado pelos passageiros, sobretudo, pelos vendedores de mercadorias nos garimpos.

De acordo com os donos de canoas, o custo do transporte das mercadorias geralmente é calculado pelo peso, sendo atualmente estão sendo cobrados 0,70 centavos por quilo transportado. No caso dos alimentos, estes são bem condicionados dentro de recipientes plásticos resistentes, e algumas mercearias da cidade já entregam esses alimentos no local de partida devidamente embalados,

para o proprietário apenas embarcar nas canoas. Os trabalhos potencializados pela garimpagem ilegal movimentam a venda e embarque de mercadoria de segunda a domingo, sobretudo, nas primeiras horas do dia. Alguns indivíduos lembram com saudade do tempo em que os barcos partiam até 24 horas por dia, lotados de mercadorias e pessoas.

Foto 07: Balança de pesagem de mercadorias



Fonte: Huana Furtado, 2015.

A balança localizada no posto de combustível auxilia no processo de pesagem e já é um objeto necessário e uma ferramenta inerente a esse espaço. Sempre muito disputada, é através dela que os canoeiros calculam os preços que serão cobrados para o transporte das mercadorias. Após esse processo a canoa será devidamente abastecida pelos carregadores²⁷ e a aventura pelo Rio Oiapoque começará.

Agitação e apreensão são visualizadas nos rostos e falas dos viajantes. A maioria demonstra encontrar-se ansiosa e muitos preferem esconder que o destino da viagem são os garimpos na Guiana Francesa. Esses passageiros chegam cedo e facilmente se irritam quando as canoas atrasam a partida por qualquer motivo.

²⁷ Parte significativa dos estivadores que trabalham carregando as mercadorias para canoas já trabalhou nos garimpos. Eles são trabalhadores informais, e geralmente prestam serviços para os canoeiros ganhando por mercadoria embarcada. Os trabalhos começam às 06 horas da manhã e só terminam quando a última canoa parte. Durante travessia da Grand Roche eles também são responsáveis em carregar a mercadoria de um lado ao outro da rocha.

O Rio Oiapoque também apresenta-se como cenário central de dramas e dilemas vivenciados na fronteira no extremo Norte do Brasil (Oliveira, 2011). As viagens pelo rio, além de perigosas e sem segurança, são extremamente cansativas, nada confortáveis. As canoas partem quase sempre lotadas de alimentos, madeira, móveis, máquinas, combustível, animais e outras mercadorias que abastecem os garimpos clandestinos.

Foto 08: Canoas carregadas de mercadorias para garimpo



Fonte: Huana Furtado, 2015.

Essas embarcações não têm proteção contra o sol, por isso as pessoas que são transportadas ficam expostas aos raios solares durante todo percurso de locomoção pelo rio. Tais viagens não sofrem nenhum tipo de fiscalização por parte do governo brasileiro, e pela a imprudência ocorridas muitos perdem a vida (AROUCK, 2002). De acordo com assistência social do município do Oiapoque, no ano de 2014 foram informados ao município duas mortes por afogamento nos trechos do rio Oiapoque que dão acesso aos garimpos ilegais. A incidência de pedras e as fortes correntezas tornam as viagens pelo rio inseguras, as quais somadas ao risco proporcionado por embarcações pequenas e improvisadas causam anualmente mortes que nem são relatadas às autoridades (SILVA, 2005).

No entanto, os canoeiros geralmente simpáticos e com intuito de conseguir passageiros são categóricos em dizer que a viagem é segura, apesar de não se

verificar nenhum colete salva-vidas nas canoas. Quanto a manutenção diária dos seus trabalhos verificou-se a necessidade de uma rede de informações extensa e estruturada, responsável por viabilizar as fugas das fiscalizações dos gendarmes na Grand Roche²⁸. De acordo com os canoeiros, não são feitas viagens quando os franceses ocupam a Grand Roche, situação geradora de dificuldades para as unidades de garimpo.

Foto 09: Trabalhadores e mercadorias atravessando Grand Roche



Fonte: Huana Furtado, 2015.

A Grand Roche é caminho obrigatório para chegar às áreas de garimpagem na Guiana Francesa. Esse ponto há anos gera tensão e medo, pois policiais franceses montam barreira no local e prendem todos os desavisados que tentam passar com mercadorias pelo local, apesar de muitos apresentarem notas fiscais e alegarem que tais mercadorias irão apenas abastecer a Vila Vitoria e a Ilha Bela. Ressalta Vanda, dona de canoa há 5 anos que:

²⁸ A cachoeira Grand Roche encontra-se a 9 km do município de Oiapoque, e trata-se de um ponto de passagem polêmico, pois o Governo francês reivindica a posse da área e impõe regras aos brasileiros que utilizam esse perímetro para deslocamento. De acordo com os brasileiros, é inviável seguir por viagens no rio sem passar pela Grand Roche, porque somente este lugar tem profundidade suficiente para comportar a travessia de embarcações. Atualmente, autoridades brasileiras e francesas criaram o conselho do rio, o qual é composto por uma comissão especial formada por vários agentes sociais dos dois lados que discutem questão sobre a utilização de vários pontos de passagens comuns, usados pelos dois países no curso do rio Oiapoque.

Os policiais franceses nos perseguem, quando pegam nossas canoas eles queimam e quebram. Hoje há canoeiro que tá comprando canoa de madeira, pois o prejuízo é menor. Eu trabalhei muitos anos no garimpo e hoje conseguir comprar minha canoa. Todos os dias de segunda a domingo eu estou aqui, e o trabalho é bem estressante, pois nossas canoas só saem se os homens não tiverem na Grand Roche. 'Deus nos livre' se eles pegarem nossas coisas, além de queimar tudo, eles também humilham bastante e deportam quem tiver responsável pelas mercadorias. A gente já tá bem esperto, então é rápido que conseguimos informar a todos quando eles estão lá na Grand Roche. (PESQUISA DE CAMPO, 2015).

Geralmente os canoeiros informam às autoridades brasileiras que trabalham no transporte de pessoas e mercadorias para Vila Brasil e Ilha Bela, localidades brasileiras que servem também de base para os garimpeiros e suas mercadorias, principalmente a Vila Vitória, ponto estratégico para embarque e desembarque de mercadorias.

Contudo, a princípio, pode-se observar poucas operações do governo francês na região da Grand Roche, por tal motivo dificilmente atrapalham a maior parte do fluxo migratório dos clandestinos ocorrido pelo rio. Entretanto, é importante informar que após a viagem de canoa até as margens francesas, algumas mercadorias e trabalhadores irão pegar outra embarcação menor, se for o caso, para viajar mais 03 ou 07 horas até chegarem às margens francesas de acesso ao local de mineração, ou seja, o trecho migratório só termina após dias de viagem por dentro do território guianense, atravessando a mata densa.

3.4 MIGRANTES PIONEIROS: A COMUNIDADE BRASILEIRA E A REDE DE APOIO AO FLUXO DE NOVOS TRABALHADORES CLANDESTINOS.

Os brasileiros, para chegarem até as zonas de garimpos clandestinos quase sempre precisam contar com a articulação de uma grande rede social, a qual se constitui fundamentalmente por outros brasileiros, chamados por Corbin (2012) e Sales (1999) de imigrantes pioneiros. Progressivamente, ao se instalarem em um território estrangeiro, os primeiros imigrantes criam condições para atraírem outros imigrantes, geralmente familiares e amigos.

Nesses casos, laços sociais como parentesco, amizade e origem comum influenciam nos fluxos migratórios por se tornarem mais um elemento para a explicação de tal fenômeno. Esses laços reforçados para a viabilização de novas migrações “transmitem informação sobre locais de destino e fontes de assistência para o ajuste inicial do migrante” (FUSCO, 2002, p.15).

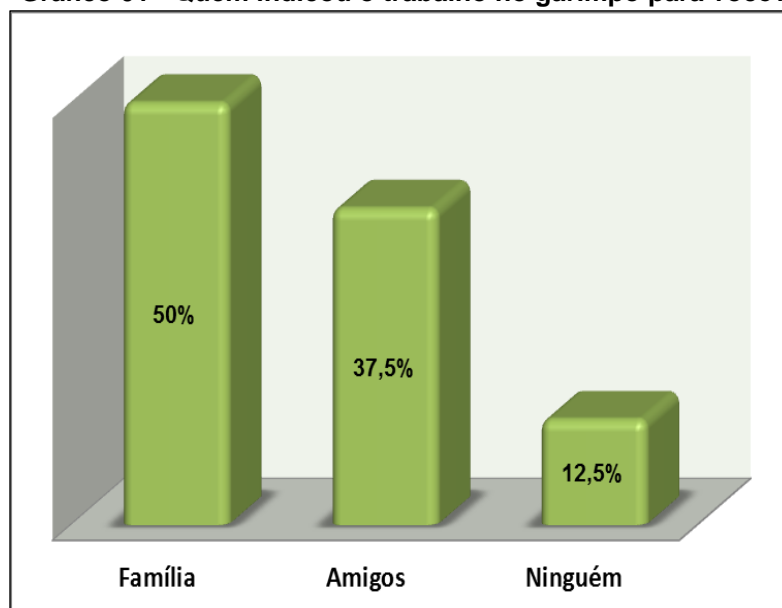
Essas interações, a partir de seu fortalecimento, tendem a gerar grandes de redes sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras (MASSEY, 1987). Os laços também conectam migrantes e não migrantes em uma sistêmica série de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são sustentados por um quadro informal de expectativas recíprocas. Segundo Gurak e Caces (1992, p.51) as redes sociais:

Conectam as populações em sociedades expulsórias e receptoras de maneira dinâmica. Servem como mecanismos interpretativos dos dados, informações e outros recursos de ambos os extremos e direções. São estruturas simples que possuem o potencial de se tornarem mais complexas à medida que o sistema de migração se transforma. Além disso, a análise de redes possibilita meios de avaliação dos sistemas migratórios que vão além do foco sobre as motivações dos atores individuais, embora permaneça bastante próximo ao nível das relações humanas concretas.

Outro elemento importante a ser analisado nas definições dos laços e redes sociais é o fato das relações sociais que constituem as redes migratórias não serem exclusivas aos migrantes, mas desenvolvidas como resultado de laços humanos universais, os quais são moldados às circunstâncias especiais da migração. Em relação a Guiana Francesa, há anos brasileiros residentes no território francês contribuem e auxiliam os novos imigrantes na busca por emprego e moradia (PINTO, 2012).

Dessa forma, a rede social de brasileiros dentro do território guianense é presente e crescente, principalmente quando destacamos a formação de uma imensa massa de trabalhadores de garimpos que atravessam ilegalmente a fronteira com ajuda de conhecidos e parentes residentes nas unidades clandestinas. Através dessas redes os trabalhadores também conseguem meios para mudar de regiões e se aventurar em garimpos como os do Suriname, por exemplo.

É fundamental salientar que as redes sociais vêm gerando um aumento expressivo no crescimento do número de brasileiros clandestinos nos garimpos, pois elas intensificam e alimentam a “ilusão migratória”, já que criação e atuação dessas redes são responsáveis pela construção dos vínculos necessários para a migração e permanência dos sujeitos. Fato perceptível em entrevista com os brasileiros que residem nos garimpos é a importância dos laços e redes sociais no seu processo de deslocamento, exemplificadas por narrações que destacam figuras familiares e de amizade como as principais via de recrutamento dos seus serviços.

Gráfico 01 - Quem indicou o trabalho no garimpo para você?

Fonte: Formulário aplicado em 2015.

O gráfico 01 acima demonstra a importância dos laços de parentescos e amizade no fluxo de trabalhadores para os garimpos na Guiana Francesa, expondo também que são poucos os que migram sem ajuda dessa rede social. O parentesco lidera os índices e aparece com 47% dos indicativos influenciadores no fluxo de migrantes para garimpos, decorrente essencialmente das expectativas repassadas por familiares que já residem nessas zonas.

De acordo com Fusco (2002) as ligações familiares são os laços mais seguros das redes e por isso conseguem difundir-se mais. No entanto, é primordial observar que não é qualquer forma de parentesco que pode significar assistência familiar oferecida gratuita e abertamente, pois, por suas especificidades e dificuldades os garimpos tornam os sujeitos mais individualistas.

A amizade aparece em segundo lugar com 37,5% dos elementos influenciadores e, naturalmente, é um dos meios mais descritos nas narrativas dos trabalhadores do garimpo. Nessa categoria destacam-se principalmente aqueles que cresceram e brincaram juntos na mesma vizinhança ou já tinham amizades oriundas de garimpos no Brasil. Desse modo, “uma vida de experiências compartilhadas cria uma disposição para a troca de favores e providencia assistência mútua que beneficia ambas as partes com o passar do tempo” (FUSCO, 2002, p.23).

Aliadas às perspectivas do gráfico 01 acima, também estão as inúmeras histórias narradas por indivíduos convencidos por familiares e amigos à apostarem nos ganhos proporcionados pela mineração ilegal na Guiana Francesa, dramas

descritos com detalhes por pessoas que vivem há anos prestando serviços aos garimpos ilegais, como o da Sr.^a Graça, que trabalha há dez nestas áreas e migrou a convite de seu marido:

Somos de Altamira/PA e quem sonhou primeiro com o garimpo foi o meu marido, há quinze anos ele ouviu falar sobre a fofoca de ouro para este lado e veio com ajuda de uns amigos. Depois meus filhos mais velhos vieram ajudar o pai e logo também arranjaram trabalho no garimpo. Eu esperei meu marido arranjar um emprego para mim, assim que ele conseguiu me mudei com o resto da família. Hoje temos uma casa no Oiapoque e praticamente toda a família trabalha com garimpo. (Pesquisa de campo, 2015).

Sendo assim, essas redes sociais descritas como redes pessoais por alguns autores, ajudam a retratar também histórias dramáticas, como a do Sr. Manoel Alves, que narra com tristeza a morte de seu amigo que lhe convidou para trabalhar no garimpo:

Há 11 anos fiquei sabendo através de um amigo que o garimpo aqui estava dando muito dinheiro. Por meio deste amigo consegui chegar até Oiapoque e depois no garimpo na Guiana Francesa. Conheci esse meu amigo na igreja da minha cidade no Maranhão. Ele era uma boa pessoa, mas dentro do garimpo ele começou a se transformar e andar com gente errada e logo depois de alguns anos ele se envolveu com drogas e por causa das dívidas mataram ele. Após matarem ele fiquei um pouco desiludido com o garimpo. (Pesquisa de campo, 2015).

Histórias como a narrada acima não são exceção e sim regra em narrações de muitos indivíduos, pois as estruturas sociais dentro dos garimpos possuem muitas fissuras. Apesar das redes sociais mobilizadas por amizades ou laços de parentescos, a princípio, conseguirem garantir a chegada aos garimpos, dificilmente também garantem segurança dentro das unidades de mineração.

Entretanto, é importante focar que as redes são primordiais para a ampliação do sistema migratório para os garimpos, por serem um elemento seguro de recrutamento. Geralmente, quando um dono de máquinas precisa ampliar seus negócios nos garimpos a primeira opção é perguntar a seus trabalhadores se conhecem alguém interessado, esses indivíduos, naturalmente, optam por indicar alguém próximo.

Portanto, a rede que move esse grande sistema migratório quase sempre se utiliza das ações das redes pessoais, assim, garantindo a sobrevivência dos garimpos que naturalmente precisam de um número maior de trabalhadores. São “pontes sociais” que tornam os custos e os riscos das viagens menores, possibilitando a vários trabalhadores cruzarem as fronteiras nacionais.

4 A VIDA E O TRABALHO NOS GARIMPOS ILEGAIS: A BUSCA PELO O "ELDORADO " EM TERRAS FRANCESAS.

4.1 O PERFIL DOS BRASILEIROS CLANDESTINOS ATUANTES EM ÁREAS DE GARIMPOS NA GUIANA FRANCESA.

Os dados utilizados para traçar aqui o perfil dos trabalhadores clandestinos que atuam nas unidades de garimpo ilegais na Guiana Francesa foram obtidos a partir de uma pesquisa de campo no município do Oiapoque e na cidade de Caiena na Guiana Francesa. Foram aplicados formulários a 16 trabalhadores e trabalhadoras, os quais desempenham diversos tipos de serviços nos garimpos clandestinos localizado no território francês. As informações extraídas a partir deles demonstram o cenário social pelo qual perpassam tais indivíduos. Saliento que os dados apresentados são fruto de uma pesquisa árdua, pois a clandestinidade das atividades desses trabalhadores no território francês os torna extremamente cautelosos, como descreve a Sr.^a Vanda :

As pessoas aqui não gostam de ficar falando que trabalham nos garimpos no lado francês, por dois motivos, um porque os gendarmes têm informantes aqui no Oiapoque e sempre estão fazendo operações no rio para nos pegar, destruir nossas canoas e confiscar nossas mercadorias. Outro motivo são os roubos constantes aqui na cidade, principalmente de trabalhadores que chegam do garimpo. Por tais motivos preferimos não ficar falando que trabalhamos no garimpo e também dificilmente alguém falar quando vai viajar ou voltar do garimpo. (pesquisa de campo, 2015).

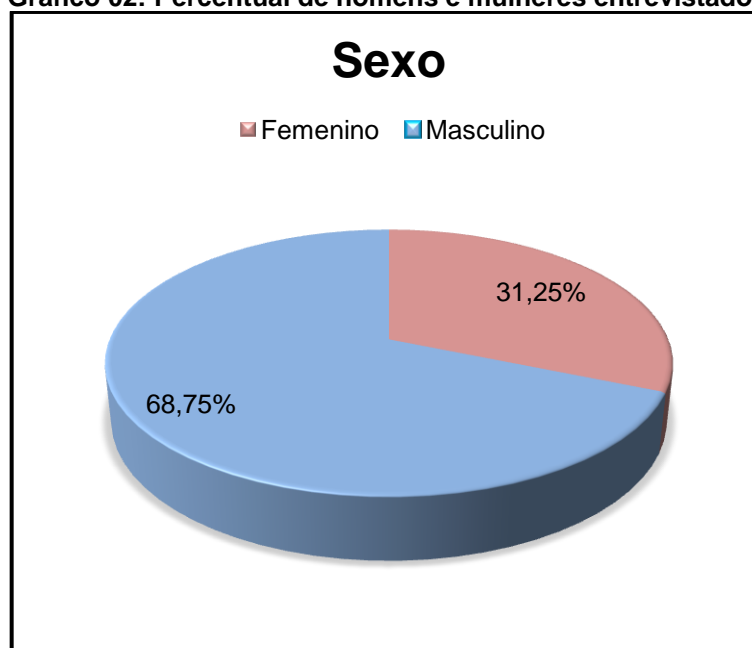
Esse medo de falar dos trabalhos nos garimpos não é diferente na Guiana Francesa, na verdade, é bem maior. Afirmam os brasileiros residentes neste território que os trabalhadores de garimpo ilegais são caçados como “bichos” pelos gendarmes. Essas medidas de combate do governo francês aos trabalhadores do garimpo resultam na decisão de muitos desses trabalhadores de não chegarem perto ou transitarem por centros populacionais franceses. Informa uma brasileira legalizada que “na Guiana Francesa cada trabalhador de garimpo chega valer 1.500,00 euros de bonificação para o policial que o capture, por isso é difícil encontrá-los aqui em Caiena” (pesquisa de campo, 2015).

Diante desse cenário, os 16 trabalhadores e trabalhadoras que responderam aos formulários tiveram total liberdade de não informarem seus verdadeiros nomes, no entanto, a maioria optou por se identificar. Parte significativa das entrevistas no Oiapoque ocorreu nas pousadas onde os trabalhadores gostam de se hospedar e no

Posto de combustível do Miguel, local de onde partem canoas com pessoas e mercadorias para os garimpos ilegais. Na Guiana Francesa, as entrevistas concedidas foram realizadas em locais mais reservados e distantes do centro da cidade de Caiena.

Dentre os entrevistados, verificou-se mais dificuldades para alcançar a confiança das mulheres, por isso podemos observar no gráfico 02 o percentual de 68,75% dos entrevistados do gênero masculino e apenas 31,25% do feminino. Um quantitativo expressivo das mulheres abordadas relataram ter vergonha de falar sobre seus serviços no garimpo e outras deixaram explícito não ter vontade de responder às perguntas por medo de “algo” ou “alguém”.

Gráfico 02: Percentual de homens e mulheres entrevistados

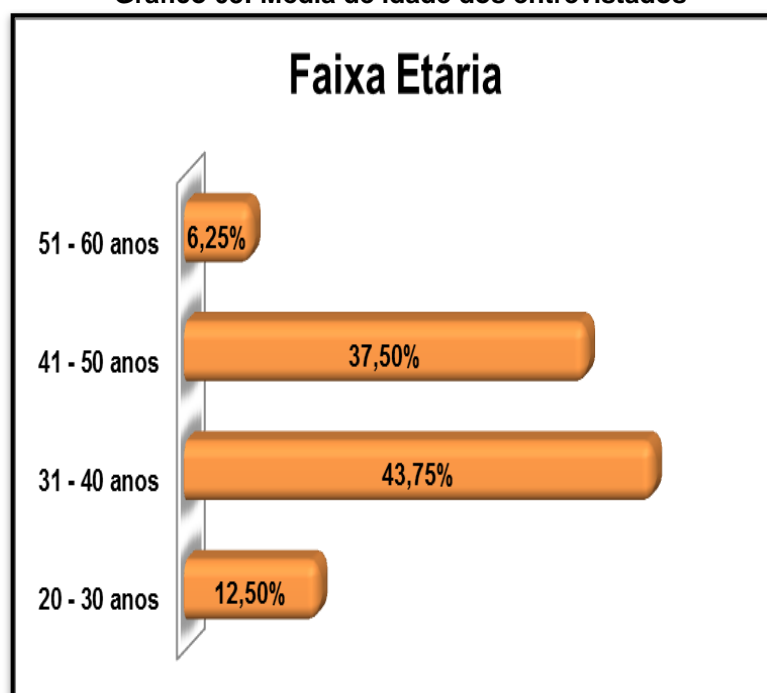


Fonte: Formulário aplicado em 2015.

De acordo com Jonatas, trabalhador do Garimpo, “para as mulheres é difícil o trabalho do garimpo, por isso elas não gostam falar, na verdade elas sofrem muito com a violência e com as longas caminhadas que duram dias, a minha mãe decidiu não ir mais” (pesquisa de campo 2015). Dessa forma, é importante frisar que embora sejam inúmeras as barreiras físicas, pode-se constatar um contingente expressivo de mulheres partindo todos os dias do Oiapoque para zonas garimpeiras da Guiana Francesa. Tal processo acompanha um movimento mundial, pois segundo dados de relatórios da ONU (2014), atualmente as mulheres representam metade dos imigrantes internacionais, inclusive na América Latina.

Nas zonas garimpeiras, constatou-se pelas entrevistas que a idade também é um fator importante, sobretudo quando se trata da seleção de trabalhadores, consistindo em um fator de exclusão para os mais idosos. Inúmeros trabalhadores inferiram que donos de máquinas e de currutelas quase sempre tendem a optar por homens e mulheres em pleno vigor físico, ou seja, resistentes a situações extremas. Por tal motivo, pessoas com idade superior a 50 anos têm dificuldades de conseguir serviço nas atividades de garimpagem.

Gráfico 03: Média de idade dos entrevistados



Fonte: Formulário aplicado em 2015.

Os dados do gráfico 03 demonstram que a maioria dos sujeitos entrevistados possui idade entre 31 e 40 anos representando 46,66% e os de 41 e 50 anos, representando 33,33%. Verificou-se que os trabalhadores do garimpo vivem realmente o auge da exploração da sua força de trabalho entre 30 e 50 anos, pois o desenvolvimento do excessivo serviço braçal, com o tempo impossibilita muitos de continuarem em plena atividade.

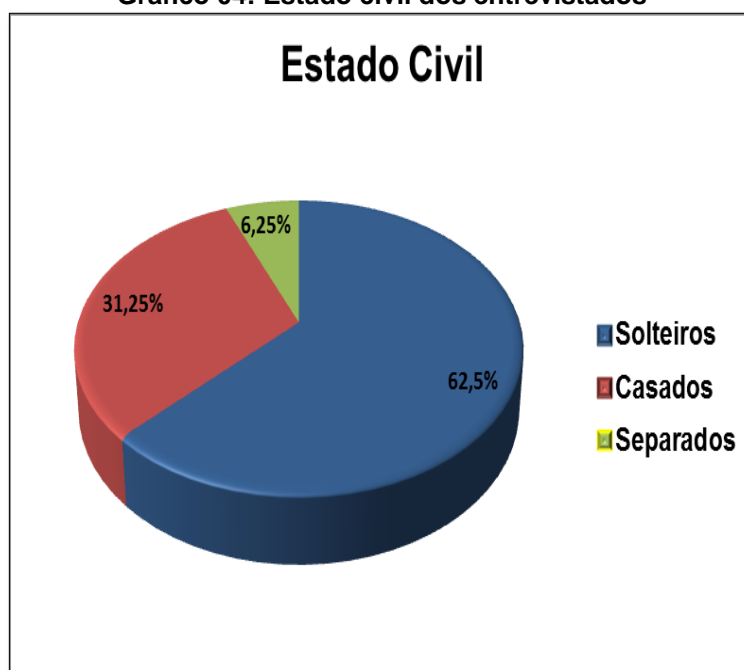
A exclusão dos trabalhadores “velhos” é uma tendência implantada pelo capital destrutivo, como intuito de aumentar a seletividade e a exploração do trabalhador (ANTUNES, 1999). Na atividade garimpeira, os lucros são necessários para se garantir a permanência das máquinas no barranco e o aumento da

contratação de trabalhadores, por isso indivíduos muito idosos são atrelados ao atraso no desenvolvimento da extração, e logo são descartados.

Além disso, após a velhice, quando já não obtêm alocações de serviços dentro dos garimpos, um número grande desses trabalhadores também não consegue voltar para seus lares. Assim, “o insucesso nessa jornada, a incapacidade de reconhecer para os familiares o fracasso deles nesta busca incessante, os faz preferir que a família pense que já estejam mortos” (OLIVEIRA, 2011).

Pela distância familiar destes indivíduos o gráfico 04 aponta que 62,5% preferiram se declarar solteiros, pois após longos anos sem enviar notícias, consideram já ter perdido suas famílias. Dentre os entrevistados, um percentual pequeno dos homens declarou manter ainda contato com as esposas em outros estados, mas esse mesmo percentual também afirmou não conseguir enviar recursos financeiros todos os meses.

Gráfico 04: Estado civil dos entrevistados



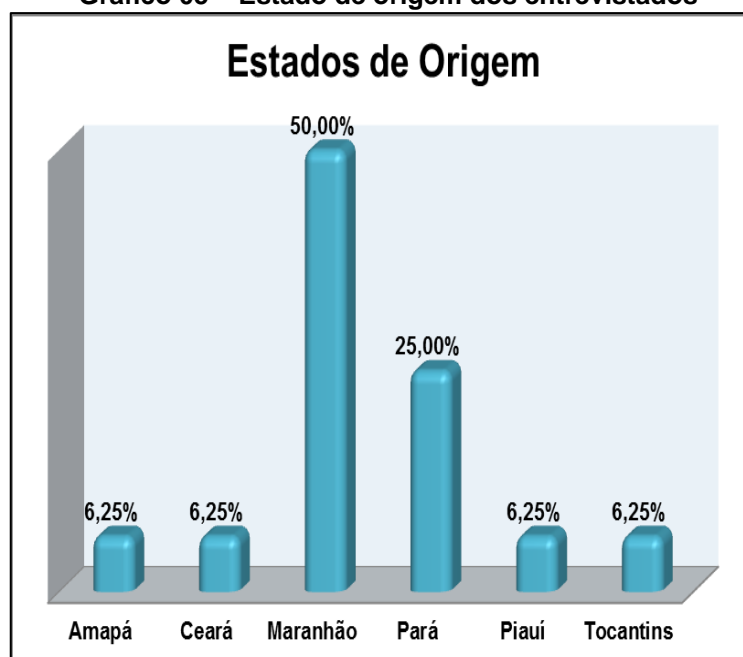
Fonte: Formulário aplicado em 2015.

Em relação às mulheres a situação é diferente, pois um percentual majoritário afirmou estar sem companheiro atualmente, mas destacaram terem migrado para região para acompanhar seus ex-companheiros. Elas também ressaltaram o sonho de voltar para buscar seus filhos mesmo depois de longos anos, como é o caso da Piauiense Samara, que com alegria relatou a chegada de seu filho de 18 anos “ele

chegou para ficar comigo e já arranjei um trabalho para ele no garimpo e semana que vem partimos”. (PESQUISA DE CAMPO, 2015).

Entre os entrevistados constatou-se também uma presença latente de indivíduos oriundos basicamente das regiões Norte e Nordeste. Parte expressiva deles indivíduos migrou de cidades pequenas do interior e com poucas oportunidades de emprego, alguns chegam a enfatizar que passaram a maior parte da vida migrando de um local para outro, sendo os garimpos da Guiana Francesa a melhor possibilidade do momento.

Gráfico 05 – Estado de origem dos entrevistados



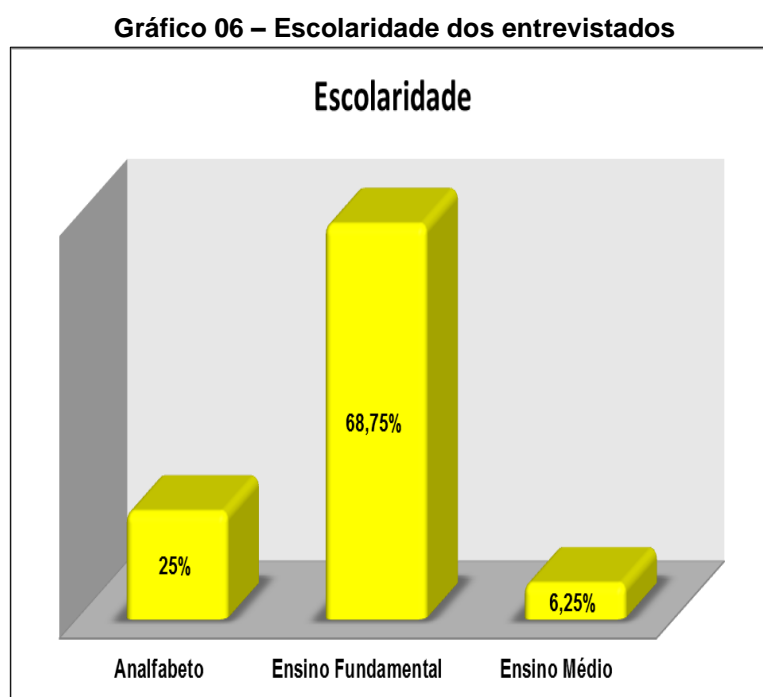
Fonte: Formulário aplicado em 2015.

Nos dados do gráfico 05, os Estados do Maranhão e Pará destacam-se como maiores exportadores de mão-de-obra para os garimpos ilegais guianenses, com 46,66% e 26,66%, respectivamente. O número crescente de maranhenses e paraenses na Guiana Francesa é índice também apresentado por (OLIVEIRA, 2011; PINTO 2012; AROUCK, 2001) demonstrando um processo já determinado e em desenvolvimento há anos.

Vale ressaltar que um número significativo paraenses frisou ter migrado de regiões garimpeiras historicamente marcadas pela corrida do ouro na Amazônia no século XX, como a de Tapajós. Informação destacada na fala do garimpeiro Natanael Melo: “minha família sempre trabalhou nos garimpos em Itaituba, mas a coisa não anda boa por lá, por isso resolvi trabalhar nos garimpos franceses”

(pesquisa de campo, 2015). Os trabalhadores partem de suas cidades, segundo suas alegações, em busca de empregos melhores. Alguns informam que chegam a passar mais de 10 anos sem retornar aos seus Estados.

A baixa escolaridade é um dos principais fatores que contribuem para falta de boas oportunidades de emprego para estes trabalhadores nas suas cidades. De acordo com os resultados das entrevistas dispostas no gráfico 06 apenas 6,25% concluíram o ensino médio e o maior volume, 68,75%, pararam no ensino fundamental.

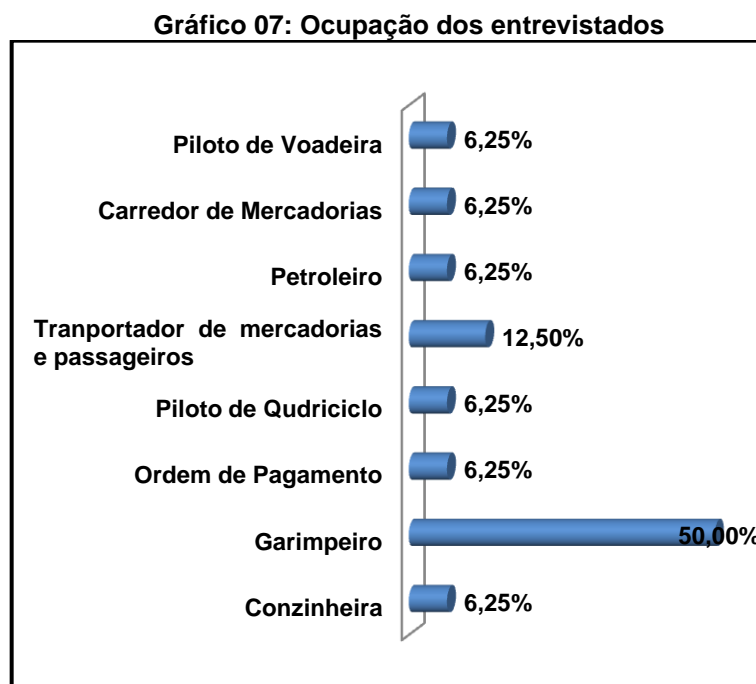


Fonte: Formulário aplicado em 2015.

Apesar de 25% terem se declarado analfabetos, no decorrer da pesquisa pode-se concluir que muitos resolveram esconder suas reais escolaridades com vergonha de seus pares. Alguns se restringiram a responder apenas que sabiam ler, escrever e fazer contas matemáticas, pergunta respondida por muitos com desconforto. Autores como (PINTO, 2012; OLIVEIRA, 2011; MARTINS, 2010) descrevem em seus estudos a constatação de que a maioria dos trabalhadores brasileiros que residem de forma legal ou ilegal na Guiana Francesa são pessoas com baixa qualificação profissional, os quais, quase sempre, migram para desenvolver essencialmente serviços braçais.

De modo geral, nos garimpos, as ocupações dos trabalhadores são em sua maioria nos serviços pesados e manuais, por isso a escolaridade dos indivíduos é

um fator determinante para suas contratações. São ocupações diversas e que envolvem um contingente enorme de homens e mulheres, que diariamente movimentam as atividades dos garimpos. Nesse sentido, como exemplifica o gráfico 07 as ocupações são múltiplas.



Fonte: Formulário aplicado em 2015.

Os garimpeiros constituem o maior contingente dos trabalhadores, fato constatado na pesquisa, a qual revelou que 50% dos entrevistados desenvolvem atividades de garimpagem nas unidades de serviços, no entanto é importante salientar que todas as ocupações são necessárias para funcionamento das unidades garimpeiras. Vieira (2007) traz dados sobre essas atividades e esclarece:

Mas não é só no baixão que se pode fazer ouro num garimpo, apesar de o produto dele ser a base de tudo. Há toda uma economia que funciona ali dentro que não envolve sofrer sob a pressão de um bico jato. É um capitalismo na sua forma mais pura que funciona de maneira bastante eficiente e sem conflitos trabalhistas. Tirando as cozinheiras, que ganham um fixo, a maioria dos que são empregados recebe por produtividade. Não ouvi ninguém reclamar da remuneração. As profissões ali dentro são inúmeras, basta inventar algo pelo qual alguém se disponha a pagar. Há os carregadores, pilotos de quadriciclo, motoristas dos cerca de 17 tratores que transitam ali dentro, encarregados das cantinas, vendedores eventuais, chamados de marreteiros, mecânicos para todas as máquinas, ourives e, sempre indispensáveis, as prostitutas, que são livres empreendedoras e não se submetem a cafetões. (p. 02).

As informações acima reforçam a importância das diversas ocupações dentro dos garimpos e mostra a realidade de uma comunidade movimentada não só por

garimpeiros, mas também por uma população diversa e flutuante, a qual reside no contexto do garimpo expressando linguagem e regras (em grande parte, informais) partilhadas, ou pelo menos do conhecimento de todos (TEDESCO, 2015). A alternância de funções também é possível e normal, propiciada essencialmente pela baixa especialização do trabalho, fator que permite um relativo abrandamento das diferenças sociais.

De acordo com dados informados pela polícia francesa, atualmente esta comunidade da garimpagem ilegal em seu território é formada em média por mais de 10 mil trabalhadores (número flutuante), dos quais 95% são brasileiros. Estes movimentam milhões em ouro por ano, recurso que sai da Guiana Francesa sem pagamento de impostos, além de gerar inúmeros danos ambientais e sociais.

O perfil desses “aventureiros da floresta” também contribui significativamente para a permanência e a insistência desses indivíduos nos garimpos, pois o sonho de alcançar as riquezas em ouro é acompanhado em parte pelas mazelas sociais, as quais afligem, sobretudo, as comunidades do Norte e Nordeste brasileiro. No entanto, longe de ser um problema apenas social, a inserção de brasileiros na garimpagem no território francês também pode ser explicada como fruto de ambições, sonhos e desejos pessoais.

4.2 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E A ECONOMIA DA COMUNIDADE GARIMPEIRA CLANDESTINA NO DUF.

Os garimpos ilegais estão em sua maioria situados ao sul da Guiana Francesa, na fronteira com o Suriname. Alguns brasileiros aproveitam as facilidades de adentrar o território do Suriname e seguem por esse território a viagem até as unidades ilegais de garimpo na Guiana Francesa. “O Suriname é pouco exigente em relação aos vistos, pois não é o país de destino, mas sim um país de trânsito para a Guiana francesa” (GRANGER, 2008, p.07).

O Suriname também compartilha de particularidades com a Guiana Francesa, pois este país detém uma grande e produtiva atividade de extração mineral, sobretudo, em relação ao ouro. Sua localização facilita principalmente a locomoção dos trabalhadores do garimpo que optam em ficar desenvolvendo atividades de garimpagem nos dois territórios.

Mapa 05: Zona de garimpagem ilegal



Fonte: Vmapas, 2012. Adaptação da autora.

O mapa 05 acima mostra proximidade do território francês com o surinamês e o local de concentração da maior parte das unidades garimpeiras ilegais dentro na Guiana Francesa. Esse espaço mineração ilegal está situado na cidade de Maripasoula²⁹, local constituído por imenso espaço de mata densa, do qual são retiradas quantidades grandes de ouro por ano. A área é monitorada pela polícia francesa, mas as estratégias de sobrevivência formuladas pelos brasileiros conseguem manter várias unidades de garimpagem escondidas dentro da floresta.

Apesar do aspecto de aventura, o garimpo tem na sua estrutura uma divisão social de trabalho, fator que faz a diferença no resultado final, ou seja, no lucro alcançado ou não pelos trabalhadores (SILVA, 2005). No topo dessa estrutura estão os donos de máquinas, e logo abaixo milhares de trabalhadores, os quais prestam serviços aos donos das máquinas.

Assim, regidos por uma organização planejada e dinâmica, esses brasileiros extraem milhões em ouro das florestas francesas. A maior parte dessa riqueza acaba no bolso dos donos de máquinas e não nas mãos das centenas de trabalhadores que labutam dia e noite dentro dos barrancos e dos filões de ouro. Esses empresários do ouro também cuidam da organização do trabalho, alimentação, porcentagem a ser paga a cada trabalhador, além de serem

²⁹ Maripasoula é comuna francesa com uma população estimada de 5.545 habitantes.

responsáveis pelo local a ser explorado. Como explica Antônio Cunha, garimpeiro há mais de 15 anos:

Primeiro vai o explorador, que diz para dono das máquinas onde tem ouro, e eles contratam pessoal para limpar a área, depois se formam os barrancos dentro dos baixões. Cada barranco geralmente tem uma máquina de 4 polegadas onde trabalham 4 garimpeiros, mas há máquinas de 6 polegadas onde trabalham até 10 homens. Antes de garimpar são feitos os acordos de qual será a porcentagem para cada um. O dono da máquina quase sempre fica com 75% do ouro, mas é ele que financia o transporte para o garimpo das máquinas, o rancho [alimentos], o óleo, o conserto de peças quando precisa, e o que sobrar é o seu lucro. É o dono das máquinas que pagam o garimpeiro. O trabalho dura de uma semana, 15 dias à 20 dias, lavando a terra e depositando o ouro na caixa. No final, após a retirada de 75% do dono da máquina, os outros 25% do ouro é dividido igualmente entre os garimpeiros na presença deles. Esse garimpeiro é chamado de percentista. (Pesquisa de campo, 2015).

Difícilmente um barranco começa a “bamburrar”, isto é, gerar muito ouro sem que um dono de maquinário logo se instale no local, às vezes estes usam até força armada para conseguir gerenciar a exploração de ouro. Os trabalhadores, como relatado pelo Sr. Antônio Cunha, são percentistas, e, portanto dividem igualmente apenas 25% de todo o ouro arrecadado durante o período, que equivale de 15 a 20 dias. Os donos das máquinas ficam com 75% do percentual, fato dificilmente questionado pelos trabalhadores, pois, como mais uma vez infere Sr. Antônio Cunha, “achamos justo eles ficarem com 75% do ouro, porque eles dão maquinário e comida para gente” (pesquisa de campo, 2015).

Foto 10: Garimpo de barranco na Guiana Francesa



Fonte: Ariquemesonline,2014.

Entre trabalhadores e donos de máquinas também há outro acordo, o qual deixa claro para ambos os lados que caso a polícia francesa encontre o garimpo, o dono das máquinas não arcará com o prejuízo de nenhum empregado e todos sairão do local sem direito a nada. “Quando os gendarmes encontram o barranco, todo mundo corre, o que ficou pra traz ficou, e o dono das máquinas também não nos deve mais nada”, diz Roberto Claudio, garimpeiro que perdeu tudo em uma das operações francesas.

As autoridades francesas afirmam existir mais de 400 garimpos ilegais dentro do seu território, nos quais são mais comuns unidades garimpeiras de barranco e de poço de filão. Dentro dessas unidades a vida social atende às particularidades do local, nas quais são dispensadas leis sociais e jurídicas vinculadas tanto pelo Estado brasileiro, como pelo Estado francês. A sociedade garimpeira cria leis e regras paralelas, com objetivo de regular e estruturar sua vida social, como explica seu Antônio Dionísio, quando relata que no garimpo a lei ainda é “olho por olho e dente por dente” (pesquisa de campo, 2015).

Porém, apesar de ter regras e leis próprias, o garimpo não demonstra ser um lugar seguro, pois como todo grupo social, tem suas fissuras. Trabalhadores explicam que os garimpos franceses são manipulados por grupos armados os quais fornecem segurança, sobretudo dos donos de máquinas. Alguns relatam ser quase impossível um dono de máquina sair de dentro do garimpo com grande quantidade de ouro sem uma boa escolta armada.

Quanto aos trabalhadores, esses usam a tática de sair com seu ouro de dentro da unidade garimpeira sem comentar com ninguém, como exemplifica o Sr. Pedro Siqueira: “bom! no garimpo quando sentimos falta de alguém, logo percebemos que ele foi trocar seu ouro na cidade, e por isso simplesmente sumiu” (pesquisa de campo, 2015). Vários trabalhadores perdem a vida em assaltos planejados, por este motivo a maioria prefere seguir viagem em sigilo.

Outra forma de trocar o ouro de forma segura é a utilização dos serviços de um funcionário do dono de máquinas, o qual trabalha com um serviço titulado de “ordem de pagamento”. O funcionamento da “ordem de pagamento” é simples: o garimpeiro ou outro trabalhador dá seu ouro ao funcionário operador do sistema, que fica responsável pela troca do ouro por dinheiro, após essa ação, é dada ordem por rádio para o pagamento de determinada quantia em dinheiro para um familiar ou amigo do trabalhador na cidade do Oiapoque.

Foto 11: Central telefônica na cidade do Oiapoque



Fonte: Huana Furtado, 2015.

O funcionamento dessa estrutura é descrito por Samara, trabalhadora do garimpo que executa ordens de pagamentos há mais de 2 anos:

Eu fico direto no barranco, quando alguém precisa, me chama para mandar dinheiro para alguém da rua (cidade de Oiapoque). Muita gente faz esse meu serviço. Eu recebo o ouro, e passo o rádio para o contato na cidade entregar o dinheiro para o familiar ou amigo do garimpeiro que ficou em Oiapoque. Depois eu trago o ouro e o entrego para o contato que deu o dinheiro ao familiar do garimpeiro. Eu recebo uma porcentagem do ouro. Eu mesma trago o ouro do garimpo, mas se eu for roubada por brasileiro, eu tenho que pagar do meu próprio bolso. Se eu perder o ouro para os gendarmes, eu não preciso pagar.

A comunidade garimpeira criou inúmeras estratégias para se proteger dos assaltos e roubos constantes, mas para aqueles sem parentes ou pessoas de confiança na cidade, a única alternativa é seguir sozinho nas viagens perigosas para trocar o ouro no Oiapoque. Alguns garimpeiros demoram meses para trocar seu ouro, porque preferem escondê-lo em buracos dentro da mata, contudo, quanto mais tempo se passa dentro do garimpo, um número maior de ouro é gasto na compra de roupas, diversão, bebidas, cigarros e outras necessidades.

Outro ponto importante a ser discutido é o custo de vida dentro dos garimpos, descrito como exorbitante. Seja nos barracos ou nas currutelas, onde são sediadas atividades sociais, é verificado um mercado latente, no qual, de acordo com os estudos, quase não é observada a circulação de dinheiro, pois a moeda comum é o próprio ouro. Desse modo, através dos dados repassados pelos trabalhadores,

podemos verificar abaixo os valores em ouro praticados pelas comunidades nos garimpos dentro da Guiana Francesa, observando que na época da pesquisa a grama de ouro valia 95 reais.

Tabela 03: Preços praticados nos garimpo ilegais da Guiana Francesa

Produto	Valor em ouro
01 Pão	1/10 de grama de ouro
01 Copo de suco	1/10 de grama de ouro
01 Cigarro	1/10 de grama de ouro
01 Prato de comida na currutela	½ grama de ouro
01 Kg de farinha	½ grama de ouro
01 Pasta de dente	½ grama de ouro
01 Sabonete	½ grama de ouro
01 Escova de dente	½ grama de ouro
01 Isqueiro	½ grama de ouro
03 Latas de cerveja	1 grama de ouro
03 Latas de refrigerante	1 grama de ouro
01 Refrigerante de 2 litros	1 grama de ouro
01 Peça de roupa	2 gramas de ouro
01 Remédio para malária	2 gramas de ouro
01 Par de bota de borracha	3 grama de ouro
01 Lanterna	5 grama de ouro
Programa com prostituta	5 grama de ouro
Frete de 200 Kg de produtos no quadriciclo.	50 gramas de ouro

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados da tabela 03 evidenciam como é a vida dos trabalhadores brasileiros dentro dos garimpos, além de perigosa, é extremamente onerosa, sendo considerável salientar que os valores altos não estão condicionados à qualidade. Nas unidades garimpeiras, esses preços compram como foi observado, vários objetos, alimentos, diversão e serviços sexuais, os quais ganham tal valorização pela distância e falta de concorrência.

Os serviços de prostituições, compras, jogos e bebidas estão entre os mais desejados pelos trabalhadores, assim, as currutelas, unidades comerciais atuantes como bares e prostíbulos, formam o principal meio de diversão dos trabalhadores e de perda fácil do ouro adquirido (TEDESCO, 2015). No caso da Guiana Francesa, as currutelas chegaram a formar em seus anos áureos grandes complexos de shows

e festas, os quais reuniam mais de 4 mil pessoas, mas as operações de combate ao garimpo ilegal atingiram também esse tipo de comércio.

Hoje as currutelas na Guiana Francesa trabalham de forma itinerante, ou seja, seguem o rastro do ouro, mudando-se conforme o volume de ouro produzido pelos garimpos. As estruturas são bem menores, e alguns trabalhadores relatam a existência de inúmeros garimpos dentro do território francês nos quais não existem currutelas. Nestes lugares as prostitutas atuantes não são agenciadas e trabalham por conta própria, situação que aumenta a taxa de homicídio dessas mulheres, pois ficam sem proteção de agenciadores.

Os percalços e riscos dos garimpos transformam a vida das comunidades garimpeiras em uma aventura comandada pela astúcia vivenciada de forma coletiva ou individual (SILVA, 2005). No entendimento de Adorno e Horkheimer (1985), a astúcia é um desafio racional, o qual visa transformar o homem moderno em um sujeito mais corajoso, ambicioso, desbravador e senhor da natureza, no caso dos trabalhadores da garimpagem visualizamos esta astúcia, sobretudo nas suas estratégias de permanência dentro dos garimpos franceses.

As relações construídas dentro dos garimpos franceses também são reguladas por condições humanas há séculos combatidas, como a escravidão e a exploração do trabalho de forma desumana. Assim, deserdados da sorte, sujeitos a maus-tratos e ao descaso consular, trabalhadores brasileiros são vítimas da escravidão dentro dos garimpos ilegais na Guiana Francesa (PROCÓPIO, 2007).

Vários trabalhadores negam tal condição pela possibilidade de entrarem e saírem a qualquer momento das unidades de garimpo, contudo, condições e formas empregadas nas relações apenas ratificam a situação de exploração. Esse fato ainda é pouco observado por órgãos internacionais, e principalmente pelos acordos envolvendo os dois países, os quais ainda se preocupam mais com o combate armado à exploração, do que com as questões sociais em torno da problemática.

4.3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: CONDIÇÕES DE TRABALHO, MORADIA E SAÚDE.

Habitando lugares longínquos em meio a uma floresta densa, trabalhadores brasileiros vivem em condições precárias dentro dos garimpos na Guiana Francesa. As jornadas de trabalho são exaustivas e chegam a durar mais de 12 horas diárias nas quais os trabalhadores não utilizam equipamentos de segurança ou têm algum

tipo de treinamento para desempenhar funções árduas e perigosas. Contudo, é importante frisar que o trabalho pesado não atinge somente os que estão nos barrancos ou filões trabalhando, mas também, em geral, as mais diversas ocupações. Fato descrito por Jonatas, um “petroleiro”, ou seja, carregador de mercadorias, o qual relata sua excessiva rotina de trabalho para abastecer de mercadorias os garimpos ilegais franceses:

Geralmente os petroleiros são todos conhecidos um do outro, e quem paga o serviço é o dono das máquinas. Trabalho sempre andando, na picada [trilha] dentro do mato, e conto [meço] as distâncias em horas [carregamento de 1 hora, de 2 horas, no máximo de 8 horas] e a gente para de meia em meia hora, contado no relógio, quando tá transportando a carga. O peso padrão que é carregado na “caçamba” é de 45 Kg, que é pesado na balança, e o valor do transporte é de 1 grama de ouro por hora de transporte, e se recebe só quando chega no barranco com a mercadoria. Há carregamento de 50 Kg para garotes de óleo diesel, e na verdade vai mais óleo diesel pro garimpo. Já as máquinas, que pesam em média 120/130 Kg, vão sempre desmontadas, mas tem partes que ultrapassam os 45 Kg que só os mais fortes carregam, e nesse caso o peso que ultrapassa 45 Kg é negociado, podendo a hora custar 1,5 gramas, e tem vez que chega à 2 gramas. As mercadorias são levadas por canoas pelo Rio Oiapoque, e depois pelo Rio Siquiní, até o “porto”, onde são descarregadas na beira do rio para debaixo de barracos e depois são levadas por motos de quatro rodas até onde der para levar. Os petroleiros vão andando atrás das motos com as caçambas vazias, numa caminhada de dois dias, até chegar no acampamento, onde as mercadorias são divididas e distribuídas para cada um. Os petroleiros só entram onde as motos não conseguem avançar pelo caminho. No grupo de petroleiros quando estão carregando, não há nenhum líder entre eles, cada um é responsável por si. Cada um tem seu equipamento de serviço, eu uso uma bota de borracha cinzenta que só vende do outro lado [em Caiena], 02 pares de meias e a caçamba. O máximo de tempo de caminhada é de 8 horas, trabalhando das 02:00/03:00 hs até meio dia, ou 11:30 hs. Trabalho mais durante o dia, e prefiro andar quando o sol tá mais frio, é muito sacrificante na parte da tarde. Todos são autônomos, e fazem serviço conforme aparece, e se bater a vontade de voltar pra rua, vem. (Pesquisa de campo, 2015).

Dentro da unidade garimpeira, ou seja, no barranco ou filão, de acordo com os trabalhadores, o serviço começa cedo ainda na madrugada, há casos de garimpos lucrativos onde os donos de máquinas contratam duas equipes para trabalhar, ou seja, com o intuito de que as máquinas não parem e o ouro seja extraído 24 horas por dia. No entanto, segundo alguns trabalhadores, ultimamente esta difícil achar uma fofoca lucrativa, por isso, a maioria das unidades garimpeiras trabalham por um período de 12 a 14 horas por dia.

As cozinheiras são as primeiras a acordar, isso por volta de quatro horas da manhã. O café é servido por volta das 5 horas da manhã e, segundo os trabalhadores, geralmente é servido um café preto com cuscuz de milho ou arroz. Às 5:30 da manhã, os homens já estão no barranco ou no poço do filão executando os

trabalhos e, a partir daí, só serão interrompidos os serviços por alguns minutos para a alimentação. Essa dinâmica é também descrita por seu Ronaldo, garimpeiro há mais de 20 anos:

Geralmente a gente acorda às 04:30 ou 05:00, toma o café com cuscuz ou quando não tem café é servida uma farofa, logo após começamos a preparar a máquina, e meio dia tem o almoço. Dormimos às 19:00 ou 20:00 e o cansaço é tanto que nem nos importamos com o desconforto de dormir dentro de um rabo de jacu (uma rede de baixo de uma lona). Trabalhamos de domingo a domingo, e a folga é só quando os gendarmes entram no garimpo e destroem tudo, aí deixamos tudo, e corremos pra dentro do mato. (pesquisa de campo).

O trabalho frenético é visto com naturalidade pelos trabalhadores do garimpo, pois a vontade por ouro é imensa, no entanto há um grande medo de um ataque da polícia francesa e, por tal motivo, atualmente os acampamentos estão sendo construídos com novas estruturas. A nova organização das unidades garimpeiras tem o intuito de dificultar o trabalho de combate francês e também objetiva diminuir os danos causados pelas operações.

Desse modo, atualmente os trabalhadores estão construindo suas estruturas distantes uma das outras, ou seja, barrancos ou filões de trabalho, cozinha e barracos de dormir não são mais construídos próximo um dos outros. A tática é construir essa estrutura toda separada. Afirmam alguns trabalhadores que há cozinhas e assentamentos de dormir que ficam cerca de uma hora a pé distantes do barranco ou do poço do filão de ouro.

Foto 12: Cozinha do garimpo clandestino



Fonte: Ariquemesonline,2014.

Outra característica também recente dos abrigos da comunidade garimpeira é que os barracos de lona ficam totalmente camuflados dentro da floresta, ou seja, são derrubadas poucas árvores, para dificultar a descoberta. Os barracos são bem simples e atendem perfeitamente a finalidade de local de passagem.

As constantes operações também forçaram aos trabalhadores a construírem barracas separadas no meio da floresta para dormir, as quais são chamadas de “rabo de jacu”, que são constituídas apenas de uma lona e uma rede: “Dormimos no rabo jacu, e sempre com uma espingarda e uma lanterna na mão, há muitos mosquitos, mas eles não incomodam, pois o cansaço é demais” diz Eduardo, garimpeiro há cerca de 3 anos. Nos garimpos clandestinos na Guiana Francesa, é impossível fazer fogueira à noite, pois os gendarmes podem a qualquer momento localizar o garimpo através desses sinais. Por isso, lanterna e espingarda são itens valiosos no garimpo, porque protegem os trabalhadores à noite na mata e os ajudam na defesa caso se aproximem animais perigosos ou indivíduos mal intencionados.

A saúde também é uma situação preocupante dentro dos garimpos clandestinos, já que as doenças se proliferam rapidamente em locais onde não existem cuidados básicos com higiene e saneamento, fato constado nas unidades garimpeiras. De acordo com os trabalhadores, a água ingerida é proveniente dos rios próximos à exploração de ouro, ou seja, águas contaminadas por produtos químicos extremamente nocivos à saúde humana.

A proliferação de doenças endêmicas da região Amazônica e doenças sexualmente transmissíveis também estão preocupando bastante as autoridades francesas e brasileiras. No Oiapoque, as autoridades médicas e epidêmicas relatam ,que diariamente, chegam dezenas de trabalhadores do garimpo infectados com diversas doenças sempre em níveis críticos e, segundo os dados dos postos de saúde, a maioria volta ao garimpo sem estar totalmente curado.

Dentre as doenças que mais assolam os trabalhadores do garimpo, a malária destaca-se como uma das principais causas de entrada nas unidades de saúde tanto brasileiras como guianenses. Segundo Joancio Marques de Sousa Diretor de Vigilância Ambiental em Oiapoque, o número de casos de malária nos garimpos clandestinos da Guiana Francesa é preocupante por seu crescimento ao longo dos anos e porque é impossível fazer ações de intervenção nos locais dos garimpos.

Para exemplificar a problemática a Vigilância Ambiental do Oiapoque disponibilizou a sua tabela de casos registrados de malária oriundo da Guiana Francesa, referente ao mês de outubro de 2014.

Tabela 04: Casos de malária registrados na cidade do Oiapoque

DATA	TERRITÓRIO	LOCALIDADE DE INFECÇÃO	ESPÉCIE
01/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Siquiny	Vivax
01/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo D21	Falciparum
02/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Anary	Falciparum
03/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Reginá	Vivax
03/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	Vivax
04/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	Vivax
04/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Anary	Vivax
04/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo D21	Falciparum
06/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Anary	Vivax
07/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	Falciparum
09/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Anary	Vivax
09/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	FG
14/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	Falciparum
18/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Ipuçen	Vivax
19/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Anary	Vivax
20/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	falciparum + FG
21/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	Falciparum
22/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	Falciparum
23/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Ocréia	Falciparum
23/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Tadeu	Vivax
24/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Reginá	Vivax
24/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Sapucaia	falciparum + FG
27/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Ocréia	Vivax
27/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Ocréia	Vivax
28/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo D21	Vivax
30/10/2014	Guiana Francesa	Garimpo Anary	Vivax

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados dispostos na tabela, além de demonstrar o número de casos, também expõe os diversos garimpos ilegais existentes dentro do território francês. Contudo, os casos que chegam são referentes a trabalhadores que conseguem atravessar a fronteira e voltar para o território brasileiro. Porém, os casos mais graves de malária ou outras doenças geralmente são socorridos pela própria França. Os trabalhadores narram que, quando alguém está muito doente no garimpo, eles o transportam em uma rede ou canoa até uma base militar francesa e, quando chegam perto, abandonam o doente. Assim, o secretário do consulado brasileiro, descreve que:

Apesar da clandestinidade os que trabalham nos garimpos são bem atendidos pelo sistema de saúde francês, eles dão todo o atendimento necessário àqueles que estão doentes. Quando o caso é muito grave e precisa de cuidados médicos que não existem na Guiana Francesa, o Estado transfere o paciente para Paris, sendo o tratamento todo custeado pela França. Os brasileiros geralmente só são deportados, após a recuperação. O consulado acompanha todo esse processo e auxilia a deportação do indivíduo.

Entretanto, os trabalhadores ao voltarem para o Brasil, dificilmente ficarão em sua terra natal, pois a maioria narrou que a vontade de tentar de novo é maior e a “febre do ouro” é mais forte. Por isso, uma parcela significativa volta para zonas de garimpo buscando o sonho novamente, fato preocupante para autoridades francesas, principalmente pelo círculo vicioso, o qual mantém os garimpos e geram mais gastos sociais para o estado francês.

Atualmente, as autoridades francesas e os próprios brasileiros relatam não haver grandes unidades ilegais de garimpagem dentro do território francês, no entanto, isso não indica que diminuiu a extração ilegal de ouro. Na verdade, o que se constata é que os brasileiros diversificaram e aumentaram suas estratégias de sobrevivência, e novas estratégias hoje sustentam o universo garimpeiro clandestino dentro do território francês.

4.4 CLANDESTINOS ERRANTES: FUGAS, CONFLITOS, DEPORTAÇÕES E PRISÕES.

Os brasileiros que extraem ouro ilegalmente dentro do território francês vivem todo o tempo de sobreaviso, pois a qualquer sinal dos helicópteros franceses os trabalhadores já se preparam para fugir. Os conflitos armados existem, porém ultimamente a gendarmaria tem preparado com mais cuidado suas operações para

realmente surpreender os brasileiros e destruir suas bases de sobrevivência dentro das florestas francesas.

Dentre as operações mais recentes está a “Cactus”, deflagrada pela polícia francesa, a qual efetuou a prisão de 50 garimpeiros brasileiros, destruindo 94 barracos e confiscando materiais de trabalho usados pelos garimpeiros na extração de ouro. As Forças Armadas da Guiana Francesa e da polícia de fronteiras (PAF) realizaram essa operação em 21 de outubro de 2014, em um trabalho organizado e efetivo contra as atividades de mineração ilegal na área de “Eau Claire”, perto de Maripasoula.

Foto 13: Operação Francesa “Cactus”



Fonte: LPMNEWS, 2014.

Nesta área, os danos não foram apenas materiais, mas as águas usadas pelos garimpeiros para “trabalhar” o ouro também contaminaram algumas fontes de água potável. Os garimpeiros estavam distribuídos por uma área de 06 Km² e já tinham devastado uma grande extensão de mata. A pressão é enorme por meio de organizações ambientais e sociais francesas para o combate das áreas de garimpo ilegal, pois grande parte dos rios da colônia, antes águas límpidas, hoje está barrenta e contaminada por mercúrio. Em entrevista dada pelo comandante Pons à Vieira (2007), fica claro que os gendarmes não irão facilitar a vida nos garimpos ilegais. O comandante destaca:

“Somos a França, temos nossos valores”, explica orgulhoso o Comandante Pons, oficial da Gendarmerie encarregado de combater os garimpeiros brasileiros, em seu quartel general, em Caiena. Se o governo brasileiro tivesse os mesmos valores, provavelmente a maioria dos brasileiros nas selvas da Guiana não estaria ali. (p. 04).

As autoridades francesas gostam de destacar que dentro dos garimpos ilegais não residem apenas trabalhadores, mas também procurados da justiça brasileira e francesa. Em meio a esses trabalhadores ilegais existem inúmeros traficantes, homicidas, pistoleiros e fugitivos dos presídios, ou seja, indivíduos perigosos comandados por redes criminosas infiltradas, as quais atuam igualmente nos garimpos do Suriname (PROCÓPIO, 2007).

Entretanto, apesar dos momentos de tensão e conflitos, a relação dos brasileiros com os gendarmes é bem curiosa, pois os brasileiros sempre gostam de ressaltar as ocasiões nas quais são ajudados por estes policiais. De acordo com alguns clandestinos, os gendarmes mais novos, ou seja, os que estão atuando há pouco tempo na repressão, são mais compreensivos e dificilmente os agridem durante as operações, todavia, aqueles mais antigos no serviço são severos e gostam principalmente de humilhar os brasileiros. Fato descrito por Mario Silva:

Quando os homens chegam eles quebram tudo que a gente conseguiu construir, alguns nos respeitam e não nos batem. No entanto, já aconteceu comigo dos policiais não serem tão legais, e baterem em alguns companheiros, além de ordenarem que todo mundo ficasse de roupa íntima. Nossa! Foi muita humilhação. Eles não prenderam ninguém, mas perdemos tudo o que tínhamos lá. (pesquisa de campo, 2015).

A maioria dos brasileiros apreendidos nas operações é deportada para o Brasil, sendo proibida de pisar novamente em solo francês, contudo os brasileiros não respeitam essa medida e logo voltam atuar nas unidades de garimpagem ilegal. No entanto, uma parcela desses brasileiros detidos nas operações também vai à julgamento e são condenados por porte ilegal de ouro, armas e drogas. Os imigrantes clandestinos brasileiros, quando chegam ao centro de Detenção da Polícia Aduaneira Francesa (PAF), em Rouchambou, geralmente estão sem documentos pessoais. Muitos alegam que os próprios policiais franceses queimam suas documentações durante a operação, por isso, semanalmente, funcionários do Consulado Brasileiro em Caiena, expedem várias carteiras de identidade provisórias, com intuito de deportarem os clandestinos (ALMEIDA; PIMENTEL, 2012).

Na luta pela inibição da garimpagem ilegal em seu território, atualmente, a França conta também com o acordo firmado com o governo brasileiro. O acordo entre o Brasil e a França para banir a exploração ilegal de ouro foi assinado no fim

de 2008, nos governos dos então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy. A assinatura ocorreu durante o lançamento da obra da ponte sobre o Rio Oiapoque, que será ponto de ligação entre Brasil e França.

No acordo, os dois países comprometeram-se a implantar um regime interno de regulamentação e controle das atividades de pesquisa e lavra de ouro nas zonas protegidas ou de interesse patrimonial. Tal pacto também previu medidas necessárias para combater toda atividade de extração ilegal e comércio de ouro não transformado, sobretudo as atividades de venda e revenda, e toda atividade de transporte, detenção, venda ou cessão de mercúrio efetuada sem autorização.

No entanto, esse acordo só foi ratificado pelo congresso brasileiro 5 anos após sua assinatura, demora que se deu sobretudo pelos empasses entre parlamentares da região Amazônica, os quais não concordavam com vários pontos acordados. Por isso, o acordo só foi promulgado pela presidência em novembro de 2014, situação referendada pelo governo francês como impasse, que refletiu no crescimento da degradação socioambiental e violência na região.

Contudo, apesar dos acordos firmados entre o Estado brasileiro e o francês, é visível ainda o afastamento político e econômico da França em relação ao convívio com os oito demais países amazônicos (PROCÓPIO, 2007). Esse cenário, unido aos duros constrangimentos imprimidos aos imigrantes, colabora para o aprofundamento das problemáticas, oriunda do aumento dos garimpos no Departamento Ultramarino Francês.

Na mídia local, são recorrentes reportagens nos jornais informando o combate aos garimpos ilegais, as quais quase sempre enfatizam de forma marginal, perigosa e criminosa as ações de garimpagem ilegal. Por isso, o assunto é tratado de maneira delicada até entre os brasileiros residentes na Guiana Francesa e vários indivíduos não gostam de fornecer informações sobre este tipo de atividade e, quando fornecem, preferem expressar a visão francesa sobre o assunto.

A criminalização e a imagem estritamente criminosa dos trabalhadores do garimpos foi gerada pelo fato de a França virar as costas a um sério problema moral e esquecer também de contradições regionais, as quais ela patrocinou ao longo da sua história na região Amazônica, pois, esse país desenvolvido resolveu se fixar ao lado de uma região cheia de contrastes socioeconômicos e pouco fez ao longo dos anos para minimizar tais diferenças (PINTO, 2012).

No entanto, dificilmente ações apenas repressoras resolverão o problema, pois as estruturas da garimpagem clandestina nos últimos anos têm se mostrado bem dinâmicas e versáteis. Portanto, alguns autores apontam caminhos, como a formação de uma política de regularização e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores da mineração, como uma proposta a ser considerada para minimizar os conflitos gerados por esses trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no que foi constatado em nosso estudo, observou-se que o processo atual de garimpagem na região da Guiana Francesa é fruto de uma construção histórica de relações sociais edificadas durante séculos por brasileiros e franceses. Apesar dos conflitos pela posse da terra do Contestado, pode-se analisar que em vários momentos a viabilidade da garimpagem na região só foi possível pela interação e parcerias realizadas entre esses dois grupos.

É importante destacar que a atual fase da garimpagem de ouro na Guiana Francesa, e também a mais problemática, foi construída nos anos 80 a partir de uma parceria entre garimpeiros brasileiros e empresários do garimpo francês. Na oportunidade, os brasileiros foram convidados a trabalhar na extração de ouro na região de Regina, cidade francesa conhecida pelas riquezas minerais.

Nesse momento, milhares de brasileiros buscaram os garimpos franceses, impulsionados pelo desejo de “bamburrar” e conseguir melhores condições de vida. Vale ressaltar que nesse período o Brasil criminalizou a atividade garimpeira individual e esse ponto também contribuiu para a migração de milhares de trabalhadores da garimpagem que atuavam, sobretudo, nas regiões do Pará, Amapá, Roraima e Maranhão.

A cidade do Oiapoque estabeleceu-se nesse cenário como ponto de passagem, de obtenção de serviços, compras e apoio às atividades garimpeiras na Guiana Francesa. Várias pessoas que conseguiram “bamburrar” nos garimpos franceses investiram seus ganhos nessa cidade com objetivo de continuarem a trabalhar na garimpagem. Por isso, hoje não é difícil encontrarmos esses indivíduos inseridos na política e na rede empresarial local.

No entanto, com intuito de proteger seu território e riquezas minerais, o Estado francês logo criminalizou a prática da garimpagem no seu território e começou um processo árduo de deportação de brasileiros ilegais atuantes na exploração de ouro ilegal. Essas medidas só foram efetivadas quando o processo já estava enraizado, havendo então garimpos ilegais funcionando com mais de 4 mil pessoas. As estruturas e organizações existentes detinham dimensões grandiosas e já estavam atreladas também ao crime organizado, tráfico de pessoas, drogas ilícitas e outros sistemas criminosos.

Donos de máquinas precisaram fazer esse tipo de associação com o crime organizado para manterem a extração de ouro ilegal dentro do território francês. Na verdade, as organizações criminosas encontraram nas estruturas do garimpo a oportunidade ideal para manter rotas seguras de transporte de armas, drogas e produtos ilegais. O próprio garimpo é um grande comprador de drogas e armas. Vários trabalhadores viciam-se em drogas como subterfúgio para suportar a carga de trabalho, a solidão e as condições de vida no local. Quanto às armas, essas são acessórios indispensáveis dentro das unidades, pois são necessárias para defesa pessoal e dos garimpos.

No decorrer da pesquisa enfatizou-se bastante a questão das relações sociais e de trabalho desenvolvidas dentro dos garimpos, fator analisado a partir das falas dos próprios integrantes dos garimpos. O que se pode destacar é a particularidades de suas estruturas e naturalidades que são estabelecidas, como por exemplo, a relação entre trabalhadores e donos de máquinas, a qual é firmada através conversas informais, mas que estabelece uma série de pontos contratuais ordinalmente seguidos.

O dono das máquinas é o sujeito que mais lucra dentro do processo de extração do ouro ilegal desenvolvido no território francês, pois não remunera devidamente seus empregados, e, sobretudo, não paga impostos. Os trabalhadores dos garimpos, por sua vez, não visualizam tais relações remuneratórias como injustas ou desonestas. A maioria desses trabalhadores respondeu na pesquisa que achava justo o que recebia, pois o dono das máquinas sempre arcava com suas necessidades básicas e disponibilizava as máquinas para o trabalho.

Na verdade, os trabalhadores não conseguem ter exata noção dos valores em ouro que movimentam dentro dos garimpos, e como o ouro é a moeda utilizada na compra de objetos, alimentos e diversão, fica bem mais difícil visualizar a quantidade que está sendo gasta. Essa prática da comunidade garimpeira fortalece os negócios da garimpagem e a manutenção das suas estruturas, pois os trabalhadores deixam parte significativa do que ganham dentro das comunidades.

As relações financeiras em volta do ouro ajudam também a diminuir a necessidade dos indivíduos voltarem até o Brasil em busca de dinheiro ou utilizarem a moeda francesa. Na realidade, o dinheiro em papel só traria prejuízo aos empresários do garimpo, pois seu valor diminuiria os valores gastos dentro das unidades garimpeiras.

Outros fatores verificados na pesquisa foram a características sociais, econômicas e educacionais dos indivíduos que trabalham dentro dos garimpos, assim como sua composição. Assim, foi notório observar que tais sujeitos possuem baixa escolaridade e oriundos de cidades pobres. Além disso, a maioria já trabalhou em garimpos no Brasil. Verificou-se que os indivíduos que trabalham nos garimpos guianenses são experientes no serviço ligado à garimpagem e vários já atuaram em diversos tipos de trabalho dentro de garimpos.

Esses brasileiros são estratégicos e persistentes no trabalho que desenvolvem no território francês, a dinâmica de seus trabalhos é alterada a partir das suas necessidades de manutenção das unidades de garimpagem. As estratégias dificultam o monitoramento da polícia francesa, mas não conseguem impedir as operações que, muitas vezes, acabam com garimpos clandestinos.

O governo francês faz questão de destacar em seus meios oficiais os gastos exorbitantes com o combate da mineração ilegal, fato que gera bastante revolta na população guianense e, principalmente, contribui para criar a imagem de marginalização dos brasileiros. Contudo, acredita-se que apenas criminalizar e caçar como bandidos os trabalhadores brasileiros em pouco irá ajudar a resolver esse drama fronteiriço. Visualiza-se que medidas sociais serão bem mais eficazes para a redução do problema.

Atualmente, a Guiana Francesa está retirando dos garimpeiros ilegais a extração de ouro de seu território e passando para empresas mineradoras, no entanto estas empresas, precisando de mão de obra experiente, contratam os brasileiros ilegais, assim, o círculo vicioso só troca de mãos, mas continua utilizando os brasileiros. Acordos firmados entre Brasil e França também foram assinados como forma de inibir ação dos brasileiros nos garimpos franceses, no entanto a burocracia da política brasileira atrasou a efetivação das medidas, as quais também só possuíam cunho coercitivo.

No entanto, é importante visualizar que a garimpagem ilegal não é um problema inerente apenas à Guiana Francesa, mas também a boa parte dos países pertencentes à Pan-Amazônia, pois a maioria desses países não procura meios sociais para lidar com a situação, preferindo criminalizá-la, como foi o caso do Brasil. Contudo, tais medidas trazem danos sociais bem mais prejudiciais à economia dos países.

Portanto, conclui-se que o problema da garimpagem ilegal na Guiana Francesa e nos outros países da Pan-Amazônia deve ser discutido a partir de medidas menos coercitivas e mais sociais, enfatizando que os governos construam ações que possam legalizar os trabalhadores dos garimpos e dar-lhes mais dignidade. Acredita-se que tais ações seriam mais eficazes, porque forçariam as explorações minerais a estarem de acordo com as leis locais, inibiria a ação de grupos criminosos, diminuiria os danos ambientais e geraria o pagamento de impostos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. de Guido de Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALMEIDA, Linoberg; PIMENTEL, Geyza. **La vie pas em Rose: um estudo sobre segurança pública e segurança humana na fronteira Brasil – França**. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/12_7_2012_21_54_5.pdf> Acesso em: 15 jan. 2015.

Ariquemesonline. Disponível em: <<http://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=292851&codDep=30>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

ALBUQUERQUE, José. **Imigração em territórios fronteiriços**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/302.pdf>> Acesso em: 05 out. 2014.

ANDRADE, Rosemary. **Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo. 1999.

ARAGÓN, Luiz. Aproximação ao Estudo da migração internacional na Pan – Amazônia. IN: ARAGÓN, Luiz (Org.) **Migração internacional na Pan – Amazônia**. Belém, NAEA/ UFPA, 2009.

_____. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades**. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

_____. **Brasileiros na Guiana Francesa: Novas Migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Belém, 2001. Disponível em:<<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/arouck.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BALDWIN, Elisabeth. **Olhares cruzados sobre a imigração brasileira para a Guiana Francesa: novas representações identitárias?** Bahia, 2010. Disponível

em: <http://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/elisabeth_baldwin.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

BARRETO, Maria. **Uma abordagem crítica da legislação garimpeira: 1967-1989**. Rio de Janeiro: CETEM/CNP, 1993.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2º. Ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BLASS, Leia Maria. **Trabalho e suas metamorfoses contemporâneas à luz do pensamento social clássico**. São Paulo, 1999 Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/14313/10462>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

BRASIL, **Decreto Lei nº 7.805 de 18 Julho de 1989**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7805.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, 2005. Disponível em: www.mi.gov.br/download/download.asp?...=/pdf/...pdf..livro...pdf. Acesso em: 22 dez. 2014.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRITO, Daniel; BRUSEKE, Franz; MATHIS, Armin. **Riqueza Volátil: a mineração de ouro na Amazônia**. Belém, Cejup, 1997.

CASTRO, Edna; HAZEU, Marcel. **Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia**. Revista Somanlu, n. 2, jul./dez. 2012.

CÂMARA, Volney; COREY, Germán. **Epidemiologia e meio ambiente: O caso dos garimpos de ouro no Brasil**. Metepec, 1992.

CAMPOS, André et al. (orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, Arnaldo. **Migração internacional: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão de obra**. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 2, pp. 112-24, 2002.

CARDOSO, Francinete. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX**. Belém: UFPA, 2008.

CATHARINO, José. **Garimpo, garimpeiro e garimpagem**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

CORBIN, Hisakhana. **Migração de brasileiros para Guiana como estratégia de sobrevivência**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

COELHO, Pedro. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

COMBESSIE, Jean. **O método da sociologia: o que é, como se faz**. Tradução: GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo. Loyola, 2004.

CLEARY, David. **A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem Antropológica**. Trad. Virginia Malm. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

FEIJÃO, Antônio; PINTO, José. **Amazônia e a saga do ouro do século 20**. In: DRUMMOND, José; BARBOSA, Lívia; LOBATO Ana. Garimpo, meio ambiente e sociedade Indígenas. Rio de Janeiro: Universidade, 1992.

FIGUEIREDO, Bernardino. **Garimpo e mineração no Brasil**. In: ROCHA, Gerônimo (Org.). Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FONSECA, Jean. **A dinâmica territorial da fronteira Amapá – Guiana Francesa sob a influência da integração: 1995 A 2007**. (Dissertação Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FUSCO, Wilson. **Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares**. Campinas: Núcleo de Estudo de População, 2002.

GALVÃO, Thiago. **Relações Fronteiriças do Brasil: uma curvatura na dimensão histórica sul – americana**. In: MARTINS, Estevão & MOREIRA, Felipe (Orgs.). As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil. Boa Vista: UFRR, 2011.

GRANGER, Stephane. **Guiana Francesa, um território francês e caribenho em via “sul - americanização”?**. Revista Confins n. 6, 4e tri: 11-16, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/document5003.html>. Acesso em: 21 Jan. 2015.

_____. **As Guianas e Brasil da Contenção à Continentalização, ou perigos E vantagens de uma Interface Caribenha e Europeia**. Revista a ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, pp.19-38. mai/ago. 2013.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GÓES, David; BRITO, Daguinete. **Uma etnografia da circulação de garimpeiros brasileiros entre Oiapoque-Guiana Francesa: vivências em conflitos**. Belém, 2015. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020682_30_06_2015_20-44-11_6404.PDF> Acesso em: 24 Mar. 2015

GONÇALVES, Carlos. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GURAK, Douglas; CACES, Fe. **Migration networks and the Shaping of migration systems**. In KRITZ, Mary et al. Zlotnik. International Migration Systems: A Global Approach. London: Oxford University Press, 1992.

GUERREIRO, Gabriel. **Garimpagem de ouro da Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos.** In: ROCHA, Gerônimo (Org.). Em Busca do Ouro: Garimpos e Garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Resultado do Censo 2010.** Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160050>>. Acesso: 25 abr. 2015.

LESTRA, Alain; NARDI, José. **O ouro da Amazônia oriental.** 2º ed. Belém: Grafisa, 1984.

LIMA, Maria; TEXEIRA, Nilo. **Características e atuação das organizações de garimpeiros no Brasil.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:<<http://mineralis.cetem.gov.br:8080/handle/cetem/799>> Acesso em: 04 dez. 2014.

LINS, Fernando (Org.). **Aspectos diversos da garimpagem de ouro.** Rio de Janeiro: CNPQ/CETEM, 1992.

LPMNEWS. Disponível em: <<http://lpmnews.com/50-brasileiros-deportados-e-94-barracos-destruidos-no-garimpo-da-guyana-francesa/>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

MASSEY, Douglá et. al. **Return to aztlán.** Los Angeles: University of California Press, 1987.

MARTINS, Ana. **Breve história dos garimpos no Brasil.** In: ROCHA, Gerônimo (Org.). Em Busca do Ouro: Garimpos e Garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

MARTINS, Rosiane. **Brasileiros em situação clandestina na Guiana Francesa: uma etnografia das relações e representações sociais entre migrantes.** (Dissertação Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MARTINS, Rosiane; RODRIGUES, Carmem. **Fronteiras em construção: representações de migrantes brasileiros na Guiana Francesa.** Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/587/1340>> Acesso em: 24 Fev. 2015.

MARTINS, Carmentila. **Reconfigurações na sociodinâmica da cidade de Oiapoque no quadro da cooperação fronteira França-Brasil.** Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9341&Itemid=456> Disponível em: 16 de mar. 2015.

MARTINE, George. **A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300001&script=sci_arttext> Acesso em: 23 Mar. 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Moderna, 1997.

MAGALHÃES, João. **Garimpeiros de Codó morrem soterrados em garimpo de Itaituba (PA)**. Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.noticiadafoto.com.br/2010/10/garimpeiros-de-codo-morrem-soterrados.html>> Acesso em: 12 fev. 2015.

MAM LAM FOUCK, Serge. **Histoire générale de La Guyane française**. Guyane: Ibis Rouge, 2002.

MATTOS, Carlos. **Geopolítica e teoria de fronteiras**: Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

_____. **Uma Geopolítica**: Pan Amazônia. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

NETO, Mario; ROCHA, Alexandre. **Noções de Prospecção e Pesquisa Mineral para Técnicos de Geologia e Mineração**. Natal: IFRN-RN, 2010.

OLIVEIRA, Rafael. **Dos fluxos da esperança à precária realidade da migração brasileira para áreas de garimpos na Guiana e no Suriname**. In: SILVA, Sidney (Org.). Fluxos, Fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hutec, 2012.

OLIVEIRA, Betiana. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa**: um estudo sobre Oiapoque, Vila vitória do Oiapoque e Cayenne. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Trabalhadoras e trabalhadores migrantes: alcançar a igualdade de direitos e oportunidades**. Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_december.pdf> Acesso em: 25 de mai. 2015.

PELLEGRINO, Adela. **La migración internacional en América Latina y el Caribe**: tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas, Marzo, 2003.

PENNAFORT. Hélio. **Estórias do Amapá**. Macapá: Imprensa oficial, 1984.

PEREIRA, José. **O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_processo_de_ocupacao_e_de_de_senvolvimento_da_amazonia_a_implementacao_de_politicas_publicas_e_seus_efeit_os_sobre_o_meio_ambiente..pdf> Acessado em: 15 Fev. 2015.

PINTO, Manoel. **O fetiche do emprego**: Um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Belém: NAEA, 2012.

_____.;CASTRO, Edna. **Mudanças na fronteira:** papel do Estado e suas políticas. In: Anais do Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. Belém: Naea/UFPA, 2008.

_____.; OLIVEIRA, Betiana; SOARES, Christianni. Amapá, 2011. **Trabalhadores brasileiros na Guiana Francesa:** entre a invisibilidade e o desemprego. Disponível em:<
<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/407>> Acesso: 24 nov. de 2013.

PIANTONI, Frédéric. **L'enjeu migratoire em Guyane française:** une géographie politique. Matoury /Guyane: Ibis Rouge, 2009.

POLICE, Gerard. Eudorado: **le discours brésilien sur la Guyane Française.** Matoury/Guyane: Ibis Rouge, 2010.

PROCÓPIO. Argemiro. **A Amazônia caribenha.** Rev. Diplomacia, Estratégia, Política, nº 5, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a07v50n2.pdf> Acessado em: 15 mai. 2015.

REZENDE, Tadeu. **A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial:** a definição de fronteiras. (Tese de doutorado) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Gustavo. **A condição da transnacionalidade.** In: Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

RODRIGUES, Francilene; VASCONCELOS, Iana. **Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia.** In. SILVA, Sidney (Org.). Fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: HuteC, 2012.

RODRIGUES, Rita et.al. **Estudo dos Impactos Ambientais Decorrentes do Extrativismo Mineral e Poluição Mercurial no Tapajos.** Rio de Janeiro, CETEM/CNPQ, 1994.

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil! histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SALOMÃO, Elmer. **O ofício e a condição de garimpar.** In: ROCHA, Gerôncio (Org.). Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa.** São Paulo: Cortez, 1999.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, José Maria. **Dilemas da integração entre Brasil e França na fronteira Amapá – Guiana Francesa**. Ceará, 2013. Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/.../10241> Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. **A cidade do Oiapoque as relações transnacionais na fronteira Amapá – Guiana Francesa**. Minas Gerais, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9167>> Acesso em: 23 mar. de 2015.

SILVA, Gutemberg; TOSTES, José. **Objetos técnicos que re-configuraram uma realidade periférica: notas sobre a organização do espaço amapaense**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Técnica e Ciência na Transformação do espaço. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SCHMALTZ, W. et. al. **Garimpagem no Brasil**. Goiânia: mimeo, 1980.

SCHERMA, Marcio. **As fronteiras nas relações internacionais**. Mato Grosso do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewArticle/207>> Acesso em: 25 mar.2015.

SMITH, Anthony. **Os Conquistadores do Amazonas**: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. Trad. Maria Therezinha Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOUZA, Charles. **Geopolítica na Pan-Amazônia**: territórios, fronteiras e identidades. Disponível. Belém, 2014 em: <<http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/21>> Acesso em: 15 jan. 2015.

SIMÃOS, Oliveira; SANTOS, Veras. **Migração pendular na Pan-Amazônia**: pendularidade, comércio e trabalho na fronteira Guyana (Lethem) - Brasil (Bonfim-Roraima). Évora, 2014 Disponível em: <http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0900.pdf> Acesso em: 17 out. 2015.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração e integração cultural**: interfaces – brasileiros na região de Vêneto – Itália. Passo Fundo: UPF/EDUNISC, 2006.

TEDESCO, Leticia. **No trecho dos garimpos mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro Amazônica**. Tese de doutorado (Departamento do Antropologia). Rio Grande do Sul, 2015.

TOSTES, José. **Transformações urbanas nas cidades amazônicas na faixa de fronteira setentrional**. In: VI Encontro internacional de Planejamento urbano regional luso-brasileiro, 2012, Brasília. Anais do VI Encontro Internacional de Planejamento Urbano Regional luso-brasileiro. Brasília: UNB, 2012.

VALDERRAMA, Cristina. **Transnacionalismo. Emergencia y Fundamentos de Una Nueva Perspectiva Migratória.** Papers: revista de sociologia, n.º 85, 2007. Disponível em: <www.raco.cat/index.php/papers/article/.../94201>. Acesso em: 13 abr. de 2015.

Vmapas. Disponível em: <http://www.vmapas.com/America/Guiana_Francesa/maps-slideshow-pt.html>. Acesso em: 11 fev. 2015.

VIEIRA, André. **O último grande garimpo brasileiro?** atraídos pelo ouro da Guiana Francesa, brasileiros invadem ilegalmente o território em busca de um sonho que pode estar acabando. Rollingstone, 2007. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/4/o-ultimo-grande-garimpo-brasileiro>> Acesso em: 15 mai. 2014.

VEIGA, Marcello; SILVA, Alberto; Hinton, Jennefer. **O garimpo de ouro na Amazônia:** aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. Belém, 2002. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/handle/cetem/1233/extracao-ouro%20cap.11.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

APÊNDICE A – Formulário de pesquisa

FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 - IDENTIFICAÇÃO

DATA: ___/___/___

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Local de Origem: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: _____ Estado Civil: _____

Local da Entrevista (município e país): _____

2- OCUPAÇÃO NO GARIMPO

2.1- Atividade que exerce:

() Garimpeiro () Ex Garimpeiro () Dono de Garimpo () Ex Dono de Garimpo

() Operador de máquinas () Transportador () Cozinheira () profissional do sexo

() Cantora () Gerente de garimpo () Atravessador () Dono de currutela

() Outros: _____

2.2- Quanto tempo exerce essa atividade: _____

3.1 - HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO

3.1 - Como ficou sabendo dos garimpos na Guiana Francesa? Quem lhe ajudou a chegar no garimpo?

3.2- Por que escolheu o garimpo na Guiana Francesa?

3.4- Quantas pessoas vieram com você? _____

3.5- Como é o contato com a família? Envia ajuda financeira a família?

4 RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHO NO GARIMPO

4.1- Quais motivos lhe levaram a tomar decisão de trabalhar no garimpo?

4.2- Quantas horas por dia você trabalha? Qual a sua principal forma de lazer ou diversão nas horas vagas?

4.3- Como você descreveria as condições de moradia, saúde, alimentação e transporte no garimpo?

4.4- Qual o seu principal objetivo depois que sair do garimpo?
